

Mare Liberum Mare Liberum

J U N H O 1 9 9 7 • N Ú M E R O 1 3

REVISTA DE HISTÓRIA DOS MARES

ISSN: 0871-7788

REVIEW OF HISTORY OF THE SEAS

REVISTA DE HISTORIA DE LOS MARES

REVUE D'HISTOIRE DES OCEANS

RIVISTA DI STORIA DEI MARI

ZEITSCHRIFT FÜR DIE GESCHICHTE DER MEERE

A. A. MARQUES DE ALMEIDA

A Formação do Discurso Científico no Portugal dos Descobrimentos

LEONOR FREIRE COSTA

A Conservação do Reino e a Construção Naval

PIETER C. EMMER

The Struggle over Sugar

KENNETH MCPHERSON

Paravas and Portuguese

PRIMITIVO MARIÑO GOMES

L'Espagne et l'Orient au Debut du XVI^{ème} Siècle

MARIA LEONOR GARCÍA DA CRUZ

As Controvérsias ao Tempo de D. João III
Sobre a Política Portuguesa no Norte de África

E S C . 2 5 0 0



COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES

M A R E L I B E R U M

REVISTA DE HISTÓRIA DOS MARES • REVIEW OF HISTORY OF THE SEAS
REVISTA DE HISTORIA DE LOS MARES • REVUE D'HISTOIRE DES OCEANS
RIVISTA DI STORIA DEI MARI • ZEITSCHRIFT FÜR DIE GESCHICHTE DER MEERE

ISSN 0871-7782 Número 13 Junho 1997

COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES

Sumário

DIRECTOR	Joaquim Romero Magalhães
EDITOR	Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
CONSELHO DE REDACÇÃO	António Ferronha António Oliveira Artur Teodoro de Matos Augusto Santos Silva Diogo Ramada Curto Joaquim Pais de Brito Jorge Couto Luís Oliveira Ramos Maria Augusta Lima Cruz Pedro Dias Valentim Alexandre
ORIENTAÇÃO GRÁFICA	Carlos Abreu
REVISÃO	A. Miguel Saraiva Júlia Ordorica
FOTOLITOS	Textype – Artes Gráficas, Lda.
IMPRESSÃO	Publimpressores, Junho 97
ISSN	0871-7782
DEPÓSITO LEGAL N.º	42 544/90
TIRAGEM	1000
PREÇO	2500\$00

Editorial
5

ARTIGOS

A. A. MARQUES DE ALMEIDA
A formação do discurso científico
no Portugal das Descobertas
entre fins do século xv
e meados de Quinhentos
11

LEONOR FREIRE COSTA
A conservação do Reino e a construção naval
Achegas para
o reconhecimento de especificidades portuárias
no século xvi
41

PIETER C. EMMER
The Struggle over Sugar
The abortive Attack of the Dutch
on Portugal in the South Atlantic
1600-1650
59

KENNETH MCPHERSON
Paravas and portuguese
A study of portuguese strategy
and its impact on an indian seafaring community
69

PRIMITIVO MARIÑO GOMES
L'Espagne et l'Orient au début du XVI^{ème} siècle.
Un autre droit que dans l'Amérique
83

REMCO RABEN
Trade and urbanization
Portuguese and Dutch urban attitudes in Ceylon
Colombo mirror of the colonial mind
95

DOCUMENTOS

MARIA LEONOR GARCÍA DA CRUZ
As controvérsias ao tempo de D. João III
sobre a política portuguesa no Norte de África
123

RECENSÕES

RODERICH PTAK
Zhang Wenquin – *Aomen yu Zhonghua lishi wenhua*
(«Macau and China's historical culture»). Macau, 1995
203

JOSÉ ALBERTO RODRIGUES DA SILVA TAVIM
Ana Cannas da Cunha – *A Inquisição no Estado da Índia.*
Origens, 1539-1560. Lisboa, 1995
207

RODERICH PTAK
António Vasconcelos de Saldanha; Jorge Manuel dos Santos
Alves, editores – *Estudos de história do relacionamento luso-chinês,*
séculos XVI-XIX. Macau, 1996
213

JACQUES PAVIOT
Editions Chandeigne (Paris), collection Magellane,
dirigée par Anne Lima et Michel Chandeigne
219

JACQUES PAVIOT
Salih Özbaran – *The Ottoman Response to European Expansion.*
Studies on Ottoman-Portuguese Relations in the Indian Ocean
and Ottoman Administration in the Arab Lands
during the Sixteenth century. Istanbul, 1994
223

Torna-se imperioso cada vez mais a Portugal uma política de defesa, pela neutralidade nos conflitos europeus, por tratados ou acordos não apenas políticos mas também económicos, pela presença militar reforçada ou pela intervenção aberta. Ameaçados estão alguns objectivos ultramarinos da Coroa portuguesa, áreas de domínio e rotas, do Brasil ao Oriente, a navegação atlântica proveniente da costa africana, da Índia e da América, o Mediterrâneo ocidental, o próprio território peninsular.

Os rumos ou direcções da Expansão ultramarina portuguesa, assim como as características que distinguem zonas de presença ou domínio e épocas diferenciadas numa mesma área, decorrem assim de múltiplos factores condicionantes e também de quadros conjunturais.

Nas controvérsias e na elaboração de projectos sopesam-se prioridades e, por vezes, propositadamente ou não, acaba por valorizar-se uma entre outras vertentes que, na sua globalidade, justificam e configuram o empreendimento expansionista, seja a política e militar, a geoestratégica, a religiosa ou a económica.

Na verdade, em épocas nas quais ressalta a necessidade de uma reorientação da política portuguesa em Marrocos, Portugal avalia, com base na sua capacidade real, objectivos, estratégias e meios de acção, balançando nas decisões entre uma manutenção de posições, uma intervenção bélica decisiva ou uma retirada estratégica.

Não define por vezes qualquer solução definitiva, antes, numa tremenda expectativa, observa atentamente as alterações do quadro internacional e regional. Mas, seja em que tempo for, em diferentes projectos e argumentações que visam consolidar o domínio português naquela, ou noutra área, com a caracterização da luta política – alimentada, conforme se frisa, na força ideológica, no poder militar, na capacidade financeira – continuam (desde Ceuta) a conjugar-se interesses geoestratégicos e económicos.

Política régia e divergência de opiniões

Desde Ceuta que a Expansão ultramarina portuguesa foi sempre acompanhada, nas suas etapas fundamentais, de reflexões, a par da demorada preparação de certos projectos, e de debates mais ou menos alargados a círculos em redor do monarca e ocasionalmente até às próprias Cortes¹. Razões, ocasião e meios, tipo de actuação,

¹ Essa contínua reflexão e choque de opiniões que acompanha a Expansão ultramarina é mencionada nos anos 40 em dois pareceres anónimos que agora se publicam

conservação ou abandono, novas estratégias, alterações na direcção do empreendimento ultramarino, constituem interrogações que desde cedo provocam tomadas de posição com maior ou menor impacto e divisões de opinião.

Ao tempo de D. João III vive-se, contudo, uma fase distinta da presença portuguesa em Marrocos, um período que remonta aos últimos anos do reinado de D. Manuel e que se poderá considerar de decadência nesta área, facto que inevitavelmente condiciona as decisões régias e toda a controvérsia que se gera em torno de uma situação extremamente agravada.

Desde finais da década de 20, na verdade, critica-se ou justifica-se D. Manuel por ter seguido no Norte de África uma política de domínio disperso e litoral, sem internamento no sertão marroquino, e até de ter desviado para a Índia grande parte do esforço nacional, comprometendo com isso a conquista dos reinos de Fez e de Marrocos. Além disso, diverge também o julgamento sobre a política régia manuelina no que respeita a acordos firmados com Castela que reservavam o direito de conquista a Portugal em zonas ou portos que, no entanto, D. Manuel – e na sua continuidade D. João III – não conquistou nem permitiu a Castela, ou ao Imperador, que conquistasse.

Impõe-se, todavia, uma reflexão alargada, também no tempo, sobre a política portuguesa seguida no Norte de África desde o seu início e em termos estratégicos, tanto do ponto de vista de afirmação política e militar, inclusivamente mediante o interesse estrangeiro – no contexto ibérico confirmada pelo Tratado de Alcáçovas em 1479 –, como do ponto de vista económico.

Daí decorre uma fixação justificada no Norte e na zona do Estreito e um estado de guerra contínuo,

1415 Ceuta
1437 tentativa sobre Tânger
1458 Alcácer Ceguer

– ver *Compilação de Documentos*, XIII e XIV –, embora com interpretações assaz diferentes acerca do que se discutia entre os conselheiros, desde o tempo de D. João I. Trata-se, em qualquer dos discursos, de orientar a argumentação de forma a justificar uma perspectiva.

Seja como for, a controvérsia existiu desde o começo da Expansão e no tempo de D. João III, particularmente em épocas de maiores dificuldades, quase continuamente o Rei consulta diversas individualidades, com funções, experiência e pareceres diversificados. Alguns salientam mesmo as vantagens que daí decorrem para uma reflexão mais aprofundada e valorizam o conselho de homens de guerra. Outros temem-se de maus conselhos e piores conselheiros... Enquanto isso, figuras há que sugerem ao monarca a reunião de Cortes de forma a auxiliar à definição de soluções e a garantir o apoio/ajudas da globalidade do Reino. Ver neste trabalho *Algumas posições assumidas em época de controvérsia*.

1464 nova tentativa sobre Tânger

1471 Arzila e ocupação de Tânger, seguindo-se tratado de paz com Fez e o fortalecimento de Alcácer Quibir

enquanto as potencialidades económicas do Sul conduzem a um diálogo fundamentalmente de ordem comercial, acentuado a partir de meados do século xv, com a frequência de portos como os de Azamor e Safim e a fixação de agentes e feitorias. As lutas e a instabilidade em Fez irão, além disso, proporcionar nas zonas periféricas, particularmente nas do Sul, o estabelecimento de acordos vantajosos com os Portugueses e uma busca de «protecção» por parte dos habitantes das cidades costeiras.

Interesses convergentes interligam, aliás, a fixação em Marrocos meridional com o desenvolvimento do comércio português na costa ocidental africana e a exploração económica das Ilhas atlânticas. Outros interesses económicos se juntam, desde o saque, o corso, os resgates, até às trocas comerciais de produtos, não só de Marrocos como do Sudão e do Oriente.

Se as intervenções militares portuguesas se dão, sobretudo, no Norte ao longo do século xv,

1489 D. João II procura ainda, mas em vão, estabelecer uma vila com fortaleza, a «Graciosa», na margem do Rio Lucos não longe de Larache, quiçá procurando bases para uma futura conquista de Fez. Larache será murada e torna-se um prejudicial porto de corsários mouros

nos começos do século xvi, contudo, o projecto de domínio político acentua-se também no Sul. Aberta a Rota do Cabo e a do Brasil, D. Manuel procura, na verdade, investir também em Marrocos, inclusivamente, como já D. João II o pretendia, em pessoa.

Essa reorientação da política portuguesa liga-se também a uma contínua atenção às pretensões de Castela a expandir-se no Norte (recorde-se, entre outras, posições como a de Melilla em 1497 e Pinhão de Beles em 1508), bem como ao longo da costa atlântica, angariando vassallos e tentando fixar-se em locais fortificados, ou atacando e saqueando. Se em Tordesilhas em 1494 se adia o estabelecimento de limites entre as duas Coroas no Reino de Fez e no Sul de Marrocos, será em 1509 pelo Tratado de Sintra que Portugal, muito embora recuando no litoral mediterrânico, ganha direitos na costa sul atlântica, consolidando posições.

É D. Manuel quem, assim, inicia a fase «imperialista»² da presença portuguesa.

1505 castelo de Santa Cruz do Cabo de Gué quando Castela pretendia estender influência no Sul. Vendido à Coroa em 1513

1506 no porto mais próximo da cidade de Marrocos, em Mogador, constrói-se Castelo Real (abandonado em 1510) e pouco depois Aguz perto da foz do Tencifte

1508 Safim

1513 Azamor

1515 primeiro castelo de Mazagão

A fixação portuguesa irá repercutir-se na Duquela e na Enxovia provocando deslocções de população, inclusive, o despovoamento de centros abastecedores como Almedina e Tite e uma necessária política de atracção de mouros tributários. Contra esta zona irão investir tanto o Rei de Fez (1514) como o Xerife do Suz em anos sucessivos. Mais a sul Teracuco e Meça, atraindo mercadores mouros e cristãos (castelhanos, genoveses, etc.) representaram interesses desfavoráveis a Santa Cruz e ao comércio com os naturais realizado pelos mouros de paz.

O Monarca consegue manter uma vasta zona de mouros de paz em torno de Safim e Azamor, em regiões férteis, entre Marrocos e o litoral, mouros esses integrados no exército e tributários (assegurando abastecimento e comércio). Trata-se também de uma época de assinalados feitos bélicos até às portas de Marrocos, de intervenções conjuntas de capitães, de alguns sonhos de conquista desta cidade³, e de grande exaltação do espírito de combate ao infiel.

² Desta forma a define António Dias FARINHA nos capítulos que elaborou para a obra *Portugal no Mundo* (dir. Luís de Albuquerque, vol. 1, Lisboa, Publicações Alfa (1989)/Seleccções do Reader's Digest, 1993, pp. 101-136), muito esclarecedores e de grande auxílio à presente exposição. Na verdade, nesses estudos encontra-se a caracterização de fases distintas da presença portuguesa no Norte de África, considerando-se, aliás, marcado no seu início pelo desastre de Mamora em 1515, o período que se segue, de decadência.

³ A grande iniciativa e êxitos dos capitães portugueses das diversas praças do Norte de África são significativamente e com profusão salientadas num dos pareceres anónimos dos anos 40 – documento XIII – ao argumentar sobre a capacidade das forças lusas fazerem recuar as xerifinas e das vantagens de serem comandadas por capitães de cidades e fortalezas em lugar de reis ou príncipes.

A época de figuras marcantes como Nuno Fernandes de Ataíde, capitão de Safim, motiva, aliás, extensas narrações seja na *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* de Damião de Góis ou nos *Anais de Arzila* de Bernardo RODRIGUES, em cartas trocadas com Roma (ver *Corpo Diplomático Português*), ou no discurso literário, reflectida em prosa ou em verso (*Cancioneiro Geral* compilado por Garcia de RESENDE, obras deste ou de Gil VICENTE, etc.).

O espírito de cruzada continua, aliás, a fundamentar do ponto de vista ideológico a intervenção em Marrocos e a garantir o apoio do Papado e o usufruto de importantes rendas eclesiásticas e de outros benefícios, com vantagens para a Coroa e para os grupos sociais envolvidos. O servir em África proporciona cada vez mais, ao tempo de D. Manuel, benefícios materiais e promoção social⁴ através de comendas, títulos, cargos militares e civis, moradias...

Faltava assegurar posições intermédias, na zona central de Marrocos, o que é tentado em 1515 mediante a construção de uma fortaleza em Mamora, junto à foz do Cebu – em vão, devido aos ataques mouros. A este desastre, de forte impacto junto das forças inimigas, seguir-se-á, em pouco tempo, o desaparecimento do glorioso capitão de Safim, Nuno Fernandes de Ataíde (†1516) e, depois, do influente alcaide dos mouros de paz da Duquela, Bentafufa (†1519), ficando a influência portuguesa seriamente abalada. O projecto de construir uma outra fortaleza em Anafé cai por terra.

Se com D. Manuel se alargou em extensão e em fama o poder do Rei de Portugal no Norte de África, neste mesmo reinado se inicia, de facto, o declínio da intervenção portuguesa, seriamente comprometida também com a actuação xerifina a partir do Suz

David LOPES, ao longo dos capítulos que elaborou para a *História de Portugal* (dir. Damião Peres), vol. III, Barcelos, Portucalense Editora, 1931, caps. IV e V, pp. 433-544 e vol. IV, 1932, cap. II, pp. 78-129), ao debruçar-se sobre a actuação nos séculos XV-XVI desses homens que lutaram na defesa dos lugares portugueses e várias vezes investiram pelo interior até Marrocos, salienta os projectos de conquista de alguns deles. Transcreve por isso excertos de cartas dirigidas ao rei D. Manuel por D. João de Meneses (18 de Fevereiro de 1514) e por Rui Barreto (21 de Fevereiro de 1514) onde este propõe a conquista de Salé pensando através dela vir a transformar Marrocos em tributário de Portugal – ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Lisboa), *Carta dos Governadores de África*, n.º 422 e 114. Ainda em 1534-1535 a acção heróica daqueles homens e as potencialidades das suas iniciativas servem de reflexão a pareceres dados a D. João III sobre a conquista dos reinos do Norte de África.

⁴ Nem sempre, contudo, os benefícios concedidos para retribuir ou incentivar serviços prestados na guerra do Norte de África atingem esse objectivo. Os pareceres de 1534-1535 que respondem a D. João III sobre o serviço que os súbditos podem com melhor vontade desempenhar na manutenção dos lugares de África, são disso reveladores. Leigos e prelados pronunciam-se sobre a capacidade de nobres, vilas e cidades, gente de cabedal, conforme a sua influência e rendas, poder enviar homens para combater. Nomeiam o Papado e o clero, chamando-os a contribuir mais ainda nas despesas de uma guerra ao infiel. São contudo os indivíduos inteiramente ligados a ordens religiosas militares, recebendo rendas que ao serviço militar no Norte de África obrigam, os que, com maior relevo se mencionam. Violentas críticas atingem aqueles que não cumprem o serviço na totalidade, enviam outrem em seu lugar ou nem sequer o concretizam. Deverá o rei obrigá-los a cumprir e, na sua política de distribuição de mercês e honras, cuidar de compensar os que de facto o servem... As advertências atingem, assim, o próprio monarca, particularmente D. Manuel, revelando situações criticadas abundantemente no discurso literário da época. Ver *Algumas posições assumidas...* e *Compilação de Documentos*.

desde 1510, atraindo populações contra os cristãos, unificando forças e assenhoreando-se paulatinamente da região sul do Tenciffe, até conseguir uma vitória política decisiva em 1524 com a conquista da cidade de Marrocos.

Com redobrada atenção se acompanha desde então nas praças portuguesas e a nível de agentes internados no sertão marroquino as movimentações e lutas entre o rei de Fez e o novo senhor de Marrocos, assim como as preocupações e projectos debatidos internamente, os auxílios desejados e os apoios garantidos, a existência ou não de facções políticas e de contestações, as reacções de diferentes outros poderes, a ameaça que tudo isso podia representar para os lugares portugueses. Tais informações – quanto possível ajustadas à realidade – chegadas à Corte, sobre a situação interna em Marrocos, juntam-se a muitas outras vindas por diferentes vias. Estas dão novas do acontecido no contexto do Mediterrâneo e do Atlântico e dos confrontos que nas áreas marítimas e na Europa se desenvolvem, bem como das vicissitudes do Império português noutras áreas, seja no Oriente, onde se confronta com poderes indígenas e muçulmanos e com o Império Turco em expansão, seja com o corso e a concorrência comercial e política por parte de cristãos também no Oriente, no Brasil ou em África.

Se data de Fevereiro de 1529 um dos documentos onde mais cedo se pondera no reinado de D. João III a situação das praças portuguesas de Marrocos, tendo em vista avaliar vantagens e desvantagens de uma retirada ou de uma concentração de forças – atendendo à situação depauperada da fazenda régia –, outras fontes revelam já em anos anteriores a preocupação de ordem financeira do monarca português.

Na verdade, D. João III com o trono herdou também em 1521 uma série de encargos e dificuldades, alguns acumulados de reinados anteriores, outros contraídos ao tempo de D. Manuel e por este deixados em testamento, a que se aliam obrigações para com membros da família real, exigências decorrentes da política de alianças matrimoniais prosseguida com o novo monarca, a canalização de recursos para a manutenção, crescimento e reorganização de uma complexa aparelhagem político-administrativa e financeira, no Reino e fora dele, bem como para garantir uma política de distribuição de mercês e honras, também ela necessária à paz social e ao fortalecimento do poder régio.

Junta-se a tudo isto os débitos de origem comercial e o uso de mecanismos financeiros de forma a desenvolver um comércio lucrativo com o Oriente, os gastos sucessivos no abastecimento em trigo

não apenas dos lugares de Marrocos mas do próprio Reino devido às frequentes esterilidades que o atingem, às perdas de navios e de mercadorias de que tanto se queixa D. João III ao Papa em 1532 – e que quantas vezes se deve ao curso europeu.

A estagnação que afecta os proventos da Guiné, nomeadamente o ouro da Mina, desde o tempo de D. Manuel – ao mesmo tempo que escasseia a prata da Europa central necessária ao comércio oriental –, continua a impelir os Portugueses ao longo do reinado de D. João III e ainda posteriormente a procurar minas e canais de proveniência do metal precioso, seja no continente africano, tanto no litoral como em explorações para o interior, no Oriente ou no Brasil⁵, e a procurar obter prata proveniente da América espanhola.

Recorde-se ainda que além de riscos e ameaças que algumas posições portuguesas sofrem nos anos 20 no Oriente e Extremo Oriente por parte de poderes locais, a pressão do comércio muçulmano e a influência turca ameaçadora na zona de Cambaia exigem sucessivas intervenções de forças portuguesas ao longo desta e da década seguinte nesta zona, ao mesmo tempo que se prossegue a penetração no Mar Vermelho (exploração em 1541) e a fixação no Golfo Pérsico (Baçorá conquistada precisamente em 1529), muito embora numa política condicionada na década de 20 por rivalidades de interesses e problemas internos na governação da Índia.

Com a China mantêm-se os contactos comerciais apesar de cortadas até 1554 as relações oficiais sino-lusas (estabelecimento em Macau em 1557). Atinge-se o Japão em 1543.

Quanto às ilhas Molucas, a presença castelhana a partir da viagem de circum-navegação de Magalhães obriga desde D. Manuel a marcar posições (fortaleza em Ternate em 1522) e constante observação, atitudes de hostilidade e negociações que conduzirão finalmente em 1529 ao Tratado de Saragoça que, mediante compensações, reconhece a Portugal o direito de navegação e de comércio exclusivo naquelas partes.

Mais de metade dos rendimentos da Coroa portuguesa provêm do comércio ultramarino e qualquer contracção neste ou quebra no mercado internacional – motivados por guerras ou pelo curso, pela concorrência económica e política – logo se reflecte na sua

⁵ O Autor-anónimo que nos anos 40 emite um parecer favorável à conquista do Norte de África – documento XIII –, reflecte essa mesma preocupação, uma vez que considera na definição de Reino rico a importância de possuir minas de metal, precioso e sem ser precioso, de útil aplicação tanto no comércio como na guerra e na paz. Ora, segundo ele, Marrocos não só promete minas de ouro (não exploradas pela negligência dos mouros), como possui muitas de prata, cobre e ferro. Ver *Compilação de Documentos*.

situação financeira. Mas por esse mesmo motivo, porque é o grande empreendimento ultramarino – comercial e apoiado necessariamente pelo esforço militar – a fonte de receitas fundamental para suportar uma situação financeira deficitária, é preciso investir e manter a importância comercial de produtos como os das Ilhas e garantir o crescimento do tráfego das especiarias asiáticas, fazer respeitar o monopólio régio e encontrar e explorar novos mercados.

Várias crises (quicá mundiais, conforme as caracterizou Magalhães Godinho) afectam, contudo, Portugal e o seu império com diferentes amplitudes e duração, tendo que recorrer-se a expedientes, a múltiplas formas de crédito, a empréstimos obtidos junto de mercadores e homens de cabedal, contraindo-se dívidas na Flandres (em 1549 encerrada a feitoria de Antuérpia) e nas feiras de Castela, sofrendo-se juros elevadíssimos que se acumulam.

Nos anos 30 e 40 é nítido para alguns ser a Índia a área por excelência onde se deve gastar mais para acudir como remédio a todas as outras despesas (1534? Conde da Castanheira, 1543 Anónimo – documento XIV).

Os lugares portugueses em África, dependentes cada vez mais de abastecimentos do exterior – devido a calamidades naturais, à guerra contínua e à ameaça xerifina –, ressentem-se necessariamente das dificuldades do Reino. Ainda em 1525-1526 persistem em Arzila situações de carência devido a flagelos do início da década. O monarca luta com dificuldades financeiras para saldar dívidas respeitantes a pagamentos não efectuados nos lugares setentrionais, enquanto aumentam as despesas no aprovisionamento em trigo⁶. Com as ameaças crescentes às praças do Sul (a que se somam internamente abusos de poder e irregularidades nos pagamentos, denunciados em 1530) aumenta a necessidade dos socorros, inclusive em víveres⁷.

Tendo havido quebras nas relações comerciais das praças portuguesas com os poderes do interior, inclusivamente no Norte, tomam-se nesses anos medidas de ordem comercial com vista a preservar os interesses régios a nível de direitos alfandegários, apreensão de mercadorias proibidas, preço dos resgates, procurando recuperar

⁶ Carta de D. João III, de 24 de Agosto de 1526, ao capitão de Arzila, António da Silveira – BN (Biblioteca Nacional de Lisboa), *Fundo Geral*, cod. 8163, f. 26. Cenas de fome e peste em Arzila em 1522 descritas por Bernardo RODRIGUES, *Anais de Arzila*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915-1919, T. I, Liv. II, caps. LXXXIX e XC, pp. 370-374 e cap. XCI, pp. 376-377.

⁷ Carta de Vicente Rodrigues Evangelho, de 18 de Março de 1530, a D. João III – ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 44, D. 113. Ver David LOPES, *op. cit.*, T. IV, cap. II.

rendimentos através da vigilância de navios de mercadorias e aliciamiento de mercadores⁸.

Nota-se, fundamentalmente, por parte de D. João III em 1526 e nos anos imediatos uma preocupação em inventariar situações geradas e acumuladas de anos anteriores, avaliar a verdadeira situação dos quatro lugares setentrionais, situados no Reino de Fez, do ponto de vista financeiro e militar e, através de um agente real, tudo registar desde os efectivos das praças e as dívidas respeitantes a rações e soldos, até à quantidade e qualidade da artilharia e munições e ao próprio estado das fortalezas no que respeita à necessidade de obras e reparações. Importava confrontar informações e detectar e corrigir irregularidades. Parte deste inventário é, aliás, sigiloso e seguem-se-lhe medidas de restrição e controlo que a todos atingem⁹.

Trata-se de fenómenos que continuarão a verificar-se, originando em anos futuros não só este mesmo tipo de preocupação como novas medidas de correcção¹⁰.

Do ponto de vista político procurava-se, através de um maior rigor nos controlos dos efectivos militares e civis dos diferentes lugares de África e da sua operacionalidade, garantir a presença e união dos seus componentes numa defesa efectiva das praças em ocasiões de maior risco. Particularmente em 1529 e a despeito das dificuldades manifestas do erário régio, pretende D. João III que se proceda a um inventário completo de artilharia, pólvora, munições, bem como do estado das fortalezas¹¹. Pretende esses lugares seguros e envia a África nesse mesmo ano um arquitecto, Duarte Coelho, e um engenheiro, mestre das obras do rei, João de Castilho, a fim

⁸ Bernardo RODRIGUES, *Anais de Arzila*, T. I, Liv. II, cap. XXIX, p. 497. As cartas de D. João III a António da Silveira, de Setembro e Novembro de 1526, Janeiro e Junho de 1527 e Janeiro de 1528, revelam uma continuidade na atenção a estas matérias – BN, *Fundo Geral*, COD. 8163, ff. 21, 27, 28, 30 e 34. Estas e outras cartas do Rei ao capitão de Arzila foram publicadas, embora sem indicação do fundo documental, por Gabriel PEREIRA, numa transcrição nem sempre cuidada, no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (17.ª série, n.º 8, 1898-1899), Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, pp. 391-420.

⁹ Carta de D. João III, de 9 de Janeiro de 1526, a António da Silveira – BN, *Fundo Geral*, COD. 8163, ff. 14. O Rei conhece já o conteúdo do inventário das diversas praças setentrionais em Agosto desse ano (Carta de 16 de Agosto, COD. 8163, f. 23).

¹⁰ Recorde-se, a título exemplificativo, a acção de D. Aleixo de Meneses em 1535, enquanto provedor e visitador dos lugares de África, quando visita Arzila e corrige certas irregularidades – Bernardo RODRIGUES, *Anais de Arzila*, T. II, Liv. IV, cap. LXXI, p. 275.

¹¹ Cartas de D. João III, de 18 de Março e 27 de Junho de 1529 a António da Silveira – ver *supra* ff. 43 e 47. Ver também o comentário de Sousa VITERBO no seu *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou ao serviço de Portugal*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, n. 135, pp. 215-216.

de visitar as fortificações, estudar as condições para as obras e calcular as despesas.

Atento a esta iniciativa se revela o Duque de Bragança quando em 1529 reflecte sobre a orientação política a seguir no Norte de África¹², tornando prioritário o objectivo de reduzir os gastos do erário régio e, portanto, adiar qualquer iniciativa de abandono de praças ou concentração numa delas.

Observa, contudo, objectivamente, a incapacidade em termos de recursos humanos e financeiros de Portugal conquistar o Reino de Fez e considera a possibilidade de no futuro se abandonarem os lugares mediante um estudo prévio e num processo paulatino.

Tudo leva a crer, através do seu discurso, que as suas opiniões e posições por ele assumidas diferiam drasticamente da orientação seguida por D. Manuel e apoiada por muitos conselheiros, quer do ponto de vista estratégico (só Azamor e Safim tinham potencialidades, segundo ele, para se conservarem de forma lucrativa), como nas relações e nos acordos estipulados com Castela. As praças do Norte deveriam ter sido asseguradas, na sua perspectiva, por quem detivesse recursos e muitos prejuízos se teriam evitado e ainda se evitariam se Tetuão tivesse sido ocupada, mediante autorização e ajuda de D. Manuel, por Fernando de Aragão¹³. Desde 1522, com a tomada de Rodes pelos Turcos, que se procurou instalar a Ordem dos Hospitalários em território neutral não comprometido nem com o Imperador nem com o Rei de França. Porque não – considera o Duque – instalá-la em Ceuta e em Alcácer Ceguer, passando a caber-lhe, através de armadas, o controlo do Estreito e o combate ao corso e garantindo as bases de uma futura conquista?

No Norte vive-se, de facto, nos anos 20 e 30 uma situação de ameaça constante, por terra, saques e capturas (fundamentalmente pelos alcaides de Alcácer Quibir e Xexuão) e, por mar, o corso proveniente do acolhimento de navios em Larache e dos portos de Beles e de Tetuão, cuja importância cresce mediante a colaboração com Argel, sob protecção do Turco desde 1518 e por ele financiado a partir de 1534.

¹² Cartas do Duque de Bragança, D. Jaime, de 8 de Janeiro e de 12 de Fevereiro de 1529 a D. João III – Frei Luís de SOUSA, *Anais de D. João III*, vol. II, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1938, pp. 85-86 e ANTT, *Gaveta XVIII*, 10-10. Ver *Algumas posições assumidas...*

¹³ Também Carlos I de Espanha insistia em vão em 1520 em construir uma fortaleza na foz do rio de Tetuão, caso o não fizesse D. Manuel, isto no mesmo ano em que D. Pedro de Mascarenhas sondava essa possibilidade. Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Coimbra, 1949-1955, P. IV, cap. XLVIII, pp. 133-135.

O interesse régio por Larache em Julho de 1529 num pedido de informação urgente e sigiloso ao capitão de Arzila, sobre navios, contingentes, fortalezas e sistema de vigilância, visaria ocupar este porto de abrigo de navios mouros, de comércio concorrente e porta de acesso às regiões mais interiores de Arzila e Alcácer Quibir¹⁴, ou apenas pretendia uma melhor avaliação da situação de Arzila?

Também no Sul se repercutem as preocupações régias. Ainda em 1529 em Azamor – tal como acontece em Santa Cruz do Cabo de Gué – António Leite¹⁵, salientando a guerra permanente que se vive naquela zona, procede ao inventário da gente de cavalo apta a servir e alerta o rei para irregularidades e fenómenos que o prejudicam seriamente do ponto de vista militar e económico (perda de direitos alfandegários), desde a correspondência não autorizada com poderes mouros, negócios internos irregulares, trocas comerciais em portos como o de Larache e Salé, com venda de armas e de outras mercadorias proibidas, até contactos comerciais de castelhanos com os Xerifes¹⁶. Segundo ele, o Rei pouparia

¹⁴ Carta de D. João III, de 3 de Julho de 1529, a António da Silveira – BN, *Fundo Geral*, COD. 8163, f. 49. Descrição de Larache de Bernardo RODRIGUES, *Anais de Arzila*. T. I, Liv. II, cap. CXXIX, p. 469.

¹⁵ Destaco denúncias e pareceres de António Leite expressos a D. João III a 10 de Setembro e 14 de Outubro de 1529 e a 6 de Abril de 1530 – ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 64, 62 e 86. Ver *Algumas posições assumidas...* As suas informações sobre as características e sistema de defesa de Salé-o-Velho parecem pouco fundamentadas se, na verdade, correspondem antes a Rabat ou Salé-o-Novo, cf. *Les sources inédites de l'Histoire du Maroc*, Portugal (P. Cenival, D. Lopes, R. Ricard), T. II – P. II, Paris, Paul Geuthner, 1946, p. 478, n. 1. Além disso, a estratégia militar e política proposta ao monarca parece pouco consistente uma vez que muda radicalmente nos anos seguintes quando estabelece tréguas com o alcaide de Salé. Propõe então uma ofensiva bem mais a Sul.

De Santa Cruz do Cabo de Gué escreve Simão Gonçalves da Costa a D. João III a 15 de Setembro de 1529 (ano calculado) – ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 439, publicada por Joaquim FIGANIER, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir). 1505-1541*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, pp. 325-327. Por esta carta e pela que de Azamor escreve a 10 de Setembro de 1529 António Leite, confirma-se a presença de Duarte Coelho e de João de Castilho em Azamor e Safim.

¹⁶ Há, de facto, durante todo o período em estudo actos nítidos de colaboração entre Portugal e Espanha (cujos interesses específicos nem sempre coincidem com os do Império de Carlos V) – cláusulas em acordos de Portugal com o Reino de Fez ou com Marrocos e o Suz extensivos aos súbditos do Imperador, socorros em gente armada e em abastecimento provenientes da Andaluzia mas independentes de requisições oficiais, diálogo permanente e até por vezes cooperativo, particularmente em conjunturas de maior ameaça (1541, 1547, 1548-1550), a nível de Coroas e de responsáveis políticos, de cidades e de lugares fortificados. Há, todavia, também uma prejudicial concorrência comercial em Fez e em Marrocos e, sobretudo, no Sul um contrabando relacionado com a guerra e de metais como o ferro e o cobre (Teracuco e Tafetana). Trata-se de uma situação conti-

os gastos que pensava fazer com as fortificações do Norte se inter- viesse militarmente em Salé no reino de Fez (cujas divisões inter- nas havia que incentivar) ou, dada a mudança de circunstâncias em 1530, em terras dos Xerifes.

O fervor militar e religioso de alguns homens estantes no Norte de África, como Gonçalo Mendes Sacoto, parece atingir em 1530 maior exaltação com a perspectiva de uma intervenção pessoal do Infante D. Luís naquelas terras (em cuja determinação vê a vontade de Deus) e com a intenção que julga descortinar em D. João III – «todos sabemos que esta he sua Virtuosa entença»¹⁷. Em Azamor, Safim e Santa Cruz do Cabo de Gué vê Sacoto as chaves e as portas para a conquista, e nos povos sujeitos à tirania do Xerife predisposição para aceitar um novo senhorio e conduzir o Rei de Fez à vassalagem. Numa linha próxima, e na mesma época – face a uma possibilidade concreta de se abandonar ou reduzir Santa Cruz –, defende Simão Gonçalves da Costa a posição estratégica deste lugar para futura intervenção no Suz.

São reacções particularmente sentidas nas praças meridionais e opiniões que se afastam tremendamente do parecer do Duque de Bragança.

Por uma carta do Infante D. Fernando, de Outubro de 1534, deduz-se, todavia, que se D. Luís passasse a África como constava em 1530 (a notícia despertou aliás sério alarme nos diversos pode-

nuamente denunciada e que, embora persista, ocasiona alguns inquéritos e por vezes se coloca em destaque na correspondência oficial em épocas de necessária negociação, dada a existência de ameaças comuns às posições estratégicas do Norte de África, às costas peninsulares e às rotas do Mediterrâneo e, sobretudo, do Atlântico: Turcos, Argel, corso local a partir de portos mediterrânicos e com acolhimento em portos atlânticos – crescendo de gravidade com a gradual unificação política de Marrocos e com as ligações estabelecidas com aqueles poderes –, intervenções francesas...

É elucidativa a abundante documentação publicada nas *Sources inédites* de Espanha e de Portugal e em *Documentos para el estudio del abastecimiento y auxilio de las plazas portuguesas en Marruecos desde el sur de España* (Bejarano ROBLES) e trabalhos como os de Robert RICARD, alguns publicados em *Études sur l'histoire des Portugais au Maroc*, de Rumeu de ARMAS, *España en la Africa Atlántica*, de FERNÁNDEZ ÁLVAREZ sobre *La España del Emperador Carlos V (Historia de España*, dir. Manédez Pidal, T. XVIII) e Fernand BRAUDEL, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*.

¹⁷ Carta de Gonçalo Mendes Sacoto, de Maio/Junho de 1530 a D. João III – ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 42, pub. *Sources inédites*, Port., T. II, – P. II (521-525), p. 525. Refere que quando se abandonou Aguz (1525) o Xerife teria comentado «que quem desfazia ho seu, nom tomara o alheo» (p. 524), afirmação que, segundo Sacoto, deveria fazer reflectir e agir. Também Simão Gonçalves da Costa menciona a reacção do Xerife, conhecida através de mercadores, e como concluiria, de facto, «que quem deruba nam tomara» – carta de 16 de Maio de 1530 existente no ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 351, pub. *Sources inédites*, Port., T. II – P. II (551-553), p. 553. Ver *Algumas posições assumidas...*

res locais) não seria com objectivos de conquista mas sim para concentrar forças provenientes dos lugares de África a abandonar, embora – note-se – deixando fortalezas roqueiras, pois assim o assentara o monarca¹⁸. Lamenta D. Fernando que o não tenha concretizado, poupando com isso muito esforço posterior.

Este testemunho revela, desta forma, que a decisão régia de deixar certas posições e concentrar-se noutras estaria já bem definida no início da década, correspondendo a intenções bem distintas das idealizadas por alguns capitães.

As instruções de 1532 de D. João III ao seu embaixador Brás Neto sobre as questões do Norte de África apenas confirmam aquela informação. Agravado com grandes despesas de uma guerra contínua, o propósito expresso pelo monarca – embora não seja o de desvincular-se de uma missão ideologicamente honrosa (que reafirma e reafirmará sempre) – é, porém, o de seleccionar posições, abandonando as desfavoráveis (pela configuração da terra ou do porto) a uma defesa eficaz e ao transporte fácil de gente, mantimentos e artilharia, isto é, Azamor, Safim e Alcácer Ceguer. Reduzindo a área de Ceuta (demasiado exposta às armadas de mouros e turcos), em Tânger e Arzila concentraria as forças portuguesas (para isso estivera D. Luís em vias de passar a África no ano anterior) para um combate contínuo e eficaz ao Rei de Fez.

Do Papa pretende bulas e provisões, distintas – note-se – para cada uma das praças, com autorização para derrubar lugares sagrados, impedindo assim que os mouros os profanem e utilizem.

Conforme o testemunho de Brás Neto, o Sumo Pontífice terá dado as suas indicações nesse sentido entre Maio e Junho desse mesmo ano¹⁹.

Nos despachos que leva o novo embaixador a Roma, D. Martinho de Portugal (Maio de 1532), D. João III insiste, em muitas passa-

¹⁸ Carta do Infante D. Fernando (parecer), de 6 de Outubro de 1534, a D. João III – ANTT, *Gaveta II*, 7-3. Ver *Algumas posições assumidas...*

¹⁹ Instruções de D. João III a Brás Neto (minuta s. d.) – ANTT, *Cartas Missivas*, M. 2, D. 138, pub. *Corpo Diplomático Português* (1865), T. II, pp. 344-348. David Lopes e outros autores consideram que Roma não respondeu ao pedido do Rei. Torquato de Sousa SOARES em «Algumas Observações sobre a Política Marroquina da Monarquia Portuguesa», *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, T. X, 1962, pp. 545-546, n. 121, chamou, contudo, a atenção para uma carta de Brás Neto a D. João III, datada de 3 de Junho de 1532 e que reza o seguinte: «mando por este [correio] a Vosa Alteza o breue que o papa escreue ao nuncio, que jaa ha dias que pera laa partyo, pera fazer o que V. Alteza quer das Igrejas e moesteyros dos logares d'africa» – ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 49, D. 10, pub. *Corpo Diplomático Português*, T. II, pp. 395-398.

gens desse documento²⁰, nos objectivos espirituais da gesta portuguesa em África e no Oriente, na conversão dos povos e aumento da Cristandade, objectivos esses que, segundo afirma, orientaram os descobrimentos e continuavam no seu tempo a sustentar e a alimentar a guerra e as conquistas e o contacto com reinos distantes. Tratava-se de um serviço inestimável a Deus pelo grande esforço e sacrifício que representava para o Reino na perda de gente e de navios e nas despesas contínuas – alimentadas, aliás, pelos proventos da Índia, conforme declara –, tanto na manutenção de forças militares como na necessária importação de trigo para seu abastecimento.

Significativa me parece esta insistência de D. João III junto do Papa no carácter de guerra santa também na Índia, onde se combate o Turco, uma vez que persistem testemunhos de que não se trata de uma interpretação unanimemente aceite. Ainda em 1537, perante a iminência de um ataque turco e pretendendo D. João III utilizar o serviço de muitos fronteiros na Índia, a Mesa de Consciência e Ordens, consultada, faz prevalecer a distinção entre a Índia, como descoberta para comércio e trato, da África ou de qualquer outra terra de combate aos mouros²¹.

Na verdade, e apesar da exaltação que se faz da gesta ultramarina, que enobrece e glorifica o nome do Rei de Portugal e o seu povo, ideologicamente justificada na expansão da Cristandade – através da evangelização ou da guerra ao infiel (muçulmano ou turco) –, são frequentes, particularmente no discurso literário do século XVI, mas também nos escritos de Castanheda ou de Gaspar Correia, as referências de crítica moral aos objectivos que animam de facto aqueles que partem para o Oriente²². Seja qual for o grupo social

²⁰ Despachos de D. Martinho de Portugal, de 20 de Maio de 1532, pub. *Corpo Diplomático Português*, T. II (349-392), pp. 350-351, 355-359 e 379.

²¹ Para haver conquista é preciso que seja lícito, mas para a defesa todas as leis humanas e divinas permitem gastar fazendas e vidas – afirmou-o Manuel de Sousa ao rei no seu parecer sobre a manutenção dos lugares de África, a 1 de Janeiro de 1535 – ANTT, *Gaveta II*, 7-9. É um dos autores da década de 30 que considera a Expansão, de D. João I a D. João III, um empreendimento que nos seus vectores – aumento de domínios, descobrimentos e conversão – serve a república e a Cristandade. A guerra ao infiel, seja em África ou na Ásia, honra o monarca e o Reino. Numa caracterização próxima se situa o Visconde de Vila Nova da Cerveira a 5 de Novembro de 1534 – ANTT, *Gaveta II*, 7-8 – ao encarar o projecto ultramarino como um meio de expansão da Fé, da Paz, do Reino e serviço de Deus, desenvolvido por D. Manuel em África e na Índia. Ver *Algumas posições assumidas...*

²² Desenvolvi esta temática em trabalhos inseridos na *História de Portugal* (dir. João Medina), Lisboa, Ediclube, s. d./1.ª ed. 1993 – «Gil Vicente e o Império» (vol. IV, pp. 333-340), «Reflexões sobre os “Fumos da Índia”» com «Antologia» (vol. V, pp. 265-376) –, e em

a que pertençam – do nobre ao vilão que se torna soldado –, a cobiça de riqueza obtida pelo «roubo» ou pela «chatinagem» parece sobrepor-se em muitos a qualquer ideal (do *Auto da Índia* de Gil Vicente de 1509 à *Comédia Eufrosina*, escrita em 1542-1543 e publicada em 1555, até *O Soldado Prático* de Diogo do Couto, do final do século).

Mesmo referindo-se aos benefícios materiais da Coroa – através do comércio do Oriente – que engrandecem Portugal, os incentivos à sua aplicação produtiva, útil, na Expansão enquanto empreendimento unitário e de nobres ideais é uma constante nesses autores, revelando posições de certo modo próximas do intuito régio e assumidas ao longo de Quinhentos, mas também quanto, na prática, abundam as fugas e transgressões a esse mesmo objectivo.

Reflexo de tudo isto será a dicotomia que se acentua na década de 40 a nível de tomadas de posição entre conselheiros e pessoas que o Rei consulta sobre a política a seguir no Norte de África, defendendo uns a guerra santa em Marrocos e outros a lucrativa Índia? Procuraria o Rei alterar esta imagem a fim de congregar esforços, o apoio dos súbditos e do Papa, no investimento que lhe dá maiores rendimentos – legitimando-o porque garante proveitos a aplicar na defesa do seu Reino e da Cristandade – e conseguir assim, defender e manter, em qualquer das áreas, os seus domínios?

A controvérsia nos anos 40 parece, na verdade, cada vez incidir mais em temas de ordem prática, traduzindo uma preocupação fundamental: conservar a área de domínio que traga melhores receitas ao Reino e se sustente com menor esforço²³.

«Luzes e Sombras na Expansão Portuguesa – um equacionar de motivações, perdas e ganhos, em fontes literárias do século XVI», comunicação ao II Congresso Luso-Espanhol sobre Descobrimientos e Expansão Colonial/Actas pubs. no n.º 10 de Dezembro 1995 de *Mare Liberum* (CNPQDE), pp. 157-171.

²³ Fruto de exposições e de troca de opiniões em Almeirim, junto do Rei, ao que suponho em 1543, os pareceres anónimos que se publicam – ver «Problemas de datação e de divulgação dos textos» e *Compilação de Documentos*, XIII e XIV – revelam uma nova fase na presença portuguesa no Norte de África: o contexto pós-queda de Santa Cruz do Cabo de Gué, abandono de Azamor e Safim, crescente instabilidade nas terras de Marrocos meridional – problemas económicos, guerra entre Xerifes e alcaides do Suz e de Marrocos – bem como no reino de Fez onde se alimentam facções e altas figuras junto de Mulei Hamete se mostram hostis a Portugal, lavram movimentos de autonomia que actuam, sem sanção, contra os interesses portugueses. O aumento das tensões internas e da pressão ideológica dos cacizes pregando a guerra santa contra os cristãos, e as contínuas propostas de paz do Xerife de Marrocos ao Rei de Fez, conduzirão ao rompimento do tratado com Portugal em Setembro/Outubro desse ano depois de vários poderes regionais o terem feito (entre os quais Tetuão), agravando-se o clima de instabilidade nos lugares portugueses quer em relação a alcaides do interior, como o de Alcácer Quibir, quer em relação à defesa da costa.

Há pois preocupações comuns e, portanto, questões em torno das quais se pretende não só fundamentar a opção escolhida como, ao mesmo tempo, destruir as bases da argumentação contrária.

Será que o empreendimento se funda numa causa justa? Se a guerra e a conquista em África contra o infiel toma o carácter de «reconquista» (documento XIII) e encontra uma cobertura ideológica mais do que consolidada²⁴, para as atitudes bélicas e de conquista da Índia a justificação parece de facto mais controversa. Que causas e objectivos levam os capitães a fazer tantas guerras por essa Índia? – pergunta-se nos anos 40 como já se perguntava em 1509 no *Auto da Índia* e se continuará a questionar nos finais do século em relação aos verdadeiros intuítos de todos aqueles que partem para o Oriente²⁵.

A Índia, em oposição a África, representará apenas um intento de ganhar riqueza? Opondo o conceito de «honra» ao de «cobiça», ou Fez relativamente à Índia, como faz Francisco Pereira em fins de 1534, facilmente cairíamos na dicotomia vicentina portu-

Para os conselheiros do rei, não se trata de abandonar um projecto de expansão e de conquista, mas determinar qual a melhor área de investimento. Os maiores problemas parecem vir do Norte de África, mas não derivarão as dificuldades de domínio que Portugal enfrenta de uma dispersão de forças a favor da Índia?

Que solução? – Deixar posições em África e os «inimigos à porta» para guerreá-los na Índia e no Extremo Oriente? Ou combatê-los, investir na conquista de Fez e de Marrocos? Com que meios? (documento XIII). – A Índia será mais fácil de conquistar e trará maiores benefícios materiais? Os pareceres que se publicam revisitam questões fundamentais como a segurança do reino e dos meios que lhe fornecem rendimento, estratégias e meios de domínio – conquista para povoar ou conquista para garantir comércio (documento XIV)? –, vantagens e desvantagens em termos de proveito material e de comportamento social.

²⁴ Parecer do Autor anónimo (pós-Março 1543) – BAJUDA, (Biblioteca da Ajuda/Lisboa), *Códice* 51-VI-36. Conselheiros e homens de guerra que se pronunciam em 1530, como Mendes Sacoto ou Simão Gonçalves da Costa, exaltam ao máximo o espírito de guerra santa (ou de santa conquista), qual «alanpada que esta ardendo diante de Deos» (Sacoto), tal como em 1534 o serviço de Deus e o do Rei (e a honra do Reino) se colocam como duas obrigações unidas no discurso de Cristóvão de Távora (5 Out.) – *Historia de Varoens illustres do appellido Tavora*, de João de Melo BARRETO (18 Out.) – ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 53, D. 134, do Visconde de Vila Nova da Cerveira (5 Nov.) – ANTT, *Gaveta* II, 7-8, do Bispo de Coimbra (6 Dez.) – ANTT, *Gaveta* II, 7-5, entre outros. Nesta linha se insere também Francisco Pereira (finais de 1534) – BAJUDA, *Códice* 51-VI-40 – ao fazer decorrer do cumprimento da guerra ao infiel a própria dignidade régia, pretendendo que o Rei de Portugal seja «exemplo e espelho» dos reis cristãos e o português se conduza pela «honra» (onde o serviço de Deus se mistura com a glória de Portugal). Para este autor, como para Gil Vicente e tantos contemporâneos, os verdadeiros portugueses eram capitaneados por Cristo e vocacionados a obter uma «honrada fama». Ver *Algumas posições assumidas...* e *Compilação de Documentos*, II, III, VIII e XIII.

²⁵ De «cavaleiros esforçados» os Portugueses transformaram-se em «mercadores cobiçosos e viciosos» – afirma-o Jorge Ferreira de VASCONCELOS na *Comédia Eufrosina* e reafirma-o Diogo do Couto n' *O Soldado Prático*.

guês/genovês (*Exortação da Guerra*, 1514) e no discurso moralizador de tantos outros autores deste século. O «português» também é para ele o que serve a Deus e ao seu rei e glorifica Portugal num serviço que é a guerra ao infiel²⁶. Isso lhe dá «honra» e torna desprezível o «desleal christão»/«meo homem», conforme as suas definições.

Responde-se que na Índia se trata de uma guerra de defesa e justificada porque pela espada se alcança a segurança do comércio contra a tirania daqueles que o impedem (atitude contrária ao direito natural e das gentes). O objectivo da conquista decorre, assim, de uma necessidade de assegurar as escalas de um «justo» comércio (documento XIV).

Os Portugueses desenvolvem a sua actividade simultaneamente mercantil e militar granjeando além da fama de esforçados (honra e glória) e o apoio de alguns poderes vizinhos, a abertura ao comércio em portos de inimigos. Se não, as mesmas armadas portuguesas que garantem a segurança e o proveito da actividade comercial, servem para impedir (justificadamente) que naus de mercadores passem aos portos hostis²⁷.

Mas será que o objectivo de uma conquista deva ser apenas o comércio ou os tributos? Para o anónimo defensor da conquista de África (documento XIII) este é apenas um benefício secundário ou mesmo accidental, quiçá efémero. Assegurado o monopólio da venda das drogas, não se transformarão os portugueses em fracos como aconteceu com os outros povos mercadores que antes senhoreavam a Índia? A paz e as delícias, os «mimos» da Índia, não os debilitarão? Teme que no futuro haja «grande mudança nas couzas», que os Portugueses se pervertam²⁸.

²⁶ Em África morre em combate e com esse mesmo espírito o filho de Sá de MIRANDA, em 1553 em Ceuta – «Elegia a António Ferreira» in *Obras Completas* de Sá de Miranda, vol. II, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1937, pp. 16-21 –, assim como morrera o de D. Afonso de Ataíde em Santa Cruz do Cabo de Gué em 1541 – Carta deste ao Bispo de Coimbra, a 7 de Abril de 1541, existente na BPADE (Biblioteca Pública de Évora), CIII/2-20, f. 149 v, pub. FIGANIER, *História de Santa Cruz*, pp. 345-346. O combate pela fé, porque caminho agrio e perigoso, exige fidelidade a Deus e ao Rei/pátria e é nisso que se fundamenta a honra individual.

²⁷ Parecer anónimo posterior a Março de 1543, reflectindo uma posição assumida em Almeirim e de contestação à que defendia o prosseguimento da conquista do Norte de África – BAJUDA, *Códice* 51-VI-36. Ver *Compilação de Documentos*, XIV.

²⁸ São diversas as vozes que se elevam acerca das mudanças de comportamento ou alteração de costumes na sociedade portuguesa e que as ligam ao desenvolvimento da Expansão ultramarina. Em 1534 insiste-se que os vassallos de D. João III detêm prata, ouro, jóias, tapeçarias, pinturas, casas, isto é, suficiente riqueza mal utilizada e que deveria ser proveitosamente canalizada para servir os interesses do Rei e do Reino, como já

Fala, por outro lado, este mesmo autor, dos riscos do domínio. Não poderá faltar o comércio e até mesmo o abastecimento, pela deslocação dos mercadores e alteração dos pontos de descarga das mercadorias ou pela guerra movida por poderes locais? Evidentemente que há sempre exemplos pontuais (neste caso da década de 20 do século XVI, seja em Ormuz ou em Malaca) para fundamentar a argumentação. O objectivo primordial é, todavia, o de salientar as debilidades da Índia em comparação com as potencialidades de África, considerando nesta os grandes reinos de Fez e de Marrocos. No Oriente, nas áreas de fixação portuguesa, os naturais, segundo este parecer, não possuem praticamente produtos da terra que os sustentem, a mercadoria vem de fora. Em confronto com a riqueza de Fez ou de Marrocos trata-se de uma riqueza «fantástica», isto é, não natural e, portanto, investimento pouco seguro.

Antes do comércio e dos rendimentos – questiona o mesmo autor – não será a segurança do Estado e o controlo sobre poderes vizinhos o objectivo primordial de uma conquista? Há, de facto, que avaliar as maiores ou menores facilidades de conquista mas também, face a riscos e ameaças, a capacidade de manter o conquistado e as vantagens ou prejuízos dessa conservação²⁹.

em 1514 insistira Gil VICENTE na *Exortação da Guerra*. Em lugar disso, gasta-se inutilmente rendas e dinheiro em vez de criar gente capaz de ir combater ou de ajudar a fortalecer os lugares do Norte de África. Além do mais, tudo isto significa que os portugueses assim desvirtuados não possuem capacidade sequer para defender o próprio Reino (Manuel de Sousa – 1 de Janeiro de 1535).

Terão sido a Índia e a prática comercial (oposta à dura guerra em África que forma o carácter dos cavaleiros) as responsáveis por essa alteração? O Autor anónimo do documento XIII insere-se com as suas observações num tipo de crítica moralizadora que se encontra na literatura portuguesa ao longo de todo o século XVI, de Gil Vicente a Francisco Rodrigues Silveira. Chega, com Diogo do Couto, a reexaminar a concretização de uma profecia dos mouros que dizia terem os Portugueses vencido a Índia como cavaleiros e que a perderiam como mercadores. Este tipo de discurso opõe as práticas comerciais e usurárias ao espírito do nobre, do cavaleiro, do guerreiro valente e esforçado, considerando os que as praticam espíritos débeis e viciosos, vivendo e propagando a ociosidade. É fundamentalmente uma mensagem moralizadora que se pretende veicular com tais críticas ou revela apenas uma concepção nobiliárquica da sociedade? Tal dicotomia mercador/nobre, logo à partida, afasta-se da realidade... Ver notas 22 e 25. O Autor do documento XIV, ao invés, salienta que o dinheiro é o «nervo da guerra» e na Índia se combate. Ver *Algumas posições assumidas...* e *Compilação de Documentos*.

²⁹ Não é só o Norte de África com a sua extensão e múltiplas forças inimigas poderosas, nem a Índia distante e com uma fixação portuguesa ainda mais dispersa e frequentemente ameaçada por poderes regionais que são chamados à discussão. Também o Brasil é envolvido nela sobretudo porque atrai já muita gente útil a outras regiões e nele os Portugueses ficam no litoral expostos a ataques e incursões de piratas. Ver *Compilação de Documentos*, XIII e XIV e a propósito deste assunto o estudo de Jorge COUTO, *A Construção do Brasil. Ameríndios, Portugueses e Africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995.

Tudo deve ser avaliado, no entendimento destes observadores do século XVI, mesmo o comportamento da população do reino e as repercussões que nela pode ter o empreendimento ultramarino, conforme seja para África, para as Ilhas, para a Índia ou para o Brasil. Não apenas o aspecto migratório se coloca e os eventuais efeitos na economia de Portugal continental (sobretudo a nível da agricultura)³⁰, mas sopesa-se também com insistência o comportamento moral dos Portugueses.

Quando em 1534 – dada a impossibilidade financeira do erário régio em manter todas as posições portuguesas em Marrocos – D. João III, uma vez mais, coloca em questão a continuidade de domínio nas zonas mais expostas às ameaças xerifinas – e embora a sua decisão estivesse definida pelo menos desde 1530 –, esperava de certo garantir um comprometimento por parte das principais figuras do reino. Esse compromisso a assumir – fosse qual fosse o resultado da consulta –, antes de tudo político, incluiria subtilmente uma promessa de auxílio pelos súbditos em homens e recursos³¹.

A condicionantes de ordem externa – o poder crescente xerifino que recentemente ameaçara Santa Cruz do Cabo de Gué (1533) e cercara Safim (Maio/Junho 1534) e as movimentações da armada turca de Barba-Roxa que, embora em parte pudessem ser dificultadas pelas forças imperiais, não deixavam de colocar em alerta as

praças do Norte e, sobretudo, Ceuta, exigindo futuros reforços – juntavam-se condicionantes internas que a conjuntura agravou: – diversas frentes de combate, no Oriente, no Atlântico e no Mediterrâneo, requerendo contínuos esforços e despesas, na defesa de posições e de rotas e no combate ao corso; – no Norte de África, dispersão de lugares ameaçados, tanto no litoral mediterrânico (por mar e por terra) como na costa Atlântica; – necessidade de contínuos socorros a lugares meridionais distantes e com acesso dificultado ou mesmo impossibilitado, como são Azamor e Safim, em permanente risco; – incapacidade da fazenda real, com gastos recentes avultados e na perspectiva de mais despender em Ceuta, de assegurar à sua custa a conservação dessas praças.

Em contrapartida, realça D. João III, uma vez mais, a obrigação do combate a mouros e turcos em defesa da Cristandade e da fé – luta que, aliás, reúne nesta conjuntura as forças do Imperador, as da Santa Sé e as das ordens militares³². Mais ainda, a honra do rei compromete-o a uma conquista iniciada por D. João I e que D. Manuel fez progredir.

Apesar de referir a decisão de nada determinar sem primeiro muito reflectir e tomar conselho, na verdade o monarca português já decidira recuar em determinadas áreas, embora – justificação que até ideologicamente se lhe impunha³³ – para concentrar forças noutras zonas, estrategicamente favoráveis, e futuramente reiniciar a conquista dos reinos de Marrocos.

³⁰ Nos documentos XIII e XIV, da década de 40, considera-se a migração para fora do Reino até salutar, uma vez que evita tensões sociais por excesso de gente desocupada. Todavia, «... dizem que o Reyno se despovoa ao cheiro da canella ...», lê-se, à maneira de Sá de Miranda, no parecer do Autor anónimo que defende o investimento na Índia. Mas se a terra no Reino continua a cultivar-se, as armadas a partirem providas, as cidades e vilas a crescerem, a população a aumentar, porquê culpar a Índia? Há outras áreas de povoamento, as Ilhas, o Brasil... O Norte de África, na projectada conquista por alguns, não exigiria muito mais gente do que o Oriente, uma vez que para conservar a ocupação no interior marroquino seria indispensável um povoamento (documento XIV)? Não será a terra de Santa Cruz, mais do que a conquista do Norte de África, dada a sua imensidão, a corresponsável – juntamente com a partida anual de naus para a Índia cheias de gente e com poucos retornos – do despejo de meio Reino, de gente necessária ao cultivo dos campos e à defesa da pátria (documento XIII)? A argumentação é inesgotável... Ver *Compilação de Documentos*.

³¹ Carta escrita entre 13 e 28 de Setembro de 1534, a solicitar pareceres fundamentados sobre a política a seguir no Norte de África. Ver *Compilação de Documentos*, I – carta dirigida a Cristóvão de Távora (com data de 13 de Setembro). Sobre este documento ver *infra* nota 38.

Indo decerto ao encontro da vontade do monarca, muitas das personalidades consultadas não só oferecem a sua vida e os seus bens, como consideram legítimo o rei exigir de todos os súbditos ajuda. Alguns falam em Cortes; outros num particular contributo dos nobres e da gente de dinheiro para o sustento de homens na guerra; um maior comprometimento por parte do clero secular e regular, das ordens militares, dos possuidores de comendas (ver nota 4); o serviço dos que permanecem na Corte excedentariamente e levando uma vida ociosa e perdulária, o contributo de cidades e vilas. É preciso despertar o Reino para as armas. Ver *Algumas posições assumidas...* e *Compilação de Documentos*.

³² Recorde-se que nesse ano de 1534 foi intensa a actividade de Barba-Roxa, almirante da frota turca, obrigando os Estados mediterrânicos a uma vigilância contínua. Temia-se o seu avanço no Mediterrâneo ocidental, qualquer ingerência turca ou argelina (cada vez se confunde mais a proveniência dos navios...) no Estreito de Gibraltar que facilmente conseguiria acolhimento nos portos atlânticos de Fez e negociar nos de Marrocos. Ver nota 16.

É por diversas vias que D. João III recebe notícias das movimentações dos Turcos e de Barba-Roxa. Cerca de um mês depois de receber as informações do Imperador (entre 13 e 28 de Setembro de 1534) a respeito da ameaça que aquele representava para os Estados italianos, incluindo o Papado, e, provavelmente, segundo outras fontes, para Ceuta, chega-lhe de Roma uma carta de D. Henrique de Meneses (13 de Outubro) relatando-lhe a reacção aí sentida por Barba-Roxa ter tomado Tunes. A armada do Imperador organizava-se e provavelmente chegaria um pedido de caravelas a Portugal – ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 53, D. 123, pub. *Corpo Diplomático Português*, T. III, pp. 119-120.

Será no ano seguinte, em 1535, que Carlos V, passando pessoalmente a África, conseguirá com uma forte armada que conta com a colaboração de Portugal (e a que se junta a conhecida iniciativa do Infante D. Luís) desapossar Barba-Roxa da Goleta e, depois, de Tunes.

³³ Justificação ou «desculpa» apontada no parecer do Marquês de Vila Real (30 de Outubro) – ANTT, *Gaveta II*, 7-10. Ver *Algumas posições assumidas...*

Disso estão conscientes alguns conselheiros como Cristóvão de Távora e o Visconde de Vila Nova da Cerveira. Outros³⁴ sugerem ainda maior reflexão com homens conhecedores do ofício da guerra (Bispo do Algarve em 15 de Outubro e Nuno Rodrigues Barreto a 1 de Novembro) ou cautela nos conselhos que recebe – Deus não permita «que venha esprito mentirozo na boca de seus conselheiros» (Manuel de Sousa). Há, portanto, de novo divergências e até desconfiança ou inimizade relativamente aos auxiliares directos do rei, ou então, subtilidade de discurso numa oposição directa às decisões do rei.

Seja como for, a questão maior para o monarca é garantir apoios e, nomeadamente contornar, sem desprestígio político a nível interno nem internacional, as dificuldades financeiras, assegurando a sua imagem.

Ele tem os seus auxiliares directos, os seus agentes, dispõe de informações e dados que só agora – e sigilosamente – transmite às pessoas consultadas, ao chegar a um ponto de ruptura. Define secretamente a situação financeira, a sua realidade, o campo de hipóteses e os seus propósitos. De certo modo canaliza a reflexão e, quiçá, condiciona as respostas.

Em 1541, num contexto extremamente agravado, haverá de novo a preocupação de informar os conselheiros de uma situação explosiva – o cerco e ameaça a Safim e Azamor – e de pedir reflexão sobre a melhor solução a tomar, particularmente após a queda de Santa Cruz do Cabo de Gué. Ostensivamente, então, abstém-se de revelar a sua vontade e pede pareceres fundamentados³⁵.

Finalmente as praças portuguesas de Safim e Azamor acabam por ser evacuadas em Outubro de 1541, concretizando o seu abandono um projecto de pelo menos onze anos. Decorrerão mais cerca de oito anos até à decisão final de evacuar Alcácer Ceguer e Arzila.

³⁴ Bispo do Algarve, carta (parecer) de 15 de Outubro, a D. João III – ANTT, *Gaveta* XV, 14-2 – e Nuno Rodrigues Barreto, carta (parecer) de 1 de Novembro, ao Rei – ANTT, *Gaveta* II, 7-11. Ver *Algumas posições assumidas...*

³⁵ Ver *Compilação de Documentos*, XI. Segundo Frei Luís de SOUSA nos *Anais de D. João III*, T. II, pp. 208-209, o monarca ouviu em 1541 os pareceres de infantes e de muitos fidalgos velhos e experimentados que concordaram na conveniência de deixar as duas praças meridionais, facto que o rei sabia há anos. Foi esta, portanto, uma matéria bem discutida e assentada. Ver também Francisco de ANDRADA, *Crónica de D. João III*, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1976, P. II cap. LXXX, pp. 567-569, que embora datando o acontecimento erradamente de 1542, afirma também ter sido do parecer de todos os conselheiros e de muitos homens práticos nas coisas da guerra e de príncipes cristãos que o monarca teria consultado.

Não é possível por ora conhecer a fundo as diversas posições, uma vez que até agora poucos pareceres escritos desta data foram localizados.

Não teria havido suficiente reflexão e ponderação por parte do monarca, uma observação atenta de factores de ordem interna e externa, diálogo com homens de diversificado saber e experiência até se chegar a este tipo de solução?

Os mouros à porta: uma situação instável. Que estratégia?

É abundante a correspondência régia trocada em 1534 com numerosos conselheiros a propósito da situação no Norte de África mesmo antes da carta-padrão de Setembro desse ano. Podemos verificá-lo através de algumas respostas³⁶. O próprio rei envia uma carta – por portador – expondo a situação e acompanhada de uma folha com informações sigilosas de ordem financeira, antecipando a missiva acima referida³⁷. Esta, por seu turno, sofreu uma elaboração

³⁶ Nuno Rodrigues Barreto a 1 de Novembro de 1534 afirma já ter dado parecer anterior sobre Ceuta e o Bispo de Lamego pede a 7 de Outubro que se leia um outro parecer que já dera a pedido do rei sobre essas matérias, do qual envia cópia – ANTT, *Gaveta* II, 7-11 e II, 7-4. Ver *Algumas posições assumidas...*

³⁷ D. João III enviou uma carta a diversas personalidades, acompanhada de um «papel de fora» de âmbito sigiloso sobre assuntos da fazenda. Esse «apontamento», «folha» ou «memorial», como lhe chamam alguns conselheiros, que continha as despesas e rendimentos do Reino, Ilhas, Índia e demais comércio, é por certo o que Frei Luís de SOUSA refere nos *Anais de D. João III*, vol. II, p. 241, identificado no que respeita a valores ao documento do ANTT, pub. Elaine SANCEAU, *Coleção de São Lourenço*, I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973, pp. 38-42.

Quanto ao conteúdo e forma da carta, onde coloca as questões fundamentais que recolocará no pedido de pareceres de 13 de Setembro de 1534, trata-se de uma minuta dirigida ao Mestre e sem data, existente no ANTT – *Gaveta* II, 7-1 (e em cópia na BN), pub. *Sources inédites*, Port., T. II – P. II, pp. 637-639 e *n'As Gavetas da Torre do Tombo*, T. I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, pp. 827-829 e ainda copiado por A. Meyrelles do SOUTO, «O Abandono das praças do Norte de África», *Studia*, n.º 33, Dezembro de 1971, pp. 285-287.

Importa, contudo, a sua análise uma vez que inclui uma lista de nomes a quem a carta se deveria dirigir, com as respectivas fórmulas de saudação. Quanto às respostas, conhece-se o parecer de alguns dos contactados que assinalarei com * no rol que se segue e cujos resumos introduzi em *Algumas posições assumidas em época de controvérsia*. Existem cópias de respostas na BN, *Fundo Geral*, Ms. 18, ff. 298 v-338 e traduções de algumas nas *Sources inédites*, França, T. I. Das restantes menções subsistem muitas dúvidas na identificação quando a informação no documento é demasiado simplificada, dado que se detectam múltiplos homónimos contemporâneos.

1. Mestre * (da Ordem de Santiago, D. Jorge, filho natural de D. João II, Duque de Coimbra);
2. Marquês, filho do anterior (de Torres Novas, D. João de Lencastre, futuro Duque de Aveiro);
3. Marquês de Vila Real * (D. Pedro de Meneses, Conde de Alcoutim e de Valença, capitão hereditário de Ceuta);
4. Conde de Penela (D. João de Vasconcelos e Meneses);

faseada, interrompida a 13 de Setembro e concluída a 28 do mesmo mês, nela se acrescentando notícias recentemente recebidas do Imperador sobre o Turco³⁸. Foram decerto cerca de quinze dias de alerta a qualquer informação que ajudasse a clarificar a situação de Marrocos e do Mediterrâneo.

Das cerca de trinta e oito entidades que sabemos terem sido contactadas sobre este assunto, conhece-se o texto escrito apenas de

5. Conde de Linhares (D. António de Noronha);
6. Bispo de Coimbra * (Bispo Conde D. Jorge de Almeida);
7. Bispo da Guarda (D. Jorge de Melo);
8. Bispo de Lamego * (D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos, futuro Arcebispo de Lisboa);
9. Bispo de Silves * (ou do Algarve, D. Fernando Coutinho);
10. Tristão da Cunha (do Conselho de D. Manuel, embaixador ao Papa em 1514, pai de Nuno da Cunha Governador da Índia);
11. Governador (da Casa do Cível, D. Fernando de Castro);
12. Vasqu'Eanes Corte Real (Alcaide-Mor de Tavira, capitão da Ilha de S. Jorge);
13. Aires de Sousa (eclesiástico?);
14. António de Saldanha (Capitão-Mor da armada a Tunes em 1535);
15. João de Saldanha (Capitão-Mor de naus da Índia, experiência em Tânger e Tunes 1535);
16. João Rodrigues de Sá * (de Meneses, Alcaide-Mor do Porto);
17. Jorge de Melo (do Conselho, Monteiro-Mor?);
18. Almirante António de Azevedo (filho de Lopo Vaz de Azevedo);
19. Capitão da Ilha (da Madeira, João Gonçalves da Câmara?);
20. D. Afonso de Ataíde (3.º Conde de Atouguia, Alcaide-Mor de Coimbra, pai de D. Luís de Ataíde Vice-Rei da Índia);
21. Visconde * (de Vila Nova da Cerveira, D. Rodrigo de Lima);
22. D. João de Castro (Tunes 1535, Oriente, futuro Vice-Rei da Índia);
23. D. João de Meneses (Alferes-Mor do Reino?);
24. Diogo Lopes de Lima (do Conselho, Alcaide-Mor de Guimarães?).

³⁸ Esta carta de D. João III pedindo pareceres sobre a política a seguir no Norte de África e sobre o futuro de Safim e Azamor, começada em Évora a 13 de Setembro de 1534, conforme consta da cópia dirigida a Cristóvão de Távora, sofreu um aditamento terminado a 28 de Setembro, segundo uma outra cópia dirigida ao Mestre de Santiago. A primeira foi publicada por Álvaro Pires de TÁVORA na sua *Historia de Varoens illvstres do appellido Tavora*, pp. 6-8 e a partir dessa impressão copiada nas *Sources inédites*, Port., T. II - P. II, pp. 640-644. Dela fiz nova transcrição que incluí como documento 1 na *Compilação de Documentos* que publico. A segunda referida, que terá servido de minuta a diversas epístolas, encontra-se no ANTT, *Gaveta xv*, 14-24, pub. nas *Gavetas*, T. IV, 1964, pp. 469-471 e cop. *Svdia*, n.º 33, Dezembro de 1971, pp. 287-289.

Próximo da primeira cópia, embora datada de 25 de Novembro de 1534, é a carta que o Rei dirigiu aos «Vereadores, procurador e procuradores dos mesteres» da cidade de Lisboa - *Liv. II de D. João III*, f. 157, pub. por Eduardo Freire de OLIVEIRA nos *Elementos para a História do Município de Lisboa*, P. I - T. I, Lisboa, 1887, pp. 534-537, havendo ainda outras cópias, incluindo uma dirigida ao Bispo de Coimbra - ANTT, *Gaveta II*, 7-44. Ver BN, *Fundo Geral*. Cx. 199, n.º 38 e Ms. 18, ff. 214v-218.

Nesta carta onde o Rei volta a colocar as mesmas questões e a pedir um parecer fundamentado, embora aduzindo novas das movimentações de Barba-Roxa, dos preparativos das forças cristãs e das medidas tomadas para a defesa de Ceuta, refere uma vez mais o acesso sigiloso das pessoas consultadas a uma folha sobre a fazenda.

dezoito, o que não permite conclusões definitivas³⁹. Tiveram acesso, como atrás referi, a conhecimentos de âmbito sigiloso sobre que deveriam reflectir auxiliando-se também da informação «notória» que facilmente obteriam a respeito da situação no Norte de África. Ocupando posições diferenciadas em termos de escala social, de função e de experiência, é também variável a visão que têm do mosaico político de Marrocos ou das características das praças portuguesas e, caso conheçam essa realidade, fica por determinar até que ponto estão familiarizados com outras áreas do Império Ultramarino, sua definição, objectivos e dificuldades, conseguindo a partir de uma perspectiva global sopesar o problema específico que lhes é colocado.

Seja como for, em 1534 reflectem a pedido do monarca sobre uma determinada grelha de questões interligadas, fundamentalmente de ordem política e estratégica: abandonar ou não Safim e Azamor; em alternativa deixar nesses lugares fortalezas roqueiras; quando se conseguirem condições financeiras para a conquista do Norte de África, por onde começar essa intervenção, por Fez ou por Marrocos?

Note-se, contudo, que a carta dirigida ao Mestre, existente na *Gaveta xv*, 14-24, apesar de minuta, intitulada «Nota da carta que se spreveo aos do Conselho sobre o negocio de Çafym e Azamor», contém referências personalizadas ausentes da versão dirigida a Cristóvão de Távora. Não só menciona o destinatário, «Honrado mestre», como acrescenta, ao mostrar-se determinado a nada decidir sem primeiro muito reflectir e tomar conselho: «e muy em special sem o voso que ey por muy certo que com muyto amor e boa vontade mo dares e olhares e consirares como tamanho caso o requiere e sera tam fiel e verdadeiro como a meu serviço compre» (pub. *Gavetas*, IV, p. 470). Tirando estas diferenças, pode-se dizer que em quase tudo o resto, com pequenas divergências de ortografia ou sintaxe, o conteúdo das duas versões coincide.

³⁹ Além dos nomes assinalados com * na nota 37, conhecem-se mais alguns indivíduos que responderam com um parecer à carta de D. João III:

1. Cristóvão de Távora (do Conselho de D. Manuel e de D. João III);
2. Infante D. Fernando (irmão de D. João III e Duque da Guarda);
3. João de Melo Barreto;
4. D. Francisco Lobo (Alcaide-Mor de Campo Maior, futuro embaixador junto de Carlos V);
5. Nuno Rodrigues Barreto (do Conselho, Alcaide-Mor de Faro);
6. João Mendes de Vasconcelos (do Conselho, Senhor do Morgado de Esporão);
7. Fernão Vaz de Sampaio (do Conselho);
8. Francisco Pereira (Pestana? experiência em África e na Índia);
9. Conde da Castanheira (D. António de Ataíde);
10. Manuel de Sousa (do Conselho e Alcaide-Mor de Arronches);
11. D. Fradique Manuel (Alcaide-Mor de Alvor).

Ver *Algumas posições assumidas...*

D. Francisco de Castelo Branco (do Conselho e Camareiro-Mor) terá também dado um parecer ao Rei, em Setembro de 1534, cf. SOUSA, *Anais de D. João III*, vol. II, p. 240.

São, portanto, questões que exigem uma perspectiva diacrónica da presença portuguesa nessa área e conhecimentos actualizados, de forma a conseguir projectar a política futura.

Em 1541, pela análise da documentação da época e do conteúdo dos poucos pareceres conhecidos (apenas cinco, sendo pelo menos três de individualidades que em 1534 já haviam dado opinião escrita)⁴⁰, depara-se-nos uma situação de emergência. Ao saber do cerco xerifino a Santa Cruz do Cabo de Gué e percebendo as necessidades e ameaças dos outros lugares meridionais, o rei ainda em Almeirim tomou as primeiras providências para socorrer os sitiados e Mazagão⁴¹, após o que partiu para Lisboa (a 9 de Março?) a fim de, com a maior brevidade, tomar as decisões que se impunham. Segundo os *Anais de D. João III*⁴² reuniu conselho geral para estudar o auxílio a Azamor e Mazagão. De facto, terá escrito por essa época uma primeira carta sobre providências tomadas e pedindo parecer⁴³.

A notícia sobre a queda de Santa Cruz rapidamente conhecida em Lisboa, por via de Safim e das caravelas que estiveram junto da praça sitiada, em finais de Março, conforme o refere Frei Luís de Sousa, levou D. João III, segundo apurei, a escrever uma segunda carta pedindo novos pareceres e dando conta dos socorros efectuados a Azamor e Mazagão, como fora discutido com os conselheiros anteriormente⁴⁴.

Convocou de novo, nessa mesma ocasião, o conselho e expôs-lhe a nova situação. As palavras que proferiu, registadas por Sousa (documento XI), coincidem com toda a probabilidade com uma terceira carta a que responderam conselheiros como Cristóvão de Távora entre meados e finais de Abril (documento XII) e o Conde da Feira a 25 desse mês.

⁴⁰ O Bispo de Coimbra (20 Março 1541) – BPADE, Cod. CIII/2-20, f. 148v –, Cristóvão de Távora (entre meados e finais de Abril – documento XII) – *Historia de Varoens...* –, o Conde da Feira, D. Manuel Pereira (25 Abr.) – BPADE, Cod. CIII/2-26, f. 241v –, o Visconde de Vila Nova da Cerveira (30 Abr.) – ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 69, D. 101 –, o Conde da Castanheira (pós-queda de Santa Cruz) – *Anais de D. João III*. Ver *Algumas posições assumidas... e Compilação de Documentos*.

⁴¹ Carta de D. João III, de 7 de Março de 1541 (Almeirim) ao Conde da Castanheira, pub. J. D. M. FORD, *Letters of John III. King of Portugal. 1521-1557*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1931, pp. 365-366.

⁴² Frei Luís de SOUSA, *Anais de D. João III*, vol. II, pp. 179-180.

⁴³ Respondeu-lhe a 20 de Março de 1541 o Bispo de Coimbra que nesse dia recebera a carta e também a ela se refere o Visconde de Vila Nova da Cerveira. Este quando lhe chegou a carta já sabia da queda de Santa Cruz. Ver *Algumas posições assumidas...*

⁴⁴ Recebem-na a 12 de Abril o Visconde, cuja resposta data de 30 desse mês, e o Conde da Feira que responde a 22 de Abril. Ver *Algumas posições assumidas...*

É pois, após afincada troca de reflexões, que o monarca irá paten-tear intuitos de conquista em Marrocos, despertando forte repercussão em todo o Norte de África⁴⁵, e enviar ao Rei de Fez, em finais de Maio de 1541, um embaixador.

Em 1534-1535, respondendo às questões que D. João III colocara, o Bispo de Coimbra abstém-se, embora em 1541 incentive o Rei ao socorro das praças meridionais (serviço de Deus) e ofereça recursos materiais e humanos, seus e do bispado. Das restantes dezasete respostas conhecidas de 1534-1535, nove admitem a necessidade de se abandonar os lugares de Safim e Azamor – Cristóvão de Távora, o Infante D. Fernando (só Azamor), o Bispo de Lamego (também Cabo de Gué), o Mestre de Santiago (também outros lugares mais fracos), o Marquês de Vila Real (adiando), D. Francisco Lobo, João Mendes de Vasconcelos (adiando), o Conde da Castanheira, Francisco Pereira –, brevemente, segundo opinião da maioria e porque tais praças não tinham capacidade de defesa nem qualquer proveito material ou de honra⁴⁶. No Sul, deveria ser fortalecido Mazagão porque com mais facilidade receberia socorro (Bispo de Lamego).

⁴⁵ Inácio Nunes Gato ao escrever de Safim a 30 de Maio de 1541 a D. João III – ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 69, D. 114 –, transmitindo-lhe informações obtidas por intermédio de um judeu vindo de Marrocos, revela diversas reacções ocorridas a nível de governantes e populações dos diferentes poderes do Norte de África, em relação à história recente dos lugares portugueses. A queda de Santa Cruz do Cabo de Gué e o reforço militar de D. João III a Azamor, a par da imobilidade do Rei de Fez, fazem recuar o Xerife de Marrocos para a sua cidade temendo uma intervenção conjunta dos dois soberanos. Esse medo, que se propagou entre a população, estendeu-se ao Suz.

Também o contador de Safim, D. Henrique de Noronha, escreve ao monarca português a 4 de Junho desse ano – ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 69, D. 120 –, salientando a mesma instabilidade no Norte de África e o terror que tanto o Xerife de Marrocos quanto o do Suz patenteiam face a uma iminente passagem do Rei de Portugal a África.

Qualquer destes informadores de D. João III crê, dadas as circunstâncias, que, agindo rapidamente, com facilidade o rei de Portugal submeteria alcaides e alarves de Marrocos ou ocuparia lugares abandonados no Suz. Ver *Algumas posições assumidas...*

⁴⁶ Não coincide a minha interpretação com a de Otilia Rodrigues FONTOURA na sua dissertação de Licenciatura *Portugal em Marrocos na Época de D. João III. Abandono ou permanência?* (Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 1966, dactilografada), que no quadro de pareceres de 1534-1535 (p. 162) inclui apenas cinco posições favoráveis ao abandono dos lugares de África, doze desfavoráveis e uma abstenção. Nas posições que admitem o deixar-se aquelas praças encontrei nove nomes, isto é, além do Bispo de Lamego (7 Out.), do Mestre (8 Out.), de D. Francisco Lobo (30 Out. – documento IV) e de Francisco Pereira (finais do ano – documentos VIII e IX) que Fontoura igualmente inclui – discordo de se colocar o Bispo do Algarve (15 Out.) –, somei os nomes de Cristóvão de Távora (5 Out. – documento II), do Infante D. Fernando (6 Out.) e do Conde da Castanheira (pós-queda de Santa Cruz, posição não introduzida no quadro referido) e ainda do Marquês de Vila Real (30 Out.) e de João Mendes de Vasconcelos (6 Nov. – documento V) porque, embora aconselhando o adiamento do projecto, estes dois conselheiros não deixam de admitir o abandono.

Os que se opõem ao abandono evocam razões e planejam estratégias. Mesmo que para os conservar se gastem até à exaustão vidas e fazendas e/ou se procure deter com «oufania e pre zunção» bastante o avanço xerifino (Manuel de Sousa), salvaguardava-se a segurança dos outros lugares e da Península Ibérica. De facto teme-se que os mouros, fortalecidos com o abandono de Safim e Azamor, redobrem as investidas e, uma vez conseguido o acesso a portos onde possam construir navios, venham atacar o Algarve e o Sul de Espanha, tornando impraticável qualquer futura recuperação portuguesa. Daí a insistência do Bispo do Algarve na atenção devida a Sagres e, à vista de um cerco a Azamor ou Mazagão, preparar além de forças também embarcações apropriadas. Propõe, além disso, o fortalecimento de Agus e da barra de Azamor.

A solução encontrada – apesar dos graves condicionalismos – é o reforço das duas praças com fortes guarnições e bons capitães (que na defesa se possam eventualmente conjugar) e bem abastecidos. Quanto à estratégia para combater o Xerife apontam-se hipóteses, desde a destruição contínua dos campos ao redor de Marrocos até à política de aliciamento de mouros sob o seu jugo, permitindo aos alarves cultivar e comerciar nos campos de Safim e de Azamor e levando-os também a combater o seu actual senhor⁴⁷.

Quanto a Marrocos setentrional, e dados os perigos imediatos que podem representar as movimentações da armada do senhor de

Colocando de parte a abstenção do Bispo de Coimbra (6 Dez.), restam, desta forma, não doze mas oito pareceres que se opõem à ideia de abandono, ou nove, dado que o Bispo do Algarve apresenta dois testemunhos (15 Out. e 20 Dez. – documento vi). Contam-se, assim, entre estes, além do citado Bispo do Algarve os nomes de João de Melo Barreto (18 Out. – documento iii), de Nuno Rodrigues Barreto (1 Nov.), do Visconde de Vila Nova da Cerveira (5 Nov.), de Fernão Vaz de Sampaio (15 Nov.), de João Rodrigues de Sá de Menezes (23 Dez. – documento vii), de Manuel de Sousa (1 Jan. 1535) e de D. Fradique Manuel (7 Jan. – documento x). Ver *Algumas posições assumidas... e Compilação de Documentos*.

⁴⁷ Se no parecer do Bispo do Algarve em 1534 sobrelevam-se as razões de ordem política nesta estratégia, para outros ela representa fundamentalmente proveito económico, um passado a recuperar, o dos mouros de paz tributários que permitiam o comércio e o abastecimento das praças. Nos anos 40 ao discutir-se a melhor área ultramarina de investimento da Coroa, avaliam-se rendimentos, a sua natureza, as potencialidades dos diferentes domínios. A Índia, que na altura parece ser a que proporciona maiores rendimentos é, todavia, alvo de um olhar crítico mesmo por parte dos que contrariam a conquista do Norte de África (ver documento xiv). Apontam-se na empresa falhas que decorrem das peças humanas da sua engrenagem: tanto o modo como se aparelham as armadas como a cobiça que anima os detentores de ofícios, ou, devido a má governação, a fuga de gente que vai povoar as terras orientais, inclusive de outros reis, deixando por vezes o serviço de soldados e tornando-se mercadores.

Argel, somando-se aos contínuos ataques de corsários e de alcaides de Fez, coloca-se a muitos, como prioritário, o fortalecimento de Ceuta – porque visada directamente pelo Turco, segundo informações da época, e sobretudo pelo significado que teria do ponto de vista estratégico e ideológico, tanto para Portugal como para toda a Cristandade.

A concentração de forças militares e de gastos no Norte é, por outro lado, o que projectam os defensores do abandono de lugares meridionais. Deveriam também reforçar-se Alcácer Ceguer, Tânger e Arzila, atendendo aos contínuos prejuízos causados pelos acólitos de Fez.

Se os pareceres se dividem quanto a abandonar Azamor e Safim, o que D. João III projectava há anos, no que respeita à construção de fortalezas roqueiras, que estaria igualmente nos projectos reais desde a mesma altura (segundo o testemunha o Infante D. Fernando, único a considerar positivamente a hipótese), trata-se de um tema que não desperta qualquer simpatia, antes suscita sérias dúvidas sobre o seu benefício, na verdade colocadas à partida pelo próprio monarca agora em 1534.

Ao debruçarem-se sobre um outro assunto necessariamente abordado por D. João III, o da conquista, ou seja, da possibilidade de uma forte intervenção militar portuguesa no Norte de África quando os recursos o permitissem, tornam-se os discursos de 1534–1535 bem mais eloquentes e reveladores do pensamento destes homens.

O próprio monarca, ao consultá-los, apontara a necessidade de uma reflexão alargada ao abordar o tema do abandono de lugares no Norte de África, pois este estaria intimamente ligado a outro: o da área pela qual deveria iniciar-se a guerra – Fez ou Marrocos –, implicando uma estratégia baseada no conhecimento das condições das terras (inclusive para abastecimento do exército) e dos poderes em questão.

Os defensores da conquista de África (documento xiii) consideram, todavia, que as mercadorias do comércio da Índia são uma riqueza «fantástica», isto é, não natural e passível de falhar, além do prejuízo que provocam nos costumes dos Portugueses. Em contrapartida, nos reinos de Fez e de Marrocos Portugal encontraria trigo bastante para se abastecer e comerciar, gados e muitos produtos da terra, além do benefício da existência de minas e, tudo isto, bem mais perto do Reino. Aliás, já em 1530 e 1534 homens com experiência na guerra de África, como Gonçalo Mendes Sacoto e Francisco Pereira, salientavam quanto pela conquista do Sul de Marrocos ou pela do Reino de Fez se obteriam mantimentos como trigo e outros produtos naturais que permitiriam ao Reino auto-abastecer-se, acabando com as importações e a sujeição a estrangeiros. Ver *Algumas posições assumidas... e Compilação de Documentos*, xiv, xiii, viii e ix.

Segundo o testemunho de D. Fradique Manuel a 7 de Janeiro de 1535⁴⁸, havia uma opinião generalizada da necessidade de atacar por onde fosse maior o poder ímouro e de lutar em Marrocos, mais do que através das armas, pela construção de uma imagem e por uma política que motivasse a surpresa e inspirasse o temor.

Continua a colocar-se para Francisco Pereira como para o Mestre de Santiago o problema do poder português demasiado repartido, porque, segundo este último «as cousas tam espalhadas nom se podem bem conservar»⁴⁹, referência que tanto se aplicava ao Império ultramarino como apenas ao Norte de África. Continuam também as críticas a D. Manuel, seja por esse motivo (Pereira) ou por ter conservado os lugares conquistados em vez de os destruir (Bispo de Lamego) ou ainda, por não conseguir através de um relacionamento amistoso com os mouros do Sul garantir sempre o abastecimento e evitar a escolha por eles de outro senhor para rei (Bispo do Algarve, 15 de Outubro).

Por outro lado, a hipótese de vir a estabelecer a paz com os mouros interpretava-a Pereira como uma manifestação de fraqueza, enquanto que para o Infante D. Fernando representaria uma manobra útil possibilitando a preparação de fortalezas roqueiras a Sul e, quiçá, a passagem a África do Rei que, por questões de segurança, não deveria tardar.

Difícil se torna, na verdade, estabelecer um plano definido dada a falta de recursos materiais para tão grandes despesas e, conforme o salienta o Visconde de Vila Nova da Cerveira, o resultado ser incerto. De facto, avaliar qual dos poderes é mais forte nem sempre se consegue, divergindo as opiniões, quando as há.

Os que indicam o Sul como melhor início para a conquista atendem à potencialidade dos territórios de Safim e Azamor para atrair de novo os alarves e conseguir através das revoltas destes destruir o Xerife (Bispo do Algarve), bem como à inimizade para com ele manifestada pelo Rei de Fez durante o recente cerco de Safim (ou receio, dada a vizinhança de Portugal e Espanha, segundo Nuno Rodrigues Barreto).

Assim, o Bispo do Algarve considera a hipótese nessa fase inicial de uma mútua ajuda, secreta, entre Portugal e Fez, embora

o objectivo final seja conquistar igualmente este reino. Para isso utilizar-se-ia de novo a «manha» ao conquistar Salé de surpresa, num ataque simultâneo por terra e por mar, construindo uma fortaleza no Rio de Mamora, em lugar apropriado (de novo crítica a D. Manuel) e garantindo, como no Sul, campo seguro aos mouros de forma a virá-los contra o Rei de Fez e facilitando a sua expulsão.

A conquista pelo Sul parece mais fácil a Manuel de Sousa, assim como a Nuno Rodrigues Barreto pois – segundo este último – nesta área o Xerife não é, como o Rei de Fez, senhor por direito e tem a sua gente submetida à força, além de não poder contar com o auxílio daquele reino.

Fez é, contudo, considerada por maior número de conselheiros a área mais favorável à intervenção (seja por Arzila, Tânger, Salé, ou pela Mamora), em virtude da existência de campos e cidades e, escolhendo a época apropriada, melhores condições de abastecimento. Também são focadas facilidades que derivam de divisões internas em Fez e, caso seja este poder, apesar de tudo, superior ao do Xerife, a sua conquista garantiria maior segurança, como atrás se viu, relativamente à prossecução da conquista em terras do Sul, impedindo, além do mais, o socorro turco.

São, na verdade, muitas as divergências de opinião sobre o relacionamento dos três poderes (Fez, Marrocos, Suz) em caso de intervenção portuguesa. Atacando Marrocos meridional combateríamos com êxito o Xerife, ou, derrotados, passaríamos a suportar ataques conjuntos no Norte? Atacando Fez, não viriam os Xerifes em defesa deste rei contra os cristãos, tendo os portugueses que enfrentar em vez de um três adversários?

Há que atender a várias condições antes de encarar tal iniciativa, isto é, verificar, como o salienta o Marquês de Vila Real⁵⁰, se a conjunção é favorável, sopesando os recursos financeiros, a situação na Índia e a política internacional.

Quanto aos Turcos, temem-se ataques na Índia (Conde da Castanheira, 1534 ?) e o avanço da armada de Barba-Roxa em 1534 no Mediterrâneo ocidental. Recordam-se acontecimentos recentes, seja a ocupação por André Doria em 1532 de Coron na Moreia (Conde da Castanheira), seja o seu abandono pelo Imperador, política essa festejada pelo Bispo de Lamego, embora condenada pelo do Algarve, em Outubro desse ano. A propósito dos objectivos de

⁴⁸ Carta (parecer) de D. Fradique Manuel, de 7 de Janeiro de 1535, a D. João III – ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 54, D. 43. Ver *Compilação de Documentos*, x.

⁴⁹ Carta (parecer) do Mestre de Santiago, de 8 de Outubro de 1534, a D. João III – ANTT, *Gaveta II*, 7-6. Ver *Algumas posições assumidas...* e o parecer de Francisco Pereira na *Compilação de Documentos*, VIII.

⁵⁰ Carta (parecer) do Marquês de Vila Real, de 30 de Outubro de 1534, a D. João III – ANTT, *Gaveta II*, 7-10. Ver *Algumas posições assumidas...*

Barba-Roxa e da capacidade das forças imperiais (enumeradas por D. João III) de detê-lo, tecem-se considerações de interesse sobre as relações de Portugal com Carlos V (dar ou não colaboração através de uma armada portuguesa)⁵¹, tal como ao tratar-se da conquista de Fez se salienta a necessidade de informar o Imperador dessa iniciativa apenas para que da sua parte impeça auxílios do exterior aos mouros de Fez.

De maior independência relativamente aos objectivos bélicos de Carlos V mostra-se notoriamente Cristóvão de Távora, enquanto o Bispo do Algarve nutre uma séria desconfiança sobre as verdadeiras intenções do Imperador, no que diz respeito a auxílios no Norte de África (baseado na sua experiência do tempo de D. Manuel). Os socorros imperiais poderão ser interpretados no futuro, conforme alerta, como compra de direitos sobre domínios portugueses difíceis de recuperar.

O Papa, por seu turno, é com frequência citado dada a sua condição de chefe espiritual da Cristandade, podendo conceder – directamente ou através da Igreja nacional⁵² – maiores benefícios para a guerra aos infieis que o Rei de Portugal desejava prosseguir em Marrocos.

Quanto a ameaças do exterior, note-se reflectido nalguns pareceres, uma vez mais, quanto Portugal tinha que acautelar-se relativamente aos ataques da França. O Bispo do Algarve, a 15 de Outubro de 1534, é quem mais se debruça sobre o tema insistindo na necessidade de Portugal utilizar na guerra de defesa do mar caravelas maiores com bombardas. É, na verdade, o curso francês um dos grandes responsáveis por perdas de navios e de mercadorias no Atlântico, apesar dos protestos junto da Coroa francesa e de iniciativas nesta década de 30 para solucionar um problema que se agravou nos finais da década anterior. Persistirão, contudo, – e com maior gravidade de novo nos anos 40 – as visitas francesas com grande incidência, sobretudo, na Mina e no Brasil⁵³. Tal como os ingleses também os franceses irão desenvolver em Marrocos, com objectivos económicos e políticos, relações comerciais com o Suz.

⁵¹ Ver *supra* notas 16 e 32.

⁵² Ver *supra* notas 4, 24 e 31.

⁵³ Desde 1529 que se agravava a guerra de curso movida por franceses e se procurava solucionar a questão das presas. Vem a concretizar-se a partir de 1537 em Baiona a reunião de juizes das duas nações, até nova crise se despoletar na década de 40. Ver a propósito entre as obras de Joaquim Veríssimo SERRÃO «Notas sobre a Embaixada de Honorato de Cais em Portugal», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 1, Paris, 1969, pp. 161-195 e *A Embaixada em França de Brás de Alvide (1548-1554)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1969, Ruy de ALBUQUERQUE; *As Repesálias. Estudo de História do Direito Português (séc. XV e XVI)*, Lisboa, 1972, 2 vols., Ana Maria P. FERREIRA, *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, Redondo, 1995.

Considera-se, aliás, muito importante, em diversos pareceres formulados desde 1530, avaliar previamente as repercussões da política portuguesa junto dos outros poderes – sejam muçulmanos, turcos ou cristãos –, evitando o desprestígio do Rei de Portugal e as consequências que daí decorreriam inclusivamente sobre as diversas áreas do Império ultramarino⁵⁴.

Ora, após a queda de Santa Cruz do Cabo de Gué, em Março de 1541, é precisamente o prestígio dos Portugueses e a imagem política do Rei de Portugal que fica comprometida em terras do Norte de África. É necessário responder ao desastre com brevidade e de forma a não mostrar recuo na guerra nem na defesa. Compartilham desta mesma opinião Cristóvão de Távora e o Visconde de Vila Nova da Cerveira no que expõem em Abril desse ano. Note-se igualmente que as repercussões a considerar são não apenas as ocasionadas nos poderes locais, isto é, movimentações favoráveis aos Xerifes, mas também entre cristãos – basta recordar a presença prejudicial de genoveses

Tem muito a ver com a penetração francesa no Brasil e a maior intensidade do curso no Atlântico a partida para aquela região de Martim Afonso de Sousa em 1530 (Ver nota 29). Desenvolverá uma luta intensa contra a presença francesa, incentivando-se também a partir de então a exploração do litoral brasileiro e a colonização através de um sistema de capitánias acompanhando a exploração produtiva (depois alterado com a maior intervenção da Coroa através de um governo-geral instituído em 1548), bem como, ainda na década de 50, num esforço crescente, a penetração no sertão. A ocupação em 1555 da região do Rio de Janeiro por franceses, motivará durante a década de 60 diversas expedições portuguesas com o objectivo de expulsão.

Extremamente prejudiciais se mostram os ataques de franceses e ingleses a navios que transportam trigo a Lisboa para abastecimento do Reino e lugares de África, responsáveis por perdas consideráveis materiais e humanas frequentemente mencionadas na documentação coeva. Ver *infra* nota 55.

⁵⁴ São vários os testemunhos da época que referem, como o faz o Visconde de Vila Nova da Cerveira (5 Nov. 1534), e já o fizera em 1530 Gonçalo Mendes Sacoto, a cobiça que muitas nações estrangeiras têm do esforço e valentia dos Portugueses e do aumento dos extensos domínios do Rei de Portugal bem como da exaltação da fé que acompanha a Expansão portuguesa. Sobre o tema da «guerra santa» empreendida pelos cristãos Ver entre outros trabalhos de Martim de ALBUQUERQUE *A Expressão do Poder em Luís de Camões*, Lisboa, IN-CM, 1988.

Importante se torna atender à conservação e consolidação – face a todos os poderes, incluindo cristãos e Papado, turcos, argelinos e marroquinos – de uma imagem de um Rei/Reino poderoso, baluarte do cristianismo (Ver *supra* nota 4) e da Igreja Católica numa época de acesas controvérsias mesmo entre príncipes e povos cristãos e em que era preciso obter benefícios da Santa Sé.

Abandonar posições no Norte de África seria abalar seriamente esses propósitos e mostrar fraqueza política e ideológica e falta de recursos ao inimigo. Face à guerra santa promovida em torno da figura do Xerife, representaria um desprestígio e perda política ainda maior, tanto mais que se repercutiria certamente em diversas áreas do domínio ultramarino. Segundo Manuel de Sousa (1 Jan. 1535), Portugal, ao abandonar lugares no Sul de Marrocos, desencadearia ofensivas sobre Arzila e Tânger por parte de Fez, sobre Ceuta por parte de Barba-Roxa, sobre a Índia por parte do Turco.

e franceses a vender armas em Tafetana, conforme lembra o Visconde, concorrência económica que também é necessário travar⁵⁵.

Apesar do esforço que venha a representar em custos, impõe-se salvar a honra do Rei e do Reino, proclamar «vingança» (no dizer de Cristóvão de Távora) a cristãos e mouros, impedir outras afrontas e cercos. Abandonar lugares, retirar gente sem substituí-la ou apenas utilizar estrangeiros representaria, pelo contrário, uma perda desastrosa, pondo em risco os domínios portugueses e, no futuro, o próprio Algarve⁵⁶.

Se os dois conselheiros estão de acordo em que é necessário por parte de Portugal uma intervenção de força, divergem por vezes de outros pareceres na melhor solução para a sua concretização:

– Enviar um grande exército para destruir o Xerife? Não se sabe se daria batalha campal, para salvar o crédito junto dos alarves (Cristóvão de Távora), ou, retirando-se, levaria as forças portuguesas a internar-se no sertão sem mantimentos (Conde da Feira);

– ou, em alternativa, colocar uma força de cerca de duas mil lanças na fronteira do Xerife, bem apetrechada e com mantimentos (Conde da Feira)? Para Cristóvão de Távora esta seria a solução do momento, embora com a ajuda de Fez.

⁵⁵ Do comércio, inclusivamente de armas e mercadorias proibidas que, sem pagar direitos ao Rei de Portugal, se efectua com os reinos do interior, através de portos como os de Tafetana, Teracuco e Cabo de Gué, que é preciso vigiar através de navios da armada portuguesa que corram a costa atlântica de Marrocos, também escreve em Junho de 1541 o contador de Safim, D. Henrique de Noronha, a D. João III – ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 69, D. 120, pub. FIGANIER, *História de Santa Cruz*, pp. 353-355. Ver *Algumas posições assumidas...*

Se os interesses da França em negociar com o Xerife de Marrocos ficarão bem testemunhados em 1543 com a presença no Suz de Jean Pacquelon (ao que parece dada a necessidade de cobre para os canhões de Francisco I), na verdade este é bem conhecido de Luís de Loureiro desde pelo menos 1537. O capitão de Mazagão chega a persegui-lo em 1543 numa época em que transaccionou não só a carga de trigo de um navio português como também os portugueses capturados foram trocados por cativos franceses. Ver Robert RICARD, «Jean Pacquelon (1543)» in *Sources inédites*, Port., T. IV, pp. 133-135. Pretende Luís de Loureiro a 26 de Julho de 1544 – dado que recebeu avisos provenientes de Tarudante e de Marrocos acerca de Pacquelon estar para chegar a Cabo de Gué com navios bem armados e fornecidos de armas, por contrato com o Xerife em troca de cobre –, que D. João III lhe envie uma armada para ele actuar – ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 75, D. 36, pub. *Sources inédites*, Port., T. IV, pp. 155-160.

Continuará documentada a presença de mercadores franceses no Suz, motivando sérios protestos a D. João III e incentivando-o a actuar junto do próprio Rei de França (L. Loureiro, 1546). Dominando o Xerife o Reino de Fez, logo os franceses surgirão a comerciar também em portos como o de Larache – ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 84, D. 73 – Carta de D. Pedro de Meneses a D. João III, de 13 de Junho de 1550 (Tânger), pub. *Sources inédites*, Port., T. IV, pp. 396-398. Ver *supra* nota 53.

⁵⁶ Ver também a opinião do Conde da Castanheira por essa mesma época em *Algumas posições assumidas...*

– A intervenção convinha dar-se contra o Xerife de Marrocos? Uma vez destruído, deveria entregar-se a cidade ao Rei de Fez, garantindo uma guerra contínua deste com o Xerife do Suz e afastando-se, assim, o perigo de uma hegemonia (Cristóvão de Távora)?

– ou a intervenção deveria ser em terras do Xerife do Suz (bons portos perto do Cabo de Gué e a poucas léguas de Tafetana), impedindo-se o socorro deste por parte do Xerife de Marrocos através de acções de cavaleiros de Safim e Azamor (Visconde)?

Está, portanto, em causa também o futuro relacionamento com Fez. Cristóvão de Távora acolhe as ofertas deste reino a Portugal em auxílio militar e mantimentos (e garantia em reféns) para o combate ao poder xerifino, pensando até numa política estratégica de estímulo à guerra entre mouros. É, todavia, com desconfiança, que o Conde da Feira encara essa paz, tal como, aliás, o Visconde de Vila Nova da Cerveira. Para este, Fez mantê-la-á só enquanto lhe convier e Portugal deverá utilizá-la para se preparar para a guerra. Do ponto de vista do Conde, D. João III nunca deverá emparceirar-se com o Rei de Fez a comandar um grande exército (o Rei de Portugal é par do Imperador)⁵⁷, nem confiar na lealdade de mouros⁵⁸.

São, efectivamente, bem pertinentes as dúvidas a respeito do comportamento do Rei de Fez, tanto no seu relacionamento com

⁵⁷ Em pareceres dos anos 40 continuar-se-á a discutir as vantagens e desvantagens da passagem de um forte exército português comandado pelo Rei. Alguns consideram-no estritamente necessário para conquistar reinos no Norte de África extremamente populosos e interiores, iniciativa esta que antevêem vir a ser desastrosa em termos de gastos e incapacidade de conservação. Para outros, inclusivamente partidários dessa conquista, preferível seria confiar as intervenções a capitães experimentados nas guerras do Norte de África, evitando falsos conselhos (de lisonjeadores), atitudes temerárias de cavaleiros, demasiada gente inútil e inexperiente nas hostes, gastos supérfluos e precauções dos mouros em se juntarem com mais reforços. Deveria contar-se nessa conquista com a experiência de capitães, a existência de lugares fortificados que, por isso, não se deveriam abandonar, e com as divisões internas dos poderes locais cujas facções poderiam facilitar a intervenção portuguesa. Depois, através de alguns expedientes, de presídios e de colónias, senhorear totalmente os vassallos conquistados. Ver *Compilação de Documentos*, XIV e XIII.

⁵⁸ António Leite afirmava em carta ao monarca português, de 14 de Outubro de 1529, que os «Mouros ... sam muy mudaveis, e estimam pouco nam fazerem o que devem, e mais em casos que lhes parece que salvam a alma, e com mortes e cativeiros dos cristãos que d'elles se poderiam fiar soldaria toda a sua amizade com el rey de Fez». Ver *Algumas posições assumidas...* Quanto maior for o aumento do poder xerifino, a sua pressão no combate a cristãos portugueses e espanhóis, a existência de facções políticas junto de Mulei Hamete, as guerras intestinas, os desastres e/ou reforços das posições portuguesas, mais o Rei de Fez procurará movimentar-se no xadrez dos poderes em presença, quantas vezes desenvolvendo uma política por demais equívoca devido à sua duplicidade.

Portugal como com os Xerifes e até com os Turcos. Basta recordar o passado recente⁵⁹: até ao tratado de paz de 1538 entre Portugal e Fez tinham sido constantes os ataques do Rei e dos seus alcaides, quantas vezes num reflexo nítido da crescente fama dos Xerifes na guerra aos cristãos; interessou-lhe propor uma aliança militar a Portugal quando em 1536 este estabelece tréguas separadas com os dois Xerifes, embora o próprio Rei de Fez também negocie com eles; novamente em 1537, ao renovar-se a paz entre Portugal e Marrocos e uma trégua entre Santa Cruz do Cabo de Gué e o Xerife do Suz por três anos (uma vez agravada a situação das praças meridionais em 1537 com o cerco a Azamor), pretendeu Mulei Hamete tirar vantagens da conjuntura política e não só estabelece o tratado de paz de 1538 com Portugal como, desde 1539, no plano sigiloso, procura garantir um mútuo auxílio militar contra os Xerifes.

Todavia, o tratado de 1538, que parecia assegurar a Portugal maior segurança em termos de posições e de navegação, incluindo igualmente cláusulas de teor económico (com alíneas revelando colaboração com o Imperador), não foi respeitado. Os portos de Fez, tanto do Atlântico como do Mediterrâneo, continuaram a abrigar e a criar corsários e a permitir negócios de presas e cativos, para lá de um aumento do fluxo comercial por Salé, Mamora ou Larache e de muitos outros prejuízos para Portugal.

As tréguas ou a paz com os poderes do Norte de África nem sequer apaziguaram, na verdade, certos problemas simultaneamente políticos, económicos, sociais e até religiosos: seja a concorrência

Note-se, a propósito, que grande número de turcos e renegados, hábeis no assédio e no uso de artilharia, incorporam tanto os exércitos dos Xerifes como os do Rei de Fez em intervenções contra Portugal (1536, 1537, 1539, 1541 Santa Cruz). Há «inteligências» (como se lê num documento de 1539) entre estas forças. Para lá da cooperação em actos de pirataria, teme-se sempre o maior apoio dos Turcos nos contingentes xerifinos quando se estabelecem acordos de paz ou tréguas entre o Imperador e o Turco. Foi o que aconteceu após a vã tentativa de Carlos V de tomar Argel em Outubro de 1541 (e também em 1547), facto que representou uma reorientação na política do Imperador virando-se mais intensamente para o Norte da Europa e que deixou a Andaluzia apreensiva quanto ao possível reforço nas ligações Turcos-Argel-Xerife de Marrocos, numa época em que para mais se julgava iminente o abandono por Portugal de uma posição no Norte de África, como Alcácer Ceguer. Ver além dos estudos já citados na nota 16, de Fernández Alvarez e Fernand Braudel, também Sanchez MONTES, *Franceses, Protestantes, Turcos. Los Españoles ante la política internacional de Carlos V*, Madrid, 1951, e MERRIMAN, *Suleiman the Magnificent, 1520-1566*, Cambridge, Massachusetts, 1944.

⁵⁹ Desenvolvi um estudo sobre as relações de Portugal com Fez e com os restantes poderes do Norte de África, de forma alargada no que diz respeito aos anos 30 e 40 do século XVI, na minha dissertação de Mestrado em História Moderna sobre *Lourenço Pires de Távora e a Política Portuguesa no Norte de África no Século de Quinhentos* (Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 1988, 2 vols., dactilografada).

comercial com a Coroa de particulares (estrangeiros e nacionais) que prejudicava contratos com potentados locais, desviava pagamentos de direitos ao Rei, desenvolvia o contrabando, inclusivamente de armas e munições, seja a passagem para Marrocos de capitais e de gente conhecedora do ofício e fabrico de armas, incluindo cristãos-novos e mouriscos que se reconvertem, o que mais ainda fortalecia os Xerifes do ponto de vista militar e financeiro.

A paz de 1538 com os cristãos portugueses parece, aliás, ter funcionado em Fez como catalisadora de tensões existentes e reveladora de posições que se vão assumindo, umas inequívocas de apoio à causa xerifina, outras simpatizantes da aliança com Portugal.

O Rei de Fez, que luta pela inalienabilidade do seu território em relação aos Xerifes, depara-se, cada vez mais, com tendências de autonomia de poderes locais, que beneficiam a causa daqueles, pela sua ambiguidade ou pela sua intencional colaboração. O poder económico escapa-se-lhe encontrando-se distribuído por grandes figuras que detêm portos e recursos cerealíferos. Não tem conselheiros com capacidade política, antes vive à mercê de facções. No apoio português vê uma salvaguarda militar mas igualmente uma possível revolta dos súbditos, dado o avanço xerifino e a pressão de cacizes ou marabutos desenvolvendo a ideia de «guerra santa»⁶⁰.

É nestas circunstâncias que Portugal precisa de agir, conhecendo os problemas internos de Fez e de Marrocos e procurando aproveitar-se das divisões e lutas entre poderes locais⁶¹.

As negociações secretas para uma interajuda, propostas por Fez a Portugal, arrastam-se desde 1539 e só terão um desfecho na

⁶⁰ Sobre o assunto ver diversos trabalhos de António Dias FARINHA, entre os quais «Os Marabutos e a Presença Portuguesa em Marrocos (Nótulas)» in *Colectânea de Estudos em honra do Prof. Doutor Damião Peres*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1974, pp. 299-307, e «Os Xerifes de Marrocos (Notas sobre a Expansão Portuguesa no Norte de África)» in *Estudos de História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Ed. Estampa, 1983, pp. 57-68.

⁶¹ Para isso advertem diversos homens estantes em África. Da abundante documentação que o comprova, ver a título exemplificativo os testemunhos e pareceres sobre os problemas políticos dos reinos do Norte de África de Manuel Jorge de 1 de Agosto de 1538 (Fez), Bastião de Vargas de 10 de Abril de 1539 (Mequinês) e de 12 de Dezembro de 1540 (Fez), de Lopo Barriga, filho do célebre adail de Safim do tempo de Nuno Fernandes de Ataíde, quando a 29 de Junho de 1541 escreve a D. João III sobre eventuais vantagens para Portugal das calamidades naturais que atingem o Norte de África. Documentos no ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 62, D. 60, P. II, M. 228, D. 8, P. I, M. 68, D. 101 e P. I, M. 70, D. 9. Os problemas internos de Marrocos continuarão a sugerir propostas de intervenção na década de 40 partindo de indivíduos variados, seja o embaixador no Reino de Fez, Lourenço Pires de Távora (1541), o agente comercial e político Bastião de Vargas (1544) ou o capitão de Mazagão, Luís de Loureiro, em Julho de 1544 com contactos assíduos com o filho do Rei de Marrocos deposto. Ver «Problemas de datação...» e *Algumas posições assumidas...*

sequência da intervenção esclarecedora do embaixador do Rei de Portugal, Lourenço Pires de Távora (filho de Cristóvão de Távora), enviado em Maio de 1541 àquele reino.

Esta missão diplomática⁶² – ostensivamente com o objectivo de aliança política com um dos poderes mouros em luta no Norte de África – prende-se intimamente com o abandono de Safim e Azamor e integra-se numa política tentada por D. João III de equilíbrio de poderes nesta área, política essa de investimento na presença portuguesa em Marrocos mas sem implicar o levantamento oneroso de meios humanos e materiais e a manutenção de posições conquistadas que uma grande intervenção bélica exigiria.

Na verdade, esta embaixada não só teve como intuito esclarecer os verdadeiros propósitos de Fez – avaliando a operacionalidade de um projecto de aliança militar de Fez com Portugal e evitando a este uma mobilização precipitada – mas, inequivocamente, procurou estabelecer com aquele Reino um acordo que para Portugal teria objectivos meramente defensivos.

O embaixador, seguindo um plano previamente tecido com D. João III, teve diversas audiências com o Rei de Fez, Mulei Hamete, debatendo e confirmando a paz de 1538 e discutindo os termos de uma aliança militar. Neste assunto fulcral, contrapôs significativamente a ideia de uma forte guarnição à de um grande exército (conforme sugeria Hamete) e, saliente-se, sugeriu a cedência de Azamor como garantia do acordo enquanto em Portugal estivessem os reféns mouros. Recusou naturalmente cedê-la com toda a artilharia como o Rei de Fez pretendia, acabando por dar por terminadas as negociações pouco depois.

A divulgação da embaixada faria temer o Xerife e detê-lo por um tempo nas investidas contra Portugal e Fez. A entrega de uma praça como Azamor comprometeria definitivamente a imagem de

⁶² A análise das circunstâncias, conteúdo e objectivos da missão diplomática de Lourenço Pires de Távora em 1541 ao Reino de Fez constitui o tema de um dos capítulos mais alargados do meu trabalho *Lourenço Pires de Távora e a Política Portuguesa no Norte de África no Século de Quinhentos* (dissertação de Mestrado, 1988). Nele pesquisei uma vasta documentação e tive a oportunidade de confrontar os resultados com outras interpretações como a de David LOPES em estudos como a *História de Arzila durante o domínio português (1471-1550 e 1577-1589)*, Coimbra, Academia das Ciências de Lisboa, 1924, a de Robert RICARD em diversos artigos publicados em revistas especializadas e nas *Sources inédites* de Portugal, e de novo em *Études sur l'histoire des Portugais au Maroc*, assim como a tese de Otilia FONTOURA (1966). Em «Portugal no Jogo de Poderes no Norte de África no segundo quartel do Século XVI» in *Cadernos Históricos* IV, Lagos, Comissão Municipal dos Descobrimentos, 1993, pp. 113-128, elaborei uma pequena síntese sobre algumas das conclusões a que cheguei.

Fez junto dos diversos poderes, exigindo por isso da parte dele uma guerra contínua ao poder xerifino.

Entretanto, decidido como estava por D. João III o abandono de Safim e Azamor – provam-no a actuação de Pires de Távora e a correspondência deste trocada em cifra com o Rei de Portugal⁶³ –, conseguir-se-iam condições para o seu abandono e o reforço de Mazagão, numa retirada estratégica de Marrocos meridional.

Como concluiu Lourenço Pires de Távora a 6 de Setembro de 1541, Hamete não tinha condições de manter Azamor nem de fazer qualquer aliança com cristãos. Para conservar o trono de Fez, dada a instabilidade interna do seu reino e a pressão xerifina, desejava conservar-se neutral, em paz com Portugal e sem guerrear o Xerife. De facto, o desenrolar dos acontecimentos confirma-lo-á.

Felicitando, a 1 de Outubro, D. João III pela decisão de abandonar os lugares de Azamor e Safim⁶⁴, é com boas perspectivas que encara a concentração de esforços nas posições do Norte e mais útil conquistar o Reino de Fez do que atacar Marrocos.

Confirmando as palavras do embaixador, a oposição a Portugal e a contestação geral no Reino de Fez cresceu intensamente nos anos de 1542 e 1543, proveniente de alcaldes como o de Alcácer Quibir, de Xexuão e de Targa e o senhor de Tetuão, estes dois últimos ligados ao corso no Mediterrâneo e a Argel. Sucessivamente, quebram-se as pazes com Portugal e os interesses parecem aproximar-se mais do Xerife marroquino, já na altura em conflito com o do Suz. Hamete rompe com Portugal em Outubro de 1543. Enquanto do Norte de África continua a chegar à Coroa portuguesa o resultado de uma contínua vigilância de todas estas movimentações, discute-se internamente nestes anos uma reorientação da Expansão ultramarina (documentos XIII e XIV). Do Norte de África provêm pareceres de capitães como Luís de Loureiro sugerindo relações de amizade com poderes ou facções, como Mulei Zidão, filho do Xerife de Marrocos, numa época de pleno engrandecimento territorial e político do Xerife do Suz⁶⁵. Este torna-se em 1544 também Rei de Marrocos e aumenta a sua interferência no Reino de Fez,

⁶³ Ver minha dissertação de Mestrado já citada e um estudo prévio sobre «Portugal e o Norte de África no século XVI – a intervenção de Lourenço Pires de Távora, diplomata e homem de guerra, no problema da manutenção ou abandono das praças portuguesas» nas *1.ª Jornadas de História Moderna*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa – Linha de História Moderna, pub. *Actas*, vol. II, pp. 1061-1073, e em Separata.

⁶⁴ Carta de Lourenço Pires de Távora, de 6 de Setembro – *História de Varoens* – e de 1 de Outubro de 1541 – *Anais de D. João III*. Ver *Algumas posições assumidas...*

⁶⁵ Ver *infra* «Problemas de datação...» e *Algumas posições assumidas...*

diminuindo o poder territorial do rei, provocando levantamentos e captando partidários.

A D. João III se dirigem por parte de Mulei Hamete novas propostas de paz, uma em 1545, outra em 1547⁶⁶ já depois do cerco de Fez e da libertação negociada deste rei, agora com o seu domínio drasticamente reduzido e procurando recuperar certos poderes, apoiando-se no Rei de Beles e também em Mulei Zidão. Estes dois nomes, bem como, ocasionalmente, forças como Debdu, continuarão a representar a contestação ao grande poder do Rei de Marrocos e do Suz que em Janeiro de 1549 se assenhoreia do trono de Fez.

Ameaça e instabilidade sentem-se em todas as posições portuguesas (e castelhanas), que se procuram reforçar e fortificar, e D. João III, que sempre procurou conhecer minuciosamente as forças em presença no Norte de África (chega a enviar com esse intuito Jorge Pimentel a Beles em 1547) procura, agora, por diversas formas, que se reflecta em colaboração com Castela sobre uma política eficaz, face a um poder que controla sucessivamente portos como Larache, Salé, Têtuão, Beles, e que pode vir a construir navios, a acolher uma grande armada como a argelina, ameaçando gravemente as posições portuguesas e o sul de Espanha, e a navegação do Estreito e da costa atlântica⁶⁷.

De novo se vive acesa controvérsia sobre o futuro dos Portugueses em Marrocos, questionando-se entre 1549 e 1550 a melhor solução: reforço de todos os lugares ou redução e concentração nos mais fáceis de defender? negociação com poderes locais? conquista?

Em jogo está, em 1549, o destino de Arzila, que se decide abandonar, o de Tânger, e o de Alcácer Ceguer, que fora preservada pela fortificação do Seinal e, após estudo aturado, se pretende evacuar (Agosto de 1549), atulhando-se a entrada do rio.

Lourenço Pires de Távora, então embaixador na corte de Carlos V (1548-1551), recebe constantes instruções de D. João III e em diálogo com o Imperador e seus colaboradores, também observadores

atentos da evolução política no Norte de África, ganha um maior conhecimento sobre o contexto internacional e, sobretudo, acerca da disposição espanhola a respeito de Marrocos. O abandono de algumas praças parece-lhe de momento a melhor solução, mas é em termos de interesses estratégicos e económicos e do prestígio de Portugal (nação cristã) que tudo avalia.

Numa troca intensa de correspondência⁶⁸, acaba por reconhecer a necessidade de deixar Alcácer Ceguer (embora a sua manutenção favorecesse a Espanha e de início tivesse julgado melhores as condições de conservação desta praça). Em termos de conquista, sugere que o porto de Larache facilitaria o despejo de Arzila. A este nunca se mostrou hostil.

Onde Pires de Távora mais contribuirá para o esclarecimento e reorientação da linha política de actuação da Coroa portuguesa nas matérias do Norte de África será através de comentários críticos, pessoais e de índole estratégica e militar, que troca com D. João III e outras personalidades como o Infante D. Luís, acerca de um possível acordo que se pensa vir a estabelecer, evitando a perda de Arzila, já parcialmente evacuada, mediante a sua entrega a Mulei Boaçum.

Trata-se, segundo Távora, de uma política de circunstância e extremamente arriscada, contrastando com a política ponderada de D. João III em 1541, aquando do abandono de Azamor e Safim. O Rei de Beles não tem partidários seguros, as condições de entrega da praça podem, em caso de traição, prejudicar em muito Portugal e reforçar o inimigo, além do facto de ser desprestigiante e insensato ceder uma praça a um rei mouro e, até paradoxal, se guarnecida militarmente e com artilharia.

Além disso, onde está a capacidade para mobilizar e manter importantes forças em Tânger para um ataque ao Xerife e para conseguir expulsá-lo de Fez a partir dessa posição? A Espanha nunca apoiará tal projecto.

⁶⁶ Ver artigos de Robert RICARD elaborados nas *Sources inédites*, Port., T. IV, pp. 167-169 e 250-252, sobre «Les négociations de 1545 entre le Portugal et le Royaume de Fès» e «La Mission de Jorge Pimentel a Velez (1547-1548)», a partir de abundante documentação.

⁶⁷ Ver capítulo «A Embaixada de 1548-1551 junto ao Imperador Carlos V – Uma reflexão sobre a política portuguesa no Norte de África», pp. 300-403 da minha dissertação de Mestrado já citada. Nele analiso as diferentes reacções suscitadas pelos avanços e ligações do Xerife Rei do Suz e de Marrocos pela sua vitória sobre Fez, fundamentais também elas para a compreensão do contexto em que se abandonaram as praças de Alcácer Ceguer e Arzila.

⁶⁸ Realizei no capítulo anteriormente referido do meu trabalho sobre *Lourenço Pires de Távora e a Política Portuguesa no Norte de África no Século de Quinhentos* (ver nota 67) o estudo da intensa correspondência trocada entre o Embaixador, o Rei de Portugal, o Infante D. Luís e outras individualidades, entre os anos de 1548 e 1550. Nela se avalia uma possível conquista de Larache, iniciativas tomadas em relação à defesa de Alcácer Ceguer e depois ao seu abandono, a decisão de deixar Arzila, negociações com Mulei Boaçum que envolvem esta praça, advertência para uma reorientação necessária da política portuguesa, considerações de ordem estratégica sobre uma futura intervenção em Marrocos, a política espanhola, as decisões finais sobre Arzila. Ver uma das intervenções marcantes de Pires de Távora em *Algumas posições assumidas...*

D. João III dar-lhe-á razão assim como grandes figuras da política portuguesa da época. O Imperador, por seu turno, recusará, de facto, o auxílio a Boaçum. Com muita prudência e antecipando-se em parte às ordens régias, o embaixador comunica ao Rei de Beles a decisão portuguesa de terminar o despejo de Arzila e omite a disposição de D. João III de continuar a auxiliá-lo a partir de Tânger.

A política portuguesa fica assim definida em 1550, o que não se traduz no término da controvérsia. O facto de se aceitar circunstancialmente o abandono de lugares no Norte de África, não significa deixar de pugnar na época e no futuro pela conservação e investimento nas restantes posições, no fortalecimento de Tânger, bem como em toda uma reforma do sistema defensivo das costas algarvias, da navegação e das rotas. É essa corrente que se manifesta nas Cortes em 1562-1563. É esse espírito que domina quando Mazagão precisa de ser socorrida. É esse pensamento que influenciará grandemente o governo do Cardeal Regente e a futura política de D. Sebastião.

Problemas de datação e de divulgação dos textos

Para lá de uma análise conjunta e comparativa dos diversos projectos e opiniões coevos sobre a política portuguesa a prosseguir no Norte de África, quantos deles manifestados directamente a D. João III e a pedido deste, importa a sua leitura individualizada.

De grande parte desses pareceres apresento neste trabalho, em capítulo distinto – *Algumas posições assumidas em época de controvérsia* –, uma síntese do conteúdo e dados sobre a localização tanto do original (ou, na falta deste, da cópia mais antiga) como da sua publicação. Quanto a outros, por serem pouco divulgados ou não terem ainda saído a lume, optei por transcrevê-los na íntegra e publico-os na parte final deste estudo – *Compilação de Documentos*. Nestas circunstâncias, procedo à sua localização no citado capítulo, mas remeto o leitor para o próprio documento transcrito (sumariado e anotado e onde refiro apenas a origem da versão transcrita), mencionando tratar-se de *nova transcrição* ou de *publicação* (caso se esteja a publicá-lo pela primeira vez).

Concordantes ou antagónicos, estes pareceres são, na realidade, sempre esclarecedores de temas em discussão na época e reveladores de perspectivas pessoais ou de grupo. Alguns, porém, não se apresentam datados no original facto que, pela sua importância, tem naturalmente despertado pesquisas e – note-se – conclusões nem

sempre difinitivas. Para deduções e polémicas chamarei igualmente a atenção no capítulo mencionado, embora de forma sucinta, ao apresentar individualmente os diferentes escritos.

Os documentos anónimos que agora publico – XIII e XIV – suscitaram-me, porém, maiores dúvidas sobre a datação até hoje deduzida, levando-me a tentar um maior rigor. A sua elaboração decorre indubitavelmente de uma época de acesa controvérsia entre os conselheiros de D. João III, no grupo dos quais, todavia, o primeiro dos Autores parece não se integrar⁶⁹. Trata-se, segundo as suas próprias palavras, de um homem experiente nas guerras do Norte de África onde teria até então servido o monarca. Em Almeirim dera o seu parecer ao rei sobre prosseguir a conquista de África e a pedido deste o escrevera fundamentando-o.

É com veemência que este primeiro Autor escreve, e os múltiplos casos de luta que selecciona, como exemplo e a título comprovativo da sua argumentação, são maioritariamente dos princípios do século XVI, do tempo de D. Manuel, misturando-se sem preocupações de ordem cronológica.

De tempos mais recentes, encontra-se neste documento XIII uma referência (f. 194) à queda de Santa Cruz do Cabo de Gué (Março de 1541) e, no Oriente, pelo menos duas alusões que merecem maior reflexão (ambas no f.196v): uma sobre a concentração de galés turcas no Suez, outra sobre o Turco em Baçorá.

Quanto ao Suez, a concentração de galés turcas motiva, aliás, nos primeiros meses de 1541 a formação de uma grande armada com fins punitivos, não alcançados, comandada por D. Estêvão da Gama. No que toca a Baçorá, contudo, só anos depois será ocupada pelo turco, no decurso de Janeiro de 1547, tornando de resto alarmante para os portugueses a crescente possibilidade dos turcos fiscalizarem o comércio do Golfo Pérsico e do Oceano Índico.

Será que o Autor anónimo ao referir «o Turco em Baçorá» queria apenas salientar um perigo iminente? Na verdade, desde o insucesso da armada portuguesa em 1541, parece ter-se desencadeado um efeito adverso, verificando-se desde então com maior frequência a presença de galés turcas navegando e por vezes mesmo atacando a costa índica e arábica e os portos da entrada do Golfo Pérsico. Pelo menos desde os finais de 1545 encontramos documentada uma ameaça real a Baçorá, por parte de tropas turcas bem preparadas e apetrechadas que construíram nas proximidades,

⁶⁹ «Dizem vossos conselheiros ... os mais delles aconselhão a Vossa Alteza ...». Ver *Compilação de Documentos*, XIII, ff. 174v-175.

em Záquia, uma fortaleza⁷⁰. A ocupação, contudo, só se verifica em Janeiro de 1547, já posteriormente de resto à derrota dos guzates no segundo cerco de Diu (Novembro de 1546)⁷¹.

Outras passagens, contudo, deste documento permitem-nos uma maior aproximação da data de redacção do parecer. A ff. 194v-195 ao falar das guerras civis entre naturais dos reinos do Norte de África e particularmente das discórdias entre os Xerifes de Marrocos e do Suz salienta que *este ano* chegaram a vir a batalha campal, tendo o Xerife do Suz prendido o irmão mais velho e *ao presente* aguardava-se com expectativa (particularmente entre os cativos de Marrocos) o futuro comportamento de Mulei Zidão, filho do Xerife de Marrocos, «pela embaxada que cá quer mandar ... em que pede a Vossa Alteza socorro de sette ou oito mil homens Arcabuseiros para hir libertar seu Pay e bollar fora o Tio de todo o Reyno de Tarudante e de Sús fazendo a Vossa Alteza todos os partidos que se podem dezejar».

Das cartas provenientes do Norte de África desde a época imediata à perda de Santa Cruz do Cabo de Gué, pode-se acompanhar, por informações mais ou menos seguras, as movimentações dos dois Xerifes e dos seus partidários, juntando-se esses dados às referências da Crónica coeva anónima publicada por Pierre de Cenival⁷².

Otilia Fontoura, fixando em fins de 1542 este e o parecer seguinte, (documentos XIII e XIV)⁷³ faz coincidir esta com a data próxima do primeiro de dois grandes recontros verificados entre os Xerifes: o de Amescrude (Mascordão), na passagem de 1542 para 1543, em que o Xerife de Marrocos Mulei Ahmede Aláreje é vencido e feito prisioneiro pelo irmão. Parece de facto ser esta a batalha campal referida no documento em estudo, uma vez que, acrescente-se, no

segundo grande recontro, pouco antes de Julho de 1544, em Alcáhira (Alquerria), o Rei de Marrocos sai de novo vencido mas não é capturado, conseguindo refugiar-se no vale do Tencifte, na azoia de Cide Abedalá ben Seci⁷⁴, e depois em Tafilate. Deste último recontro, de resto, resulta a tomada do poder em Marrocos pelo Xerife Rei do Suz, Mohâmede Xeque Almahdj⁷⁵.

Creio poder aduzir mais alguns dados, a partir de informações recolhidas na documentação proveniente do Norte de África nos primeiros meses de 1543 e, sobretudo, dando atenção às referências contidas no parecer anónimo respeitantes a Mulei Zidão.

Este filho mais velho de Mulei Ahmede Aláreje, que se destaca pelos seus feitos bélicos contra alcaides do tio em 1542, numa época de crescente violência entre os dois Xerifes⁷⁶, corresponde-se entre 1543 e 1544 com certa frequência com Luís de Loureiro, capitão de Mazagão, ou, através deste, com D. João III.

Na verdade, Loureiro recebeu em Mazagão a 24 de Março de 1543 um recado de Mulei Zidão – que significativamente designa por «rei de Marrocos» – que se apressa a enviar ao monarca. O mensageiro que chegara de Marrocos, Fernão Leite, trouxera notícias da tomada de Tremecem pelas forças do Imperador, do envio de um alcaide de Mulei Zidão ao filho do Rei de Fez prometendo terras (entre as quais Fistela que de facto entrega) e pretendendo pazes, e sabia-se que a paz fora já apregoada entre os dois reinos⁷⁷.

O conteúdo deste recado de Zidão corresponde ao desejo de pedido de auxílio da D. João III mencionado no documento XIII em estudo? Não se conseguiu ainda comprová-lo. Tudo indica que, entretanto, nos princípios de Março, após lutas intensas entre alcaides de um e de outro, tanto no litoral como no sertão, os Xerifes se acor-

⁷⁰ Carta de Luís Falcão, capitão de Ormuz, ao Governador, datada de 6 de Janeiro de 1546, pub. nas *Obras Completas de D. João de Castro* (ed. A. Cortesão e L. Albuquerque), Coimbra, Ac. Int. da Cultura Portuguesa, 1968-1982, vol. III, p. 116.

⁷¹ Luís de ALBUQUERQUE, *Alguns aspectos de ameaça turca sobre a Índia por meados do século XVI* (Sep. *Biblos*, T. LIV, 1978), Coimbra, Junta de Investigação do Ultramar, 1977 e em *Estudos de História* vol. V, Coimbra, 1977, pp. 351-398. Ver também «O domínio português do Índico e a resposta turca», *Vértice*, vol. XXXVI, 1976, pp. 6-18 e em *Estudos de História*, vol. V, pp. 224-246.

⁷² *Chronique de Santa-Cruz du Cap de Gué (Agadir)*, Paris, Geuthner, 1934. Cenival ao tentar identificar o seu autor a partir do texto, considera tratar-se de um cavaleiro português que viveu a guerra em Santa Cruz do Cabo de Gué e que, aquando do cerco e queda desta praça em 1541, foi feito prisioneiro, passando anos cativo em Tarudante até ser resgatado em 1546.

⁷³ Otilia FONTOURA, em *Portugal em Marrocos na Época de de D. João III* (dissertação de Licenciatura) transcreve estes documentos a pp. 250-278 (documento VII) e 279-291 (documento VIII) e justifica a data na nota 2 da p. 251.

⁷⁴ Confirmando a notícia de Cenival, *Chronique...*, a tal se refere a 4 de Julho de 1544, escrevendo de Arzilá a D. João III, Bastião de Vargas – BN, Ms. 1758, ff. 526-527, publicado por Robert RICARD em *Sources inédites*, Port., T. IV (Paris, 1951), pp. 144-148.

⁷⁵ Dados a partir de Cenival, *Chronique...* e do estudo de Joaquim FIGANIER sobre a *História de Santa Cruz*, pp. 62 e 239.

⁷⁶ Extracto da minuta ou cópia da tradução de uma carta que o Alcaide Abedala (ben Çaide) – na grafia que aparece nos documentos coevos traduzidos – escreveu a D. João III a 13 de Julho de 1542 existente no ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 12, D. 50 e publicado por R. RICARD em *Sources inédites*, Port., T. IV, pp. 68-69.

Note-se que os Xerifes continuavam em guerra quando o capitão de Mazagão escreve ao rei a 15 de Dezembro desse ano – ANTT, *Gaveta II*, 6 – 13 (má cópia na BAJUDA, *Códice 51-VI-40*, ff. 587-596). Carta publicada em *Sources inédites*, Port., T. IV, pp. 113-119.

⁷⁷ Carta de Mazagão, de 25 de Março de 1543, de Luís de Loureiro a D. João III, existente no ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 73, D. 66, publicado em *Sources inédites*, Port., T. IV, pp. 124-125.

daram nos Montes Claros, entre Marrocos e o Suz⁷⁸. O parecer anónimo que publico (documento XIII) teria, assim, sido redigido pouco depois desta época, provavelmente entre Março e Abril de 1543.

Só passado um ano e alguns meses, nos inícios de Julho de 1544, voltamos a ter notícias documentadas de Mulei Zidão, desse homem «bem pratico e entendido nas cousas de Africa», como o caracteriza o Autor anónimo (f. 195), e da troca de correspondência não apenas com Luís de Loureiro e com D. João III mas também com o Infante D. Luís.

A recente derrota de Aláreje na batalha de Alcáhirá que, desta vez, leva ao poder em Marrocos o seu irmão Rei do Suz, agora senhor dos dois reinos, se insufla esperança nos cativos portugueses de Marrocos⁷⁹, traz por outro lado fortes apreensões às praças portuguesas.

Em Mazagão, Luís de Loureiro apressa-se a expedir cartas ao monarca português sobre o desbarato do Xerife de Marrocos e a mandar visitar Mulei Zidão. Este, ferido, impossibilitado de se deslocar, troca correspondência com o capitão de Mazagão e envia um mouro com cartas para D. João III e para o infante D. Luís, entretanto roubadas. Pelo que se pode depreender da documentação, Zidão solicitava ao Rei uma audiência para pessoalmente tratarem de assuntos sigilosos, ao mesmo tempo que manifestava ao capitão a sua implícita aliança com o Rei de Fez e a abertura de ambos a acordos com Portugal⁸⁰. Em Outubro de 1544 continua Zidão nessa mesma disposição e insiste em obter uma resposta de D. João III e conhecer as suas intenções⁸¹.

⁷⁸ Notícias enviadas de Tarudante a D. João III a 9 de Março de 1543 por Sebastião Gonçalves, existente no ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 73, D. 61, e publicado por FIGANIER na *História de Santa Cruz*, pp. 359-360, e por RICARD nas *Sources inédites*, Port., T. IV, pp. 121-123.

Corresponderiam estas às informações sobre a partilha de territórios acordada entre os dois Xerifes, referida por MÁRMOL CARVAJAL, *Descripción general de Affrica*, Granada, 1573, vol. I, f. 251 e Cenival, *Chronique...*, p. 136 e n. 2 (data inexacta de 2 Abr. 1542).

⁷⁹ Carta de Marrocos, de 1 de Julho de 1544, dos capitães cativos a D. João III, no ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 75, D. 17, publicado em *Sources inédites*, Port., T. IV, pp. 142-143. A expectativa descrita no parecer anónimo (documento XIII), cerca de Março de 1543, fora assim, ao que tudo indica, gorada. Ver *Compilação de Documentos*.

⁸⁰ Carta de 26 de Julho de 1544 de Luís de Loureiro a D. João III, incluindo cópia da carta que Mulei Zidão lhe dirigira – ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 75, D. 35, pub. *Sources inédites*, Port., T. IV, pp. 149-154.

⁸¹ A decisão de D. João III sobre o «caso de Azamor» merece-lhe particular atenção, cf. carta de Zidão de 31 de Outubro de 1544 e carta do Alcaide Mansour ben Ahmed de 1 de Novembro a Luís de Loureiro – ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 21 e 21b (traduções coevas), pubs. *Sources inédites*, Port., T. IV, pp. 163-166. De recordar que ainda em Julho L. Loureiro, temendo que o novo Xerife de Marrocos povoasse Azamor, procura derrubar o que lhe fosse possível e retirar tijolo e madeira – ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 75, D. 36, pub. *Sources inédites*, Port., T. IV, pp. 155-160.

Como se sabe, Mulei Zidão irá manifestar sempre os seus propósitos contra o tio, Mohâmede Xeque Almahdi, reforçando ligações com o Rei de Fez mesmo depois do cativo deste em 1545 e nas circunstâncias que precedem a queda de Fez em Janeiro de 1549⁸². Posteriormente a este acontecimento continuará envolvido na contestação ao Xerife – movida essencialmente por Mulei Boaçum e exigindo uma observação atenta e permanente por parte de Portugal.

No que diz respeito ao documento XIV que agora se publica, o discurso do seu Autor é, por vezes, acentuadamente crítico tocando até as raias do sarcasmo. Os pontos que salienta da controvérsia da época e a resposta fundamentada que procura dar a favor de uma conquista da Índia «Limitada pela razão e comodidade do comércio» (f. 215), aproxima-o do parecer anterior (documento XIII) embora se trate de uma argumentação visando uma política oposta.

Tudo indica ter começado a escrever no próprio dia em que se discutiram estas matérias no conselho do rei⁸³ e o seu objectivo primordial é responder, rebatendo, a razões invocadas a favor do prosseguimento da conquista de África. Note-se, contudo, a sua disposição para fornecer ao monarca, quando este o desejasse, uma avaliação pessoal sobre os meios para conservar a Índia.

Por tudo o que foi dito, e embora subsistam elementos a averiguar, fixei os dois pareceres em data posterior a Março de 1543.

A evolução dos acontecimentos, não apenas em Portugal e no Norte de África, vai marcar de meados ao último quartel do século XVI novas épocas de reflexão, de controvérsia, de louvor ou de crítica, seja ao abandono de lugares como Alcácer Ceguer e Arzila em 1549-1550, seja ao reinvestimento na política africana nos primórdios e durante o reinado de D. Sebastião, e não faltarão vozes laudatórias ou condenatórias acerca da política deste monarca, após o desastre de Alcácer Quibir.

⁸² De recordar ligações pessoais concertadas em 1546 pelo Xerife de Marrocos mediante o casamento de Mulei Zidão com uma filha do Rei de Fez – carta de Bernardim de Carvalho a D. João III de 11 de Junho de 1546, no ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 354, pub. *Sources inédites*, Port., T. IV, pp. 189-190 – e principalmente as movimentações militares e os reforços que Zidão traz a Fez em 1548 – cartas de Ceuta e de Arzila a D. João III, de 14 de Fevereiro e de 4 de Maio de 1548, respectivamente de Jorge Pimentel e de D. Álvaro, no ANTT, *Gaveta V*, 5-25 e *Corpo Cronológico*, P. I, M. 80, D. 103, pubs. por D. LOPES em *Anais de Arzila*, vol. II, pp. 419-421 e 426-427 e R. RICARD em *Sources inédites*, Port., T. IV, pp. 259-260 e 265-267.

⁸³ Só posteriormente a 12 de Maio de 1543, data do recebimento da Infanta D. Maria por esposa do príncipe D. Filipe de Castela, através do embaixador do Imperador, Luís Sarmiento de Mendonça, o Rei e a Corte partirão de Almeirim para Sintra. Cf. FRANCISCO DE ANDRADA, *Crónica de D. João III*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1976, P. III, cap. LXXXVIII, pp. 855-858.

Muitas das interrogações, assim como dos argumentos, expressos nos pareceres analisados, tiveram eco inclusivamente em obras literárias, em prosa ou em verso, em opúsculos e em reflexões mais ou menos densas sobre a nossa política ultramarina, ultrapassando os finais de Quinhentos.

Sabe-se que Diogo do Couto (1542-1616) no último quartel do século, no *Diálogo do Soldado Prático que trata dos enganos e desenganos da Índia* insere na sua obra, na Terceira Parte, Cena IV, sem interrupções um discurso na boca do Soldado onde toda a controvérsia acerca da política a seguir em África e na Índia é recolocada, desenvolvendo a argumentação a favor da conservação da Índia e rebatendo temas, por vezes bastante específicos, da opinião contrária.

Destaco particularmente este testemunho porque não se trata de um mero reflexo de problemas debatidos na época. De facto, Couto utiliza nesta cena, ao que tudo indica, documentos, alguns dos quais decerto elaborados anteriormente e dirigidos ao monarca.

Sendo, no fundo, o seu objectivo fundamentar um determinado projecto, Diogo do Couto monta um discurso argumentativo onde explana as razões da parte contrária (favorável à conquista de África) para em seguida contrariar. Ora, aquilo que podemos facilmente constatar nesta fala do Soldado é que foi sem dúvida alguma lido atentamente e utilizado pelo Autor d'O *Soldado Prático* o parecer que publico como documento XIII.

Na verdade, Couto acompanha em todo o primeiro parágrafo⁸⁴ – onde expõe as razões porque é melhor conquistar-se a África do que a Índia – todo o discurso do Autor anónimo desde a f. 176 «Supposto isto havemos de considerar que para hum Reyno ser riquissimo convem que tenha duas couzas ...» até à f. 178, copiando, resumindo ou dizendo o mesmo por palavras suas. Mesmo no restante texto, quando relembra um ou outro facto ou argumento expresso pela parte contrária, volta a buscar o mesmo parecer. Cite-se, a título de exemplo, a referência às lanças portuguesas nas portas de Marrocos e aos feitos de Nuno Fernandes de Ataíde e D. João de Meneses (f. 192) ou ao dinheiro da Índia incapaz de proporcionar aos vassallos do rei a formação de novas casas (ff. 183^v–183^v) a que Diogo do Couto responde no seu texto⁸⁵. Resta, contudo, averiguar se nesta resposta, nos argumentos que desenvolve, não estará o autor d'O *Soldado Prático* a utilizar outros pareceres a que teve acesso, favoráveis à conquista e conservação da Índia.

⁸⁴ Utilizo a edição d'O *Soldado Prático* de Diogo do Couto prefaciada e anotada por Rodrigues Lapa, na sua 3.ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1980. Ver pp. 204-205.

⁸⁵ *Op. cit.*, pp. 207 e 212.

Seja como for, trata-se de um discurso elaborado já posteriormente a 1550 pelas referências à perda, depois da queda de Santa Cruz do Cabo de Gué, de «Azamor e outras duas ou três fortalezas»⁸⁶, e à menção a homens que governaram a Índia nas décadas de 50, 60 e 70 como D. Antão de Noronha, Francisco Barreto ou D. António de Noronha.

É certo que a sua experiência no Oriente (desde c. 1559 até à morte em 1616), como militar, funcionário e depois cronista, capacitou Diogo do Couto a efectuar nesta obra uma anatomia da intervenção portuguesa no Oriente e, portanto, a construir a sua própria perspectiva sobre a política a seguir, pelo menos, nesta área.

Há, contudo, mais alguns factos a ter em conta no que diz respeito ao manuseamento e divulgação dos textos que agora se publicam.

Os documentos XIII e XIV, do *Códice* 51-VI-36 da Biblioteca da Ajuda – onde os li numa cópia mais tardia, provavelmente do século XVII –, surgem mencionados no índice da seguinte forma: «Discurso de Manoel Severim de Faria sobre se não largarem os lugares de Africa supondo ser dado a ElRey D. João 3.º» e «Parecer em contrario do assima sobre o descobrimento e conquista da India supondo também ser dado a ElRey D. João 3.º».

Ora, tratando-se de pareceres ainda da primeira metade do século XVI, como já se verificou, esta referência equívoca ao ilustre cónego e chantre da Sé de Évora, Manuel Severim de Faria (1583-1655), leva-me a colocar mais algumas hipóteses.

Dado o interesse que os reinados de D. João III, D. Sebastião e D. Henrique e épocas posteriores despertaram neste autor, a nível de diferenciadas matérias, inclusivamente de história ultramarina, não seria estranho possuir uma cópia, quiçá originais, de documentos de interesse histórico. Entre os «Papéis diversos» do seu espólio manuscrito encontravam-se estes pareceres, segundo se deduz da *Biblioteca Lusitana* de Barbosa Machado.

Manuel Severim de Faria mostrou, além disso, particular atenção nos seus *Discursos vários políticos* (1624) por figuras como Diogo do Couto, Camões e João de Barros, e nas *Notícias de Portugal* (1655), ao debruçar-se sobre problemas nacionais, discorre sobre população, agricultura, navegação e comércio, exército, diagnosticando males e preconizando soluções, temas que se interligam com os das mencionadas fontes quinhentistas. Mais significativo, porém, parece-me o facto de Manuel Severim de Faria ter mantido cordiais relações epistolares com Diogo do Couto. Que tipo de informações ou documentos terão trocado? A pesquisa terá de prosseguir.

⁸⁶ *Op. cit.*, p. 206.

Algumas posições assumidas em época de controvérsia

1529 Duque de Bragança, D. Jaime

Oliveira, 8 de Janeiro – Carta a D. João III.

Original encontrado por Frei Luís de Sousa na Torre do Tombo.

Referido e citado por SOUSA nos *Anais de D. João III*, vol. II, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1938, pp. 85-86.

Advertências ao Rei a propósito da ida do architecto Duarte Coelho com determinados engenheiros a visitar as fortificações das praças do Norte de África. Reafirma parecer, que teve desde sempre, sobre dever o Rei destruir Santa Cruz do Cabo de Gué.

1529 Duque de Bragança, D. Jaime

Vila Viçosa, 12 de Fevereiro – Carta a D. João III.

ANTT, Lisboa, *Gaveta XVIII*, 10-10.

Pub. *Les Sources inédites de l'Histoire du Maroc*, Portugal, T. II - P. II, Paris, P. Geuthner, 1946, pp. 443-452.

Por Duarte Coelho e por carta do Rei obtivera mais informações sobre a futura inspecção dos lugares e fora-lhe solicitado um parecer. Considera que se deve possuir apenas o que se tem capacidade de conservar. D. João III não tem poder para conquistar e povoar o sertão marroquino nem tira vantagem de certos domínios.

Melhor fora terem pertencido ao Imperador Ceuta, Alcácer Ceguer, Tânger e Arzila e Portugal obter proveito de Azamor e Safim. D. Manuel devia ter cedido Tetuão e ajudado Fernando de Aragão na conquista, evitando grandes prejuízos posteriores. Uma possibilidade colocada desde a tomada de Rodes pelos Turcos (1522) e ainda em aberto seria ceder Ceuta e Alcácer Ceguer ao Mestre dos Hospitalários, evitando-se a Portugal gastos nas armadas do Estreito e os danos materiais e humanos decorrentes do corso e da guerra.

De momento importa uma estratégia defensiva, evitar despesas e, portanto, apenas reduzir as forças de cavalo das praças, sem indemnizações indevidas, e não proceder nem ao abandono total dos lugares nem à concentração num deles. A realizar-se no futuro, essa política terá que ser reflectida e paulatina.

1529 António Leite

Azamor, 10 de Setembro – Carta a D. João III.
 ANTT, Lisboa, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 64.
 Pub. *Sources inédites*, Port., T. II – P. II, pp. 475-481
 (com ano deduzido a partir do conteúdo do documento).

Denuncia fenómenos internos que prejudicam os interesses militares e financeiros do rei e debruça-se particularmente sobre problemas crescentes de concorrência comercial.

A sua primeira preocupação, contudo, é aconselhar a tomada de Salé, onde se acolhem mouros e turcos, para o que fornece indicações. Evitar-se-iam com isso muitos ataques originados pelo Rei de Fez e poder-se-ia utilizar a ocasião criada pela presença do primo daquele rei para explorar e incentivar divisões internas nesse reino. Poupar-se-iam, ainda, as despesas em obras projectadas para os quatro lugares setentrionais.

1529 António Leite

Azamor, 14 de Outubro – Carta a D. João III.
 ANTT, Lisboa, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 62.
 Pub. *Sources inédites*, Port., T. II – P. II, pp. 490-494.

Corrigindo um pouco as indicações do documento anterior e baseado na experiência, aconselha cautela na confiança a depositar no primo do Rei de Fez, então em Portugal. Qualquer atitude de traição contra os interesses cristãos poderia servir de reconciliação aos dois mouros.

Uma demonstração de poder pelos portugueses levaria, segundo crê, a uma rápida e voluntária sujeição dos súbditos do Rei de Fez e o acesso de Portugal a essa costa e terra da Berberia que «he maior Índia que a Índia e menos trabalhosa de ganhar».

1530 António Leite

Azamor, 6 de Abril – Carta a D. João III.
 ANTT, Lisboa, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 86.
 Pub. *Sources inédites*, Port., T. II – P. II, pp. 506-507.
 (com ano deduzido a partir do conteúdo do documento).

Tendo estabelecido tréguas com o alcaide de Salé e pretendendo negociar a paz com as forças de Fez, aconselha D. João III – caso tenha a intenção de intervir em Marrocos (quicá na pessoa do Infante D. Luís) – a fazê-lo nas terras dos Xerifes.

1530 Gonçalo Mendes Sacoto

S. I., n. d. – Maio/Junho – Carta a D. João III.
 ANTT, Lisboa, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 42.
 Pub. Joaquim FIGANIER, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir). 1505-1541*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, pp. 329-332 (com data indefinida entre 1530-1533).

Pub. *Sources inédites*, Port., T. II – P. II, pp. 521-525
 (com data estabelecida pela referência à passagem do Infante D. Luís).

Num fervor bélico e religioso, vendo para mais em D. João III intenção de conquista e guerra santa e no Infante D. Luís propósitos de intervenção pessoal em Marrocos, valoriza as condições favoráveis e os proveitos certos da conquista.

Crítico em relação à política das últimas décadas, considera desonra não conservar terras onde se levantaram altares de culto e indigno de um rei não levar por diante a conquista e guerra santa. Portugal possui nas praças meridionais as necessárias entradas para territórios a senhorear politicamente, quicá a povoar, e, sobretudo, a explorar em benefício do reino numa época de tanta necessidade de dinheiro e mantimentos.

1530 Simão Gonçalves da Costa

Santa Cruz do Cabo de Gué, 16 de Maio – Carta a D. João III.
 ANTT, Lisboa, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 351.
 Pub. FIGANIER, *História de Santa Cruz*, pp. 328-329
 (com data de 1530).
 Pub. *Sources inédites*, Port., T. II – P. II, pp. 551-553 (com ano calculado de 1531).

Numa inequívoca oposição à política de abandono de lugares em África, admite apenas em Santa Cruz do Cabo de Gué redução de gente de cavalo mas nunca a destruição dessa posição-chave para a «santa conquista» de Marrocos, que representaria mais despesa e prejuízo que proveito.

1534 Cristóvão de Távora

Abrantes, 5 de Outubro – Carta a D. João III.
 Impresso por Álvaro Pires de TÁVORA na *Historia de Varoens illustres do appellido Távora*, Paris, 1648, pp. 8-9.
 Pub. *Sources inédites*, Port., T. II – P. II, pp. 649-651.
 (Ver *infra* parecer de Abril de 1541)

Ver *Compilação de Documentos*, II (nova transcrição).

1534 Infante D. Fernando

Abrantes, 6 de Outubro – Carta a D. João III.
 ANTT, Lisboa, *Gaveta II*, 7-3.
 Pub. *Sources inédites*, Port., T. II – P. II, pp. 652-655.
 Pub. *As Gavetas da Torre do Tombo*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, T. I, 1960, pp. 832-834 e A. Meyrelles do SOUTO, *Studia*, n.º 33, Dez. 1971, pp. 290-292.

Construir fortalezas roqueiras – estabelecendo pelo tempo necessário pazes com os mouros – parece-lhe a melhor solução. Com isso impedia-se que se fortificassem em lugares abandonados por portugueses e o socorro dessas fortalezas, se necessário, tornar-se-ia menos custoso. Quanto a uma intervenção militar, guerra que à partida considera justa, parece-lhe de maiores dificuldades se come-

çada por Safim e Azamor (com más condições para socorros), enquanto que, por Fez, resultaria mais segura e vantajosa, sobretudo se numa acção concertada com o Imperador para manietar, por seu lado, diversas forças inimigas.

Dando notícia aos estados – em Cortes, por exemplo – dessas suas intenções de passar a África e pedindo-lhes ajuda, bem como ao Papa, o Rei contaria com auxílio necessário, inclusivamente para manter os lugares, e com serviço e ajudas nas despesas, por parte de vassallos e de grandes prelados.

1534 Bispo de Lamego

Lisboa, 7 de Outubro – Carta a D. João III.

ANTT, Lisboa, *Gaveta* II, 7-4.

Pub. *Sources inédites*, Port., T. II – P. II, pp. 656-661.

Pub. *Gavetas*, T. I, pp. 834-838 e SOUTO, *Studia*, n.º 33, Dez. 1971, pp. 292-296.

Reafirma uma posição já assumida em carta anterior. Considera maior serviço de Deus o Rei abandonar totalmente Safim, Azamor e Cabo de Gué, por serem lugares sem proveito nem utilidade a uma futura conquista (por Marrocos demasiado arriscado). Mais valia empregar o dinheiro em pagamentos e mercês devidas a seus súbditos e numa conquista futura mas do reino de Fez, contando para esta com o auxílio dos vassallos. No Sul convinha fortalecer Mazagão e no Norte Ceuta, mais do que qualquer lugar, porque importa a toda a Cristandade.

1534 Mestre da Ordem de Santiago

Setúbal, 8 de Outubro – Carta a D. João III.

ANTT, Lisboa, *Gaveta* II, 7-6.

Pub. *Sources inédites*, Port., T. II – P. II, pp. 662-664.

Pub. *Gavetas*, T. I, pp. 839-841 e SOUTO, *Studia*, n.º 33, Dez. 1971, pp. 296-298.

Partindo das informações e considerações que o próprio rei expressa na carta onde solicita o seu parecer, o Mestre aponta os inconvenientes de lugares ameaçados e de difícil socorro, assim como da sua fortificação. Refere-se a Azamor, Safim e outras praças mais fracas, cujas despesas se tornaram insuportáveis, havendo por isso que abandoná-las a favor de lugares que se pudessem fortalecer e com maior utilidade para o reino e a Cristandade (caso de Ceuta).

Embora a opinião do rei fosse a mais abalizada – porque melhor informado que qualquer outro – poderia em Cortes, gerais ou não, avaliar a melhor estratégia a seguir, contando com a grande vontade dos súbditos em servi-lo com pessoas e fazendas.

1534 Bispo do Algarve

Lagos, 15 de Outubro – Carta a D. João III.

ANTT, Lisboa, *Gaveta* XV, 14-2.

Pub. *Gavetas*, T. IV (1964), pp. 449-452 e SOUTO, *Studia*, n.º 33, Dez. 1971, pp. 298-301.

(Ver *infra* parecer de 20 de Dezembro de 1534)

Experiente como conselheiro de guerra ao tempo de D. Manuel e conhecedor de Safim e de lugares do Estreito, reflecte e tece considerações sobre a grande necessidade dos lugares do Sul – Azamor e Safim –, que se devem manter e pacificar para proveito do Reino. Haveria que fornecer-lhes guarnição e mantimentos e, prioritariamente, agir de forma a destruir o Xerife, seja dirigindo grande corpo de gente a cavalo para Safim – que influenciasse uma movimentação dos povos contra ele –, seja em caso de ameaça de cerco a Azamor, o envio para esse lugar de embarcações devidamente armadas e para Mazagão centenas de lanças e um capitão exímio.

No Norte há também que garantir capitães e figuras como a do Marquês de Vila Real em Ceuta, dada a posição-chave desta praça. Cuidar de Sagres como chave da costa algarvia e defender o mar com caravelas armadas de bombardas, tudo serviria para combater Barba-Roxa, assim como outros atacantes (referência à França).

Entretanto o Rei, os Infantes e o Reino, deveriam preparar-se para a intervenção em África, levantando-se homens, armas e cavalos, para o que contribuiriam laicos e eclesiásticos.

1534 João de Melo Barreto

Ludo, 18 de Outubro – Carta a D. João III.

ANTT, Lisboa, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 53, D. 134.

Pub. *Sources inédites*, Port., T. II – P. II, pp. 665-670.

Ver *Compilação de Documentos*, III (nova transcrição).

1534 Marquês de Vila Real

Caminha, 30 de Outubro – Carta a D. João III.

ANTT, Lisboa, *Gaveta* II, 7-10.

Pub. *Sources inédites*, Port., T. II – P. II, pp. 671-675.

Pub. *Gavetas*, T. I, pp. 854-857 e SOUTO, *Studia*, n.º 33, Dez. 1971, pp. 301-304.

Não bastava salientar a má disposição de certos lugares, dificuldades no socorro, os muitos gastos, e optar pelo abandono de Azamor e Safim, nem valorizar os grandes sacrifícios feitos numa guerra santa contra os mouros e decidir sustentar a todo o preço as posições. Melhor seria, conforme o parecer do Marquês, verificar sempre mais do que um vector, isto é, observar o estado da fazenda, como correm os assuntos da Índia, a feição das relações internacionais e concluir se existe ou não uma conjunção favorável a determinada acção.

Por ora considerava melhor adiar qualquer acção de abandono de lugares no Norte de África, embora nada conclua sobre a sua redução a fortalezas roqueiras.

Segundo o seu parecer seria preferível a reunião de Cortes para se discutir os diversos assuntos apresentados pelo Rei e com maior fundamento solicitar ajudas a seus vassallos e naturais. Com maior justiça ainda deveria o Rei pedir maiores apoios materiais e espirituais ao Papa a quem a futura conquista de Fez (seguida da de Marrocos) tanto agradaria, repercutindo-se por toda a Cristandade.

1534 D. Francisco Lobo

Campo Maior, 30 de Outubro – Carta a D. João III.
 ANTT, Lisboa, *Corpo Cronológico*, P. II, M. 195, D. 134.
 Pub. *Sources inédites*, Port., T. II – P. II, pp. 676-679.

Ver *Compilação de Documentos*, IV (nova transcrição).

1534 Nuno Rodrigues Barreto

Quarteira, 1 de Novembro – Carta a D. João III.
 ANTT, Lisboa, *Gaveta II*, 7-11.
 Pub. *Sources inédites*, Port., T. II – P. II, pp. 680-683.
 Pub. *Gavetas*, T. I, pp. 857-859 e SOUTO, *Studia*, n.º 33, Dez. 1971, pp. 305-307.

Cabe a todos os súbditos honrar o valor antigo dos Portugueses, disponibilizando património e vida ao serviço do rei, para que não se abandone o que se conquistou ao tempo de D. Manuel, com tantos conselhos de homens conhecedores da guerra.

Safim e Azamor terão que se manter sem modificações e por estes lugares deverá iniciar-se a conquista, destruindo-se o Xerife, e com isso afastar-se um poder que, embora menor, poderia vir a juntar-se ao do Xerife de Marrocos e ao do Rei de Fez numa tripla força, caso a intervenção portuguesa se iniciasse pelo Norte.

Embora avaliando os lugares de Marrocos setentrional mais seguros, inclusivamente porque próximos de Portugal e Castela, considera que Ceuta precisava de ficar bem aparelhada de gente, de artilharia e de muros, uma vez que Barba-Roxa – com pouca probabilidade, na sua perspectiva – poderia avançar sobre o Mediterrâneo ocidental.

Quanto às ajudas necessárias a tão «virtuoso propósito», todos deverão contribuir e, enquanto a guerra durar, o suporte do seu custo deverá ser prioritário a muitas outras obrigações financeiras.

1534 Visconde de Vila Nova da Cerveira

Do Norte, 5 de Novembro – Carta a D. João III.
 ANTT, Lisboa, *Gaveta II*, 7-8.
 Pub. *Sources inédites*, Port., T. II – P. II, pp. 684-687.
 Pub. *Gavetas*, T. I, pp. 843-845 e SOUTO, *Studia*, n.º 33, Dez. 1971, pp. 307-309.
 (Ver *infra* parecer de 30 de Abril de 1541)

Com base nas reflexões e razões apresentadas pelo monarca, o Visconde assume, todavia, uma posição firme pelo não abandono de Safim e Azamor.

Se os reis passados, com menos rendas e com idênticos sacrifícios, aumentaram o território e conservaram-no – para garantir a paz, acrescentar reinos e fama e para servir a Deus –, é obrigação do rei e dos seus leais vassallos (a quem distribui amplas mercês), daqueles que usufruem comendas da Ordem de Cristo, de cidades e vilas, de todo aquele que dispõe de homens e de dinheiro, servir esta causa. O Papa poderá ajudar e os estrangeiros deverão continuar a ter motivo de inveja perante o esforço e valentia dos Portugueses.

Mesmo que se venha a iniciar a conquista pelo Reino de Fez – incerta, porque não há meios financeiros nem se conhece o resultado –, continua a ser serviço de Deus manter os lugares do Sul de Marrocos.

No Norte de África derramará sangue ao serviço destes propósitos, tal como o fizeram seu pai e seu avô.

1534 João Mendes de Vasconcelos

Esporão, 6 de Novembro – Carta a D. João III.
 ANTT, Lisboa, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 54, D. 7.

Ver *Compilação de Documentos*, V (publicação).

1534 Fernão Vaz de Sampaio

Vila da Torre, 15 de Novembro – Carta a D. João III.
 ANTT, Lisboa, *Gaveta II*, 7-7.
 Pub. *Sources inédites*, Port., T. II – P. II, pp. 688-689.
 Pub. *Gavetas*, T. I, pp. 841-843 e SOUTO, *Studia*, n.º 33, Dez. 1971, pp. 309-311.

O abandono de Safim e Azamor representaria um poder acrescido dos Mouros, originando o seu avanço sobre os restantes lugares do Norte de África e até uma intervenção no Algarve e em Castela.

Pelas condições do território no Sul de Marrocos e dificuldades no socorro, bem como pela necessidade de aliviar os ataques do Xerife e reduzir as despesas, considera preferível começar a conquista a partir de Arzila. Se imperioso, que o rei se sirva de todos os vassallos. Entretanto, Ceuta, cidade que importa a toda a Cristandade, deve manter-se bem defendida de qualquer ameaça.

1534 Bispo de Coimbra

Coimbra, 6 de Dezembro – Carta a D. João III.
 ANTT, Lisboa, *Gaveta II*, 7-5.
 Pub. *Sources inédites*, Port., T. II – P. II, pp. 690-691.
 Pub. *Gavetas*, T. I, pp. 838-839 e SOUTO, *Studia*, n.º 33, Dez. 1971, pp. 311-312.
 (Ver *infra* parecer de 20 de Março de 1541)

Dada a sua condição de eclesiástico e de homem pouco prático nas coisas da guerra, bem como desconhecedor dos reinos de Marrocos, anula-se face ao parecer dos experientes nesses assuntos.

Só pelas orações poderá servir o rei, para que se acrescente a fé e o senhorio do reino conforme o seu desejo.

1534 Bispo do Algarve

Silves, 20 de Dezembro – Carta a D. João III.
 ANTT, Lisboa, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 54, D. 28.
 Pub. *Sources inédites*, Port., T. II – P. II, pp. 692-699.
 (Ver *supra* parecer de 15 de Outubro de 1534)

Ver *Compilação de Documentos*, VI (nova transcrição).

1534 João Rodrigues de Sá Meneses

Porto, 23 de Dezembro – Carta a D. João III.
 ANTT, Lisboa, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 54, D. 33.
 Pub. *Sources inédites*, Port., T. II – P. II, pp. 702-703.

Ver *Compilação de Documentos*, VII (nova transcrição).

1534 Francisco Pereira

Lisboa, finais do ano.
 BAJUDA, Lisboa, *Códice* 51-VI-40, ff. 407-431 e 431-451
 (cópia manuscrita provavelmente do século XVII)

Ver *Compilação de Documentos*, VIII e IX (publicação).

1534 (?) Conde da Castanheira

(data deduzida a partir do conteúdo do documento)
 Relação de memórias não datada.
 Pub. ou ref. por Frei Luís de SOUSA, *Anais de D. João III*, vol. II, pp. 210-211
 e 314-317.
 (Ver *infra* parecer de 1541)

Se é honroso sustentar lugares que não apenas se mostram proveitosos mas constituem igualmente base ou «esperança» para empreendimentos de maior vulto, fazê-lo em relação a lugares sem proveito, como Safim e Azamor, resume-se a « vaidade ».

O seu parecer é favorável a um abandono total, uma vez que não se tiram benefícios e perde-se em gente e dinheiro. Por outro lado, o não aproveitamento futuro dessas posições pelos mouros, particularmente no que toca à recolha de embarcações, à partida era garantido em Safim pela compleição do local e em Azamor com a construção de uma fortaleza na barra.

Muitas despesas se verificam então não apenas em África mas também no Reino e na Índia. Da maior parte tem o Estado necessidade mas na conjuntura actual – dadas as notícias sobre o Turco – considera de melhor política o investimento de dinheiro na Índia, na sua preservação, como forma, inclusivamente, de garantir remédio a todas as outras despesas do Reino.

1535 Manuel de Sousa

Arronches, 1 de Janeiro – Carta a D. João III.
 ANTT, Lisboa, *Gaveta*, II, 7-9.
 Pub. *Sources inédites*, Port., T. III (1948), pp. 1-14 (R. Ricard identifica como signatário Aires de Sousa).
 Pub. *Gavetas*, T. I, pp. 845-854 e SOUTO, *Studia*, n.º 33, Dez. 1971, pp. 313-321.
 Pub. A. A. ANDRADE, *Antologia do Pensamento Português*, I, Lisboa, 1965, pp. 221-231.

Em risco considera a consciência e a honra do Rei devido a dificuldades financeiras e sobre estes temas discorre a propósito da guerra aos infieis no Norte de África. Se problemas de diversa ordem desculpem o facto de D. João III não

prosseguir a conquista, nada justifica – até à plena exaustão em fazendas e vidas dos seus vassallos – o abandono de posições, mesmo que se tenha de transformar os lugares em fortalezas roqueiras (dá, nesse ponto, a palavra aos experimentados na guerra e conhecedores das regiões).

É pelo Sul que a conquista futura deverá começar, aproveitando a fraqueza do domínio do Xerife ao tiranizar os povos, além de impedir o abandono de Safim e Azamor e com isto o avanço inevitável daquele sobre terras e portos e, usufruindo de navios, sobre o próprio território peninsular.

Para tão honrosa guerra é preciso dinheiro e gente e para obtê-los reformar o comportamento social: cortar despesas supérfluas e empregar o dinheiro sustentando gente de armas no Norte de África, utilizando as rendas de comendas, mestrados e igrejas, para o fim último para que se instituíram; servir pessoalmente na guerra; grandes e fidalgos de novo criarem em sua casa gente, empregando utilmente as suas rendas, para disporem de homens para a guerra e de dinheiro para no reino ficarem sempre prestes a servir. É preciso, igualmente, que o rei altere a sua maneira de agraciar os súbditos de forma a incentivá-los a mudar.

1535 D. Fradique Manuel

Lisboa, 7 de Janeiro – Carta a D. João III.
 ANTT, Lisboa, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 54, D. 43.
 BAJUDA, Lisboa, *Códice* 51-VI-40, ff. 155-159
 (cópia manuscrita provavelmente do século XVII).
 Pub. *Sources inédites*, Port., T. III, pp. 18-21.

Ver *Compilação de Documentos*, X (nova transcrição).

1538 Manuel Jorge

Fez, 1 de Agosto – Carta a D. João III.
 ANTT, Lisboa, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 62, D. 60.
 Pub. *Sources inédites*, Port., T. III, pp. 166-172.

Segundo este indivíduo – que por ser da criação do Rei de Portugal alcançou um lugar de destaque no conselho do Rei de Fez –, as facções políticas e militares que se digladiam intestinamente naquele Reino trazem-no «aparelhado para se perder».

D. João III, com toda a sua fama de poderoso e de amante da verdade e da justiça, galvanizou partidários e, ao intervir em África, logo irá garantir novos vassallos e senhorios, o que representará ganho cristão. Um ou outro partido de Fez, mais tarde ou mais cedo, chegará mesmo ao ponto de lhe solicitar um auxílio directo e os gastos que se fizerem na altura revelar-se-ão um bom investimento.

1539 Bastião de Vargas

Mequinês, 10 de Abril – Carta a D. João III.
 ANTT, Lisboa, *Corpo Cronológico*, P. II, M. 228, D. 8.
 Pub. *Sources inédites*, Port., T. III, pp. 202-206.

Em Fez pretende-se estabelecer negociações com D. João III, discutindo-se o perfil do agente a enviar. Teme-se tanto mais o Xerife quanto o rei é fraco e os súbditos – principalmente os que residem em Fez – se mostram pouco preparados para a guerra (a excepção vem dos alcaides fronteiros aos lugares portugueses).

Só as relações pacíficas entre Fez e Portugal, segundo Vargas, impediram até à data a conquista do reino pelo Xerife e tanto os grandes como os povos de Fez, cientes disso, desejam um acordo que os liberte daquela ameaça. Tais predisposições reflectem-se desde já em atitudes de concórdia política e comercial.

1540 Bastião de Vargas

Fez, 12 de Dezembro – Carta a D. João III.
ANTT, Lisboa, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 68, D. 101.
Pub. *Sources inédites*, Port., T. III, pp. 304-308.
(Ver *infra* documentos de 1544)

Sem conselheiros à altura de um Mulei Abraem, entretanto desaparecido, o Rei de Fez, inapto no governo interno como na política externa, «não a de ser rrey muito tempo, que ou lhe tomarão a terra ou os seus o desporão de rrey». Mesmo acordando-se com Portugal e mediante a cedência de reféns, ele não agirá – considera Vargas –, nem se o Xerife avançar sobre Safim e Azamor, nem se D. João III, intervindo em África, conquistar território.

O Reino de Fez será tomado por quem primeiro o cometer.

1541 Bispo de Coimbra

Coimbra, 20 de Março – Carta a D. João III.
BPADE, Évora, Cod. CIII/2-20, f. 148^v (cópia no Cod. CIII/2-26, f. 240).
Pub. FIGANIER, *História de Santa Cruz*, pp. 344-345.
(Ver *supra* parecer de 6 de Dezembro de 1534)

Face às necessidades sentidas nos lugares de África, o socorro a enviar pelo rei de Portugal deverá ser rápido e intensamente reconhecido pelos inimigos da fé. De resto, as suas virtudes e obras por aumentar o domínio cristão, decerto irão despertar a misericórdia de Deus e aumentarão o amor e a lealdade dos vassallos.

O Bispo concorrerá, quando o rei o desejar, com sacrifícios, com a renda e os vassallos do seu bispado, com a sua própria fazenda e criados.

1541 Cristóvão de Távora

Lisboa, Abril, entre meados e finais – Carta a D. João III.
Impresso por Álvaro Pires de TÁVORA, *Historia de Varoens...*, pp. 10-13.
Pub. *Sources inédites*, Port., T. III, pp. 379-483.
(Ver *supra* parecer de 5 de Outubro de 1534)

Ver *Compilação de Documentos*, XII (nova transcrição).

1541 Conde da Feira

Aveiro, 25 de Abril – Carta a D. João III.
BPADE, Évora, Cod. CIII/2-26, f. 241^v (cópia).
Pub. FIGANIER, *História de Santa Cruz*, pp. 349-351.

O serviço de Deus e a honra do rei obrigam a tomar medidas enérgicas no Norte de África, para atalhar o poder do Xerife. Reflecte sobre dois modos possíveis de o conseguir: 1) o envio de um grande exército mas não comandado pelo rei (antes pelo Infante D. Luís), dada a incerteza da lealdade do Rei de Fez e a inferior condição deste, caso se junte ao exército português; 2) em vez de efectuar uma batalha campal, que poderia levar o exército a internar-se no sertão sem condições de subsistência, se os mouros não dessem luta e retirassem, investir na concentração de forças bem apetrechadas em Azamor e Safim que fizessem uma guerra de fronteira (como no tempo de Nuno Fernandes de Ataíde).

1541 Visconde de Vila Nova da Cerveira

Ponte de Lima, 30 de Abril – Carta a D. João III.
ANTT, Lisboa, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 69, D. 101.
Pub. FIGANIER, *História de Santa Cruz*, pp. 351-352.
(Ver *supra* parecer de 5 de Novembro de 1534)

A investida xerifina sobre Santa Cruz do Cabo de Gué, que levou à sua perda, deveu-se à política de retirar homens dos lugares portugueses sem substituí-los, sinal de negligência ou de fraqueza notado pelos mouros. Será necessário agora utilizar mais gente para efectuar uma forte intervenção de grande alcance, nas terras do Xerife do Suz.

Com esta esforçada passagem a África visar-se-ia simultaneamente vingar a afronta e destruir forças do Xerife do Suz (nomeadamente Tafetana e o seu comércio, prejudicial aos interesses portugueses). Quanto aos outros poderes, havia que impedir qualquer socorro a Suz por parte do Xerife de Marrocos – atraindo a sua acção com o reforço de gente de cavalo em Azamor e Safim –, e desconfiar sempre de acordos de paz a realizar com o Rei de Fez. Estes deveriam significar para Portugal uma oportunidade para reforço militar.

1541 Inácio Nunes

Safim, 30 de Maio – Carta a D. João III.
ANTT, Lisboa, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 69, D. 114.
Pub. *Sources inédites*, Port., T. III, pp. 406-409.

Conforme as informações de um judeu chegado de Marrocos, as últimas movimentações do Xerife marroquino – que resultaram nos cercos de Safim e Azamor – foram um meio para levantar os súbditos de Fez contra o seu rei e reforçar as suas ligações com alguns deles.

Ocorrendo entretanto a perda de Santa Cruz do Cabo de Gué, e informado do socorro a Azamor, temeu o Xerife que o reforço militar da praça portuguesa e a imobilidade do Rei de Fez significassem uma iminente intervenção conjugada dos dois soberanos contra si. Refugiou-se por isso em Marrocos.

Esse temor propagou-se às populações, inclusivamente a Sul. O seu informador crê, aliás, que se houvesse uma intervenção portuguesa no Suz, Tarudante seria abandonada, bem como outros lugares.

Em Marrocos o Xerife procura manietar conspirações com Portugal e fugas para Fez, enquanto judeus e mercadores residentes naquela cidade colocam a salvo, secretamente, os seus bens.

Criada pelo medo parece a Inácio Nunes ser esta uma conjugação favorável à afirmação de Portugal naquelas paragens. Contudo, se o soberano português vacilar na iniciativa, logo os mouros mudarão de sentimento e, consequentemente, de atitude.

1541 D. Henrique de Noronha

Safim 4 de Junho – Carta a D. João III.

ANTT, Lisboa, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 69, D. 120.

Pub. FIGANIER, *História de Santa Cruz*, pp. 353-355.

Embora não obtendo resposta do rei a cartas anteriores, continua a seu serviço esclarecendo-o sobre as movimentações e possíveis reacções dos Xerifes, mediante informações recolhidas em Marrocos (por intermédio de judeus). São propícias, segundo deduz, as condições para uma intervenção portuguesa em África.

Desavindos, ambos os Xerifes temem uma iminente passagem do Rei de Portugal, temor esse que se estende aos seus alcaides. Considera-se possível que os alarves de Marrocos, face a uma intervenção militar, se submetam de imediato às forças portuguesas, ajudando-as a combater o Xerife seu senhor.

Entrando por Safim para esta guerra, D. João III poderia também contar com a inacção do Xerife do Suz, uma vez que este receia, acima de tudo, que as forças portuguesas passem pelo Cabo de Gué e avancem sobre Tarudante.

Do ponto de vista não apenas militar mas também económico, havia que impedir a actividade de portos como os de Tafetana e Teracuco e o de Cabo de Gué, mediante uma apertada vigilância marítima, dado que neles prospera – sem benefício de direitos para o Rei português – o comércio com os mouros, de armas e de outras mercadorias defesas.

1541 Lopo Barriga

Safim, 29 de Junho – Carta a D. João III.

ANTT, Lisboa, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 70, D. 9.

Pub. *Sources inédites*, Port., T. III, pp. 450-451.

O ano de 1541 revela-se o melhor para fazer guerra aos Xerifes dada a falta total de colheitas. A extrema miséria das populações proporciona capturas e impede investidas dos alcaides fronteiros.

1541 Lourenço Pires de Távora

Campo de Zagale, 6 de Setembro – Carta a D. João III.

Impresso por Álvaro Pires de TÁVORA na *Historia de Varoens...*, pp. 39-43.

Pub. *Sources inédites*, Port., T. III, pp. 520-525.

Com base numa análise fundamentada das circunstâncias das negociações desenvolvidas enquanto embaixador de D. João III junto do Rei de Fez, conclui acerca da inoperacionalidade de uma aliança militar entre os dois monarcas com vista a uma guerra conjunta ao poder xerifino. Crê que Mulei Hamete nunca actuará com forças cristãs, provavelmente já lhe constara a intenção do Rei de Portugal de abandonar Azamor (da qual, aliás, D. João III pode dispor livremente) e, além disso, mostrara inclinação a estabelecer acordos de paz também com o Xerife.

A missão de Távora servira, deste modo, para impedir qualquer acto precipitado por parte de Portugal e demonstrar que D. João III possui fortes razões para quebrar a paz. Muito mais vantajosamente poderia guerrear e conquistar o Reino de Fez. Marrocos fica longe da Península e não prejudica tanto, bastando deixar no Sul Mazagão, fortificada, como o rei pretende, para manter a presença portuguesa nessa área.

1541 Lourenço Pires de Távora

Mequinês, 1 de Outubro – Carta a D. João III.

Excerto pub. Frei Luís de SOUSA, *Anais de D. João III*, vol. II, pp. 209.

(Ver *infra* parecer de 30 de Novembro de 1549)

Felicita, uma vez mais, D. João III pela orientação seguida de abandonar lugares de Marrocos meridional, isto é, cidades que, segundo ele, traziam pouco proveito e muito risco representavam em termos de honra e fazenda sempre que ameaçadas.

Atento a aspectos financeiros e de segurança, considera a manutenção das praças do Sul de Marrocos, exceptuando Mazagão (que se fortificava) um esforço que deveria ser, ao invés, investido na conquista de Fez, para descanso e desafogo do Reino, do Rei e dos seus súbditos.

1541 Conde da Castanheira

(Pós-queda de Santa Cruz do Cabo de Gué)

Relação de memórias não datada.

Pub. ou ref. por Frei Luís de SOUSA, *Anais de D. João III*, vol. II, p. 276.

(Ver *supra* parecer de 1534?)

Lugares de possível proveito ou desnecessários e pesados à Coroa? A resposta a esta questão deve determinar a sua sorte. Assim o considerava Ataíde em 1534 (?) e o seu parecer mantém-se na década de 40. Melhor fora logo após a forte resistência de Safim ter abandonado este lugar e Azamor, do que fazê-lo depois da derrota de Santa Cruz do Cabo de Gué.

1543 Autor anónimo

Após Março, s. l., a partir da opinião expressa ao Rei em Almeirim (data deduzida – Ver *supra* «Problemas de datação e de divulgação dos textos»).

BAJUDA, Lisboa, *Códice* 51-VI-36, ff. 174-204.

(cópia manuscrita provavelmente do século XVII).

Ver *Compilação de Documentos*, XIII (publicação).

1543 Autor anónimo

Após Março, s. I., posição assumida em Almeirim (data deduzida a partir do documento anterior).

BAJUDA, Lisboa, *Códice* 51-VI-36, ff. 204v-218v.

(cópia manuscrita provavelmente do século XVII).

Ver *Compilação de Documentos*, XIV (publicação).

1544 Bastião de Vargas

Arzila, 13 de Maio – Carta a D. João III.

ANTT, Lisboa, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 74, D. 97.

Pub. *Anais de Arzila*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915-1919, T. II, Suplemento, pp. 361-363.

(Ver *supra* documentos de 1539 e 1540)

Vargas insiste que Larache seria facilmente conquistado e de grande proveito para Portugal. Melhor porto que Arzila e entrada por excelência para o Reino de Fez, impediria a passagem de mercadores que o vão abastecendo e prescindindo cada vez mais dos portos e lugares portugueses.

Também importava destruir Tetuão.

1544 Bastião de Vargas

Arzila, 2 de Junho – Carta a D. João III.

BN, Lisboa, *Fundo Geral*, Ms. 1758, f. 536.

Pub. *Anais de Arzila*, T. II, Suplemento, pp. 364-366.

(Ver *infra* parecer de 15 de Novembro de 1544)

Como eficaz pressão sobre o Reino de Fez, provocando mais rapidamente a submissão de Mulei Hamete, a paz e uma vassalagem deste rei, D. João III, mais do que coarctar Alcácer Quibir através de corridas dos seus capitães, deveria proceder à conquista de Larache. Vargas sugerira-o em diversas cartas.

Os mouros já temem o reforço de Ceuta em gente armada. Importava tomar Larache onde se acolhem navios mouros e saquear e destruir Tetuão.

1544 Luís de Loureiro

Mazagão, 26 de Julho – Carta a D. João III.

ANTT, Lisboa, *Corpo Cronológico*, P. I – M. 75 – D. 35.

Pub. *Sources inédites*, Port., T. IV (1951), pp. 149-154.

Na sequência de outra carta, Luís de Loureiro escreve sobre a necessidade de travar o Xerife do Suz, então vitorioso na guerra ao de Marrocos, e de atender à disposição manifestamente favorável a Portugal por parte de Mulei Zidão (filho do antigo Xerife de Marrocos). Com ele desenvolvera correspondência e acolhera positivamente a sua vontade de contactar D. João III e o Infante D. Luís a fim de negociar um acordo ou aliança – que incluísse Fez – contra aquele Xerife.

Luís de Loureiro oferece-se para elaborar um parecer sobre as forças, o tempo, o local e a estratégia adequados a uma intervenção com êxito. Visto tratar-se de uma empresa necessária e lucrativa – Portugal viria a usufruir das riquezas do Suz, enquanto Mulei Zidão ficaria em Marrocos –, os súbditos concorreriam com toda a ajuda de que o monarca português precisasse.

1544 Bastião de Vargas

Arzila, 15 de Novembro – Carta a D. João III.

ANTT, Lisboa, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 75, D. 101.

Pub. *Anais de Arzila*, T. II, Suplemento, pp. 368-369.

(Ver *supra* pareceres de 13 de Maio e de 2 de Junho de 1544)

Oferece os seus serviços e a sua experiência de guerra caso D. João III mande conquistar Larache.

1549 Lourenço Pires de Távora

Bruxelas, 30 de Novembro – Carta a D. João III.

Impresso por Álvaro Pires de TÁVORA na *Historia de Varoens...*, pp. 51-55.

Pub. *Sources inédites*, Port., T. IV, pp. 383-389.

Pub. *Anais de Arzila*, T. II, Suplemento, pp. 449-454.

(Ver *supra* pareceres de 6 de Setembro e de 1 de Outubro de 1541)

A partir das conversações tidas com Carlos V e seus estreitos colaboradores, decorrentes das recentes alterações da política portuguesa no tocante ao abandono de Alcácer Ceguer e aos acordos em negociação com o Rei de Beles, Mulei Boaçum, envolvendo Arzila – onde terá empregado muita «simulação» junto do Imperador para cumprir as instruções régias –, expõe por escrito as suas dúvidas e críticas, dado que não se sente suficientemente informado para desenvolver de forma consistente uma nova argumentação.

No que respeita às decisões de D. João III, Pires de Távora revela-se surpreso quanto à inutilidade da fortificação do Seinal para manter Alcácer Ceguer e céptico quanto ao negócio de Arzila. Analisando pormenorizadamente o discurso do Rei de Beles e todas as capitulações (de 27 de Setembro), condena a cedência desta praça com guarnição portuguesa e artilharia, fundamentando o seu parecer pessoal em toda uma experiência política vivida no Norte de África e nos conhecimentos que possui das pessoas e poderes envolvidos.

Expõe ao seu monarca um elaborado texto com advertências sobre previsíveis actos e reorientações políticas do Rei de Beles e quanto tudo isso pode vir a afectar o prestígio de Portugal, assim como avalia ao mesmo tempo a provável política a seguir por Castela.

Importante se tornam também as suas observações respeitantes à inoperacionalidade de uma ofensiva e penetração de forças portuguesas até Fez a partir de Tânger.

Bibliografia

Fontes manuscritas

Documentação manuscrita em Arquivos e Bibliotecas, citada ao longo do estudo.

Fontes Impressas

ANDRADA, Francisco de

Crónica de D. João III, Porto, Lello & Irmão - Editores, 1976

Colecção de São Lourenço (Pref. not. Elaine Sanceau), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973-1983, 3 tomos

Corpo Diplomático Português, T. II a IV (Pub. L. A. Rebelo da Silva), T. VII (Pub. José da Silva Mendes Leal), T. VIII e IX (Pub. José da Silva Mendes Leal), T. X e XI (Pub. Jaime Constantino de Freitas Moniz), Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1865-1898

COUTO, Diogo do

O Soldado Prático (Pref. not. Rodrigues Lapa). 3.^a ed., Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980

Chronique de Santa-Cruz du Cap de Gué (Agadir) (Pub. Pierre de Cenival), Paris, Geuthner, 1934

FORD, J. D. M.

Letters of John III King of Portugal. 1521-1557, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1931

As Gavetas da Torre do Tombo, T. I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, e tomos seguintes

GÓIS, Damião de

Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel (Pub. David Lopes), Coimbra, 1949-1955, 4 tomos

- MÁRMOL CARVAJAL, Luís del
Descripción general de Affrica, Granada, 1573
- MIRANDA, Francisco de Sá de
Obras Completas (Pref. not. Marques Braga), vol. II, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1937
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de
Elementos para a História do Município de Lisboa, P. I - T. I, Lisboa, 1887
- PEREIRA, Gabriel (pub.)
«António da Silveira, capitão de Arzila», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (17.ª série, n.º 8, 1898-1899), Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, pp. 391-420
- RESENDE, Garcia de
«Miscelânea» in *Crónica de D. João II e Miscelânea* (Intr. Joaquim Veríssimo Serrão), Lisboa, IN-CM, 1991
(Org.) *Cancioneiro Geral* (Intr. not. Andrée Crabbé Rocha), Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1973
- ROBLES, Francisco Bejarano
Documentos para el estudio del abastecimiento y auxilio de las plazas portuguesas en Marruecos, desde el sur de España. Aportación del Concejo y la Ciudad de Málaga a esta empresa, a instancia de los factores portugueses, durante el siglo XVI (1513-1574), Tânger, Instituto General Franco, 1941
- RODRIGUES, Bernardo
Anais de Arzila (Pub. David Lopes), Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915-1919, 2 tomos
- Les sources inédites de l'Histoire du Maroc*. Première série - Dynastie Sa'dienne. Archives et bibliothèques de Portugal, T. II, P. I e II (Pub. Pierre de Cenival, David Lopes e Robert Ricard), T. III a V (Pub. Robert Ricard), Paris, Paul Geuthner, 1939-1953
- Les sources inédites de l'Histoire du Maroc*. Espagne, T. I e II (Pub. H. de Castries, Robert Ricard e Ch. de la Véronne), Paris, Paul Geuthner, 1956
- Les sources inédites de l'Histoire du Maroc*. France, T. I (Pub. Henry de Castries), Paris, 1905
- Les sources inédites de l'Histoire du Maroc*. Angleterre, T. I, Paris-Londres, 1918
- SOUSA, Frei Luís de,
Anais de D. João III (Pub. Rodrigues Lapa), Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1938, 2 vols.
- SOUTO, A. Meyrelles do
«O Abandono das praças do Norte de África», *Studia*, Lisboa, n.º 33, Dez. 1971, pp. 251-339

- TÁVORA, Álvaro Pires de
Historia de Varoens illvstres do appellido Tavora... (Pub. Rui Lourenço de Távora), Paris, 1648
- VASCONCELOS, Jorge Ferreira
Comédia Eufrosina (Pról. not. Eugenio Asensio), Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1951
- VICENTE, Gil
Obras Completas (Pref. not. Marques Braga), Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1942-1944, 6 vols.
- Guias de documentação e de estudo, dicionários, enciclopédias, genealogias**
- Dicionário de História de Portugal* (Dir. Joel Serrão), Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, 4 vols.
- Dicionário de história dos Descobrimentos portugueses* (Dir. Luís de Albuquerque, coord. Francisco Contente Domingues), Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, 2 vols.
- Encyclopédie de l'Islam*, Leiden-Paris, E. J. Brill, 1960-
- FARINHA, António Dias
«A questão de Ceuta na Historiografia Portuguesa» in *Congresso Internacional El Estrecho de Gibraltar Ceuta. Actas*, Universidad Nacional de Educacion a Distancia, Nov. 1987, pp. 309-312
«Recherches portugaises sur le Maroc à l'époque moderne. Esquisse bibliographique» in *Recherches sur l'histoire du Maroc. Esquisse de bilan*, Rabat, Publ. Faculté des Lettres et des Sciences Humaines, 1989, pp. 77-87
- FARINHA, António Dias; RICARD, Robert
«Les documents sur le Maroc dans le vol. IV de «As Gavetas da Torre do Tombo», *Studia*, Lisboa, n.º 16, 1965
- FREIRE, Anselmo Braamcamp
Brasões da Sala de Sintra, 2.ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, 3 vols.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa - Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia, Lda., 1935-
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira: Atlas da História Mundial*, Lisboa, Ed. Enciclopédia, 1992
- MACHADO, Diogo Barbosa
Bibliotheca Lusitana historica, critica e chronologica na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes e das obras..., 3.ª ed., Lisboa, Atlântida, 1965-1967, 4 vols.

- MARQUES, Alfredo Pinheiro
Guia de História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa. Estudos, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1988
A Historiografia dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa, Coimbra, Liv. Minerva, 1991
- NUNES, Eduardo Borges,
Abreviaturas Paleográficas Portuguesas, 3.ª ed., Lisboa, 1981
Álbum de Paleografia Portuguesa, Lisboa, Instituto de Alta Cultura/Centro de Estudos Históricos, 1969
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo,
A Historiografia Portuguesa: Doutrina e Crítica, Lisboa, Ed. Verbo, 1972-1974, 3 vols.
- SOUSA, D. António Caetano de
História Genealógica da Casa Real Portuguesa, Coimbra, Atlântida-Liv. Ed. Lda., 1946-1954, 12 vols.
- VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de
Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram... (Ed. crít. Mário Fiúza), Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1983-1984, 2 vols.
- VITERBO, Sousa
Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou ao serviço de Portugal, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, 1904, 1922, 3 vols.
- Estudos**
- ALBUQUERQUE, Luís de
Estudos de História, Coimbra, Universidade, 1974-1978, 6 vols.
- ALBUQUERQUE, Martim de
A Consciência Nacional Portuguesa. Ensaio de História das Ideias Políticas, vol. 1, Lisboa, 1974
A Expressão do Poder em Luís de Camões, Lisboa, IN-CM, 1988
O Poder Político no Renascimento Português, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1968
- ALBUQUERQUE, Ruy de
As Repesálias. Estudo de História do Direito Português (Sécs. xv e xvi), Lisboa, 1972, 2 vols.
- ALMEIDA, António Marques de
Capitais e capitalistas no comércio da especiaria. O eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um Estudo de Geofinança, Lisboa, Edições Cosmos, 1993

- «As consequências políticas e económicas do convénio com Castela» e «A evolução da economia portuguesa de 1450 a 1550» in *Portugal no Mundo* (Dir. Luís de Albuquerque), Toledo, Publicações Alfa (1993), vol. 1, pp. 347-354 e 432-444
- «A estrutura financeira do Estado Português no dealbar da Época Moderna» in *História de Portugal* (Dir. João Medina), vol. iv, Lisboa, Ediclube, s. d./1.ª ed. 1993, pp. 99-120
- ALMEIDA, Fortunato de
História da Igreja em Portugal, Porto-Lisboa, 1967-1971, 4 vols.
- ARAÚJO, Benedita
«A Expressão Religiosa na Expansão Portuguesa. Contribuição para um estudo» in *A Universidade e os Descobrimentos*. Actas do Colóquio promovido pela Universidade de Lisboa, Lisboa, CNPCDP/IN-CM, 1993, pp. 251-266
- ARMAS, A. Rumeu de
España en la Africa Atlántica, Madrid, Instituto de Estudios Africanos, 1956-1957, 2 vols.
- AZEVEDO, J. Lúcio de
Épocas de Portugal Económico, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1978
- BATAILLON, Marcel
«La rève de la conquête de Fès et le sentiment impérial portugais au xvi^{ème} siècle» in *Mélanges d'études luso-marocaines dédiées à la mémoire de David Lopes et Pierre de Cenival*, Lisboa, Portugália Editora (Dist.), 1945, pp. 31-39
- BOXER, C. R.
A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770), Lisboa, Edições 70, 1989
O Império Colonial Português. 1415-1825, Lisboa, Edições 70, 1981
- BRANCO, Fernando Castelo
«Expansão Portuguesa em Marrocos. Aspectos do seu declínio», *Boletim Geral do Ultramar*, ano xxxiii, 33, 1957
- BRAUDEL, Fernand
Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos xv-xviii. T. 1 *As Estruturas do Quotidiano: O Possível e o Impossível*; T. 2 *Os Jogos da Troca*; T. 3 *O Tempo do Mundo*, Lisboa, Teorema, s. d.
O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II, 2.ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995, 2 vols.
- CARVALHO, Joaquim de
«O Pensamento Português da Idade Média e do Renascimento», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, Lisboa, ix, 1943
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves
O Renascimento em Portugal – I Clenardo e a Sociedade Portuguesa (4.ª ed.) e *II Clenardo. O Humanismo e a Reforma* (n. ed.), Coimbra, Coimbra Editora, 1974-1975, 2 vols.

- Charles-Quint et son temps (Colóquio Internacional, Paris, 30 Set.-3 Out. 1958), Paris, CNRS, 1959
- COELHO, António Borges
Quadros para uma viagem a Portugal no século XVI, Lisboa, Caminho, 1986
Raízes da Expansão Portuguesa, 4.ª ed., Lisboa, Prelo, 1979
- CORTE-REAL, Manuel Henrique
A Feitoria Portuguesa na Andaluzia (1500-1532), Lisboa, 1967
- CORTESÃO, Jaime
A Colonização do Brasil, Lisboa, Portugália Editora, 1969
Os Descobrimentos Portugueses, 4.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1984-, 6 vols.
O Império Português do Oriente, Lisboa, Portugália Editora, 1968
- COUTO, Jorge
A Construção do Brasil. Ameríndios, Portugueses e Africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos, Lisboa, Edições Cosmos, 1995
- CRUZ, António
 «A contribuição de Portugal para a empresa de Tunes em 1535» in *Presença de Portugal no Mundo*. Actas do Colóquio (Lisboa, 1978), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1982, pp. 121-143
- CRUZ, M. Augusta de Abreu Lima
Os Portugueses em Azamor (1513-1541). Diss. Licenciatura apres. Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 1967
 «Os Portugueses em Marrocos nos séculos XV e XVI» in *História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta, 1990, pp. 53-123
- CRUZ, Maria Leonor García da
 «D. João III» in *História de Portugal* (Dir. João Medina) vol. v, Lisboa, Ediclube, s. d./1.ª ed. 1993, pp. 259-264
Gil Vicente e a Sociedade Portuguesa de Quinhentos. Leitura crítica num mundo «de cara atrás», Lisboa, Gradiva, 1990
 «Gil Vicente e o Império» in *História de Portugal* (Dir. João Medina), vol. iv, pp. 333-340
Lourenço Pires de Távora e a Política Portuguesa no Norte de África no Século de Quinhentos. Diss. Mestrado apres. Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 1988, 2 vols.
 «Luzes e Sombras na Expansão Portuguesa – um equacionar de motivações, perdas e ganhos, em fontes literárias do século XVI» in Actas do II Congresso Luso-Espanhol sobre Descobrimentos e Expansão Colonial, *Mare Liberum*, n.º 10, Dez. 1995, CNPCDP, pp. 157-171
 «Portugal no Jogo de Poderes no Norte de África no segundo quartel do Século XVI» in *Cadernos Históricos* iv, Lagos, Comissão Municipal dos Descobrimentos, 1993, pp. 113-128
 «Reflexões sobre os “Fumos da Índia”» com «Antologia» in *História de Portugal* (Dir. João Medina), vol. v, pp. 265-376

- CRUZ, Maria do Rosário Themudo Barata de Azevedo
 «Os Diplomatas Portugueses em Roma no Século XVI e as Informações acerca do Turco e da Índia», *Portugaliae Historica*, 2.ª série, vol. 1 *Portugal no Mundo*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/Instituto Histórico Infante Dom Henrique, 1991, pp. 103-138
 «Portugal e a Europa Dividida no Século XVI» in Actas do II Congresso Luso-Espanhol sobre Descobrimentos e Expansão Colonial, *Mare Liberum* n.º 10, Dez. 1995, CNPCDP, pp. 23-31
As Regências na Menoridade de D. Sebastião. Elementos para uma história estrutural, Lisboa, IN-CM, 1992, 2 vols.
Rui Fernandes de Almada. Diplomata Português do Século XVI, Lisboa, Instituto de Alta Cultura. Centro de Estudos Históricos, 1971
 «Temas e Problemas da Empresa Comercial Portuguesa no Século XVI» in *A Universidade e os Descobrimentos*. Actas do Colóquio promovido pela Universidade de Lisboa, Lisboa, CNPCDP/IN-CM, 1993, pp. 127-146
- CUNHA, Ana Cannas da
 «Cristãos-Novos e Judeus entre Portugal e o Norte de África (Século XVI)», *Oceanos*, Lisboa, 29, Jan./Mar. 1997, pp. 85-90
- DIAS, José Sebastião da Silva
Correntes do Sentimento Religioso em Portugal (Séculos XVI a XVIII), Coimbra, 1960, 2 vols.
- DORNELLAS, Afonso de
História e Genealogia, vol. v, Lisboa, 1919
- ELTON, G. R.
A Europa durante a Reforma 1517-1559, Lisboa, Presença, 1982
- ESAGUY, José de
Tanger sous la domination portugaise (1471-1663), Tânger, Ed. Internationales, 1937
- FAGUNDES, Maria Augusta Lima Cruz
 «Documentos inéditos para a História dos Portugueses em Azamor», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, Paris, 1970, pp. 104-179
- FARINHA, António Dias
 «O conceito de “império português”» in *História de Portugal* (Dir. João Medina), vol. v, Lisboa, Ediclube, s. d./1.ª ed. 1993, pp. 11-18
História de Mazagão durante o Período Filipino, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970
 «O interesse pelo Norte de África, Características da presença portuguesa em Marrocos, O declínio da política africana: de Alcácer Quibir ao abandono de Mazagão» in *Portugal no Mundo* (Dir. Luís de Albuquerque), vol. I, Lisboa, Publicações Alfa (1989)/Seleções do Reader's Digest, 1993, pp. 101-136
 «A Madeira e o Norte de África nos séculos XV e XVI» in *Colóquio Internacional de História da Madeira* (Funchal, 1986), Actas, vol. I, Funchal, DRAC, 1989, pp. 360-377

- «Os Marabutos e a Presença Portuguesa em Marrocos (Nótulas)» in *Colectânea de Estudos em honra do Prof. Doutor Damião Peres*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1974, pp. 299-307
- Portugal e Marrocos no Século XV*. Diss. Doutoramento apres. Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 1990, 3 vols.
- «Os Xarifes de Marrocos (Notas sobre a Expansão Portuguesa no Norte de África)» in *Estudos de História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Ed. Estampa, 1983, pp. 57-68
- FERNANDEZ ALVAREZ, Manuel
«La España del Emperador Carlos V (1500-1558; 1517-1556)» in *História de España* (Dir. Menéndez Pidal), T. XVIII, Madrid, Espasa-Calpe, S. A., 1966
- FERREIRA, Ana Maria Pereira
«Defesa do Atlântico: algumas medidas de Portugal contra a França na 1.ª metade de Quinhentos» in *3.º Colóquio Internacional de História da Madeira* (Funchal, 1992), Actas, Funchal, SRTC-CEHA, 1993, pp. 787-790
- Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, Redondo, Patrimonia, 1995
- FIGANIER, Joaquim
História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir). 1505-1541, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945
- FONSECA, Luís Adão da
Navegación y Corso en el Mediterraneo Occidental. Los Portugueses a mediados del siglo XV, Pamplona, Universidad de Navarra, 1978
- O Tratado de Tordesilhas e a Diplomacia Luso-Castelhana no Séc. XV*, Lisboa, Inapa, 1991
- FONTOURA, Otilia Rodrigues
Portugal em Marrocos na Época de D. João III. Abandono ou permanência?. Diss. Licenciatura apres. Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 1966
- GODINHO, Vitorino Magalhães
Os Descobrimientos e a Economia Mundial, 2.ª ed., Lisboa, Presença, 1981-1983, 4 vols.
- Ensaio II*, 2.ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1978
- Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 4.ª ed., Lisboa, Arcádia, 1980
- História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Terra-Editora, 1947
- O «Mediterrâneo» saariano e as caravanas do ouro*, S. Paulo, 1956
- GOULVEN, J.
La place de Mazagan sous la domination portugaise (1502-1769), Paris, 1917
- Safi aux Vieux Temps des Portugais*, Lisboa, 1938
- GRAMMONT
Histoire d'Alger sous la domination turque, Paris, 1887
- GUEVARA, M. A. Ladrón de
Arcila durante la ocupación portuguesa (1471-1549), Tânger, 1946

- História da Expansão Portuguesa no Mundo* (Dir. A. Baião, H. Cidade e M. Múrias), Lisboa, 1939-1940
- História de Portugal* (Dir. Damião Peres), Barcelos, Portucalense Editora, 1928-
- História de Portugal* (Dir. João Medina), Lisboa, Ediclube (1.ª ed. 1993), 15 vols.
- História de Portugal* (Dir. José Mattoso), Lisboa, Estampa (1.ª ed. 1993), 8 vols.
- IRIA, Alberto
Da importância geo-política do Algarve na defesa marítima de Portugal, nos séculos XVI e XVIII, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1976
- LAPEYRE, H.
Las Monarquías Europeas del Siglo XVI/Las Relaciones Internacionales, Barcelona, Labor, 1969
- LAVAJO, Joaquim Chorão
«Portugal e Marrocos à procura de um império político-religioso», *Eboresia*, Évora, 11-12, 1993
- LIMA, Durval Pires de
História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506-1542), Lisboa, Imprensa Lucas, 1930
- LOBO, A. S. Silva Costa
História da Sociedade em Portugal no Século XV, Lisboa, Edições Rolim (1984)
- LOPES, David
«O abandono das praças de África», *Revista de História* (45-48, Ano XII, 1923), Lisboa, Empresa Literária Fluminense, Lda., 1923, pp. 119-125
- «A expansão em Marrocos» in *História da Expansão Portuguesa no Mundo* (Dir. A. Baião, H. Cidade e M. Múrias), vol. I, Lisboa, Ed. Ática, 1937, pp. 131-210
- História de Arzila durante o domínio português (1471-1550 e 1577-1589)*, Coimbra, Academia das Ciências de Lisboa, 1924
- «Les Portugais au Maroc», *Revue d'Histoire Moderne*, Paris, T. XIV (n. sér. T. VIII), n.º 39, Agosto-Setembro 1939
- «Os Portugueses em Marrocos no tempo de D. Afonso V e de D. João II» e «... de D. Manuel» in *História de Portugal* (Dir. Damião Peres), vol. III, 1931, caps. IV e V, pp. 433-544
- «Os Portugueses em Marrocos no tempo de D. João III: decadência do domínio português» in *História de Portugal* (Dir. Damião Peres), vol. IV, 1932, cap. II, pp. 78-129
- LOUREIRO, Francisco de Sales
D. Sebastião Antes e Depois de Alcácer Quibir, Lisboa, Ed. Vega, 1978
- MACEDO, Jorge Borges de
«Absolutismo» e «Despotismo» in *Polis. Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, vols. 1 e 2, 1983-1984

- História Diplomática Portuguesa/Constantes e linhas de força. Estudo de Geopolítica*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 1987
- «A Sociedade Portuguesa no tempo de Câmões», *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, n. sér., n.º 1, 1995, pp. 9-14
- MAGALHÃES, Joaquim Romero
«As estruturas da produção agrícola e pastoril», «As estruturas das trocas», «A sociedade» in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), vol. III, pp. 243-281, 315-353 e 469-509
- MAGALHÃES, Joaquim Romero; SUBTIL, José Manuel
«As estruturas políticas de unificação» in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), vol. III, pp. 61-113
- MAGALHÃES, Joaquim Romero; COSTA, Leonor Freire
«A Indústria» in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), vol. III, pp. 283-313
- MARAVALL, Jose Antonio
Estado moderno y mentalidad social, siglos XV-XVIII, Madrid, Rev. Occidente, 1972, 2 vols.
- MAURO, Frédéric
Études Economiques sur l'Expansion Portugaise (1500-1900), Paris, C. Cultural Gulbenkian, 1970
- Mélanges d'études luso-marocaines dédiés à la mémoire de David Lopes et Pierre de Cenival*, Lisboa, Portugália Editora (Dist.), 1945
- MENDONÇA, Manuela
As Relações Externas de Portugal nos Finais da Idade Média, Lisboa, Eds. Colibri, 1994
- MERRIMAN, R. B.
Suleiman the Magnificent, 1520-1566, Cambridge Massachusetts, 1944
- OLIVEIRA, António de
«Poder e Sociedade nos séculos XVI e XVII» in *História de Portugal* (Dir. João Medina), vol. VII, Lisboa, Ediclube, s. d./1.ª ed. 1993, pp. 11-47
- PEREIRA, Isaiás da Rosa
«Acheegas para a História do Comércio entre Lisboa e o Norte de África nos meados do Século XVI» in *Separata do Colóquio Presença de Portugal no Mundo* (Lisboa, 1978), Lisboa, 1982, pp. 161-189
- PIMENTA, Alfredo
D. João III, Porto, Liv. Tavares Martins, 1936
- Portugal no Mundo* (Dir. Luís de Albuquerque), Lisboa, Publicações Alfa (1989)/Seleções do Reader's Digest, 1993, 3 vols.
- RICARD, Robert
«Documentos sobre las relaciones de Andalucía con las plazas portuguesas de Marruecos (1541)», *Al Andalus*, Madrid, XIII, 1948, pp. 275-292
Études sur l'histoire des Portugais au Maroc, Coimbra, «Acta Universitates Conimbrigensis», 1955
Numerosos estudos in *Sources inédites. Port.*, T. III a V
- RODRIGUES, Teresa Ferreira
«As Estruturas Populacionais» in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), vol. III, pp. 197-241
- SANCHEZ MONTES, Juan
Franceses, Protestantes, Turcos. Los Españoles ante la política internacional de Carlos V, Madrid, 1951
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo
A Embaixada em França de Brás de Alvide (1548-1554), Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1969
Figuras e caminhos do Renascimento em Portugal, Lisboa, IN-CM, 1994
História de Portugal, Lisboa, Ed. Verbo, 1977-
«Notas sobre a Embaixada de Honorato de Cais em Portugal», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. I, Paris, 1969, pp. 161-195
Portugal e o Mundo nos Séculos XII a XVI. Um percurso de dimensão universal, Lisboa, Verbo, 1994
- SOARES, Torquato de Sousa
«Algumas Observações sobre a Política Marroquina da Monarquia Portuguesa», *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, T. X, 1962, pp. 509-554
- TERRASSE, Henri
Histoire du Maroc des origines à l'établissement du Protectorat français, Casablanca, 1950, 2 vols.
- THOMAZ, Luís Filipe
«L'idée impériale manuéline» in *La Découverte. Le Portugal et l'Europe*. Actas do Colóquio (Paris, 26-28 Maio 1988), Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990
- Tratado de Tordesilhas*, Lisboa, Banco Bilbao Viscaya (Portugal) S. A., 1994
- VELOSO, Queirós
D. Sebastião. 1554-1578, 3.ª ed., Lisboa, Emp. Nac. Publicidade, 1945
- VERA, Léon Galindo y de
Historia, vicissitudes y política tradicional de España respecto de sus posesiones en las costas de Africa, Madrid, 1884
- ZELLER, Gaston
«Les temps modernes. 1. De Christophe Colomb à Cromwell» in *Histoire des relations internationales* (Dir. Pierre Renouvin), vol. II, Paris, Lib. Hachette, 1953